

DM  
GABR/01

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

Mestrado em Relação de Ajuda: Perspectivas da Psicoterapia Existencial

Segredos na Supervisão:  
Estudo Fenomenológico-Existencial da Omissão de Informação  
por Terapeutas em Supervisão

Guiomar Almeida Gabriel

2007



17820

ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Curso de  
Documentação

Registo: 17820  
Data: 12/11/2007

Tel.: 21 691 17 51 • [ispa@ispa.pt](mailto:ispa@ispa.pt)

## AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese aos meus filhos.

No final desta empresa, ousou escrever o capítulo inicial, o fim que é um início, o início que é o fim. É com emoção que, finalmente, me encontro na posição de poder agradecer e não mais ter de reflectir, referir, apontar ou descrever. Finalmente posso sentar-me e deixar-me escrever sobre o que me foi estando presente ao longo de todo o processo de elaboração desta tese: uma enorme vontade de agradecer a todos, a tantos que colaboraram comigo ao longo deste ano, ao longo do meu percurso como terapeuta.

Posso finalmente referir, e logo no capítulo de abertura, as referências aos autores que de facto me aqueceram o coração durante a elaboração deste trabalho, os que de facto me interessam porque intervenientes na minha vida: Os meus Professores, os meus Supervisores, os meus Colegas, os meus Co-Investigadores, a minha Família, os meus Amigos.

À minha orientadora, Professora Doutora Isabel Leal, agradeço a energia, a confiança, o apoio e o carinho. O movimento que sempre imprimiu nesta tese ajudou-me a trabalhar em tempo *record*. Num trabalho sobre supervisão, encontrei em si acolhimento e força. Obrigada.

A todos os docentes do mestrado em Relação de Ajuda, perspectivas da psicoterapia existencial, em especial, à Professora Doutora Paula Ponce Leão pelo calor e abertura com que me mostrou tantas coisas realmente importantes, sobre as quais pude reflectir pela primeira vez; ao Professor Carvalho Teixeira pela clareza de uma perspectiva organizada e crítica sobre o pensamento existencial, e claro, por me ter “apresentado” a R. D. Laing; ao Dr. Daniel Sousa, pela sua calma, a seriedade com que encara a nossa área, e o esforço enorme que coloca no desenvolvimento da psicoterapia existencial em terras lusas; finalmente, ao Dr. Edgar Correia, que orientou o nosso grupo de encontro com muito profissionalismo, muito empenho e sobretudo, muita visão.

Aos docentes convidados, referindo particularmente o Professor Doutor Amedeo Giorgi com quem, para além do ensino precioso da fenomenologia, pude contactar com uma experiência incrível da psicologia, que deseje, um dia partilhar. Agradeço-lhe também ter sido ele a perguntar-me (insistentemente – não estava a perceber) para me ajudar a decidir sobre o que investigar: “Onde está o teu coração?”. Foi ele o parteiro da ideia para este estudo; o Professor Doutor Ernesto Spinelli, pela sua visão crítica da psicoterapia e por me ter ajudado a colocar-me no meu devido lugar face aos meus clientes (e não no lugar de coruja-sabichona, como é a minha tendência e gosto natural); o Professor Doutor Simon du Plock por me ter dado a perceber o que pode ser a psicoterapia e a supervisão de uma perspectiva existencial através do seu exemplo pessoal; a Professora Doutora Lucia Moja-Strasser pela ajuda na elaboração da entrevista de investigação.

Aos meus supervisores, especialmente o Professor Doutor António Branco Vasco, um exemplo de apoio e abertura e validação. Um exemplo também de conhecimento da psicoterapia. E por ter sido o primeiro a aconselhar-me a leitura de Yalom, através do qual cheguei a este mestrado. E por ter sido o meu primeiro mestre de psicoterapia. Não o esqueço.

Às minhas supervisandas agradeço o que aprendi convosco, connosco.

Aos meus professores da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa com os quais partilhei cinco dos mais fascinantes anos da minha vida, aqueles em que pude desenvolver a minha vocação para a psicoterapia. Quero agradecer em particular ao Professor Doutor Telmo Baptista, pela correspondência trocada ao longo da elaboração desta tese e sugestões pertinentes.

Às minhas psicoterapeutas, a quem tantas vezes levei os meus segredos de supervisão, e com quem aprendi tanto e que me ajudaram tanto.

Aos meus colegas de consultório e amigos de longa data: Dr. Cláudio Pina Fernandes, Dr. João Chambel, Dr. José Simões; Dr. Hans Welling e Dra. Isabel Gonçalves. A minha evolução como terapeuta e a minha aprendizagem passou muito pelas nossas conversas, encontros e pelos projectos conjuntos.

Aos meus colegas de supervisão e amigos de longa data: Dra. Ana Luísa Botas, Dra. Catarina Gamito e Dr. Miguel Pimenta com quem partilhei horas de

reflexão sobre a nossa prática clínica, ideias fascinantes, leituras realizadas e sobretudo, compreensão e desafio de quem é irmão de profissão.

Aos meus colegas de mestrado: Dra. Belina Duarte, Dra. Fabiana Andrade, Dra. Rita Ribeiro; Dra. Helena Capelo e Dr. Carlos Teixeira com quem vivi momentos grandes e pude aprender mais sobre mim, sobre os outros, sobre mim-com-os-outros e os outros-comigo, e esclarecer melhor uma visão do mundo até aí obscurecida.

Aos meus clientes, a quem me apresento a cada sessão e que a mim se apresentam, e que me mostram todos os dias, o poder do Entre.

Finalmente, aos meus co-investigadores agradeço terem sido tão honestos, tão francos e tão solícitos, “para bem da ciência”, pela psicoterapia. As vossas frases e maneiras de ver a terapia ainda ressoam em mim. Aprendi tanto convosco. Este trabalho é vosso.

Aos meus amigos, pais, irmã, sobrinhos, marido e filhos agradeço tudo.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
ÍNDICE .....	IV
ÍNDICE DE TABELAS .....	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS .....	IX
RESUMO .....	X
ABSTRACT .....	XI
INTRODUÇÃO .....	12
Apresentação da Questão de Investigação .....	12
Supervisão de Psicoterapia .....	12
Investigação em Supervisão .....	15
Revelar e Omitir .....	16
Investigação sobre omissão de informação por parte de supervisandos .....	18
Síntese .....	21
METODOLOGIA .....	22
Paradigmas .....	22
Metodologia Qualitativa .....	24
Fenomenologia em Psicologia .....	25
Subjectividade .....	26
Significado .....	27
Experiência .....	27
Metodologia Fenomenológica .....	28
Epoché .....	29
Descrição .....	29
Equalização .....	29

Passos de Investigação Qualitativa sob uma abordagem Fenomenológica ...	30
Compilação de dados verbais .....	30
Leitura dos dados .....	30
Segmentação dos dados .....	31
Organização e Expressão dos dados a partir de uma perspectiva disciplinar.....	31
Síntese e resumo dos dados com o fim de comunicação à comunidade .....	32
O Processo de Análise Temática .....	32
A Escolha de um Método de Investigação.....	33
Procedimento do Presente Estudo.....	35
Elaboração da Questão de Investigação: .....	37
Seleccção dos co-investigadores .....	38
Auto-investigação/ reflexividade.....	39
Compilação de dados verbais .....	40
Familiarização com os dados: Transcrição das entrevistas e Leitura dos protocolos .....	41
Segmentação dos dados em Unidades de Significado e Escolha das instâncias directamente relevantes para o fenómeno investigado .....	41
Extracção dos significados: Criação dos Códigos Iniciais .....	42
Organização e agrupamento dos significados em Temas e sua Revisão.....	43
Síntese e resumo dos dados .....	44
Escrita do relatório.....	44
RESULTADOS .....	45
Os Temas-Constituintes do Fenómeno de Omissão em Supervisão por parte dos Supervisandos.....	45
Omitir O Quê em supervisão? Para lá do limite .....	45
Da relação terapêutica: Vivências tabu.....	46

Da terapia: Erros terapêuticos.....	47
Do terapeuta: Manter a genuinidade.....	47
Da supervisão: os meus problemas.....	48
Do supervisor: Diferente.....	50
Da Relação com o Supervisor.....	50
Por quê? Decido Omitir em que Circunstâncias? .....	51
Desigualdade na relação com o supervisor.....	51
Relação com os Pares .....	59
Relação com o cliente: Manutenção .....	60
Não pertence ao espaço da supervisão.....	61
Auto-omissão: Não sei que estou a omitir .....	63
Sentimentos.....	65
Por Que Omito? – Síntese.....	65
Como?.....	68
Forma de apresentação superficial.....	68
Cortes de conteúdo.....	68
Omito-me.....	70
Com Vividos/Sentimentos de .....	70
Consequências percebidas da omissão .....	71
Deixar de omitir: Caminho de confiança.....	73
Desenvolvimento como terapeuta.....	73
Aceitação .....	75
Não omito porque .....	76
Conclusão.....	77
DISCUSSÃO – I.....	79
O que se omite? Para lá do limite .....	79

Valor da omissão .....	81
Omissão da Transgressão: Omito o que não aceito .....	82
Omissão da Transgressão: Omito o que não aceitas.....	85
Síntese.....	86
O Por Quê da omissão: Escolho omitir em que circunstâncias?.....	87
Circunstâncias da relação de supervisão: Desigualdade.....	87
Relação com os Pares .....	104
Relação com o Cliente: Manutenção e Congruência.....	104
Não pertence ao espaço de supervisão.....	105
Auto-Omissão: Não sei que omito - Cegueira.....	107
Como Omito?.....	107
Vividos da Omissão .....	109
Consequências Percebidas da Omissão .....	110
Deixar de Omitir: Caminho de confiança .....	111
Sugestões de Actuação promotora da revelação em supervisão .....	112
Não omito porque .....	113
<b>DISCUSSÃO -II UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE O ESTUDO DA OMISSÃO .....</b>	<b>115</b>
Relevância da omissão de vivências espontâneas e de genuinidade/ congruência pessoal e relacional.....	118
Uma Supervisão baseada na Intersubjectividade.....	120
Para um Encontro-Supervisão: Proposta de Abertura à Genuinidade na relação de supervisão .....	123
<b>LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....</b>	<b>127</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>133</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Fases da Análise Temática (Traduzida e adaptada de Braun e Clarke, 2006, p. 87) .....	33
Tabela 2: Passos de Métodos de Investigação Segundo Colaizzi (1978 cit. por Spinelli, 2005), Giorgi (1987) e Braun e Clarke (2006). A sombreado estão os passos seguidos no presente estudo. ....	36
Tabela 3: Caracterização dos Entrevistados .....	39
Tabela 4 Comparação entre os resultados do foco noemático do fenómeno de omitir em supervisão (perspectiva dos supervisandos), e os das investigações de (Ladany et al., 1996; Pisani, 2005; Yourman & Farber, 1996). (*) correspondem aos resultados mais significativos da investigação de Ladany et al, 1996. ....	80
Tabela 5 Integração dos níveis manifesto e latente do esquema de classificação de Penman (1980), cit in (Holloway et al., 1989). A tracejado está o nível latente e a linha contínua, o nível manifesto. ....	101
Tabela 6: Correspondência conceptual entre os quatro tipos de postura de menor poder e menor envolvimento do nível latente da grelha de Penman (1980 cit in Holloway et al, 1989) e os quatro tipos de motivos para omitir assentes na relação com o supervisor do presente estudo.....	101

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama de Ilustração da Tríade Questão-Paradigma-Método/Técnicas. 34

Figura 2: Representação do espaço de omissão, experienciado pelos co-investigadores como o que está para lá do limite, em várias vertentes: pessoal (terapeuta/ supervisando, supervisor e cliente), relacional (relação terapêutica e de supervisão) ou circunstancial (psicoterapia, supervisão). As setas representam a relação terapêutica (a vermelho) e a relação de supervisão (a roxo). Todos os outros elementos estão identificados na figura. .... 46

Figura 3: Síntese diagramática da atribuição de motivo para omitir em supervisão por parte dos superviandos entrevistados. As ovas são identificadas com os intervenientes no processo. As setas representam as diferentes relações entre o terapeuta/ supervisando e os intervenientes. As caixas de texto contêm os significados atribuídos pelos superviandos às circunstâncias indutoras de omissão referentes a cada perspetivação de relação presente. .... 67

## RESUMO

A presente pesquisa procurou responder à questão: Como significam e experienciam os psicoterapeutas-supervisandos o omitir informação relevante em supervisão?

Procedeu-se a uma investigação qualitativa, assente nos pressupostos da metodologia fenomenológica (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a, 2003b; Spinelli, 2005), utilizando o processo de análise temática tal como a descrevem Braun e Clarke (2006).

O fenómeno de omitir em supervisão foi abordado no seu foco noemático, em que surgiu a não revelação do que está para além dos limites quer das relações relevantes ao contexto de supervisão (terapêutica e de supervisão); quer dos limites das pessoas envolvidas (cliente, terapeuta/supervisando, supervisor); quer do que o terapeuta pressupõe ser adequado em cada contexto, i.e., dos seus pressupostos sobre a terapia e a supervisão.

No foco noético, surgiram como reveladoras de sentido: a Relação de Tensão-Retirada com o “Supervisor Diferente”; a Relação de Pequenez-Temor com o “Supervisor Superior”; a Relação de Frustração-Absurdo com o “Supervisor Limitado”; Relação de Manutenção com o Cliente; a Relação com Pares (experiências de Discrepância, Desconfiança e Humilhação); a Auto-Omissão; e ainda os Limites Percebidos da Supervisão. A forma de omitir, consequências da omissão, processo de deixar de omitir e a intenção de não-omissão foram também descritas pelos supervisandos.

Os resultados são discutidos quer à luz da literatura empírica, quer da literatura fenomenológico-existencial. Referem-se limites e propostas de novos estudos.

## ABSTRACT

How do supervisees experience and draw meaning onto the phenomenon of non disclosure of relevant information in supervision?

A qualitative research was conducted to answer the above question. The approach was phenomenological (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a, 2003b; Spinelli, 2005), with the application of the thematic analysis technique (Braun e Clarke (2006).

The non-disclosure of supervisees was explored in a noematic focus and noetic focus. The results from the noematic focus point out to non-disclosing any information sensed as transgressing a border: an interpersonal, personal or context border. The border constitutes the space of right and wrong, in two possible structures: Either the non-disclosure of the unacceptable for the supervisee or the non-disclosure of the unacceptable for the other (supervisor/ colleagues).

The noetic focus results were: Three kinds of supervisor-supervisee internalized relationships formed a possible context for omission: conflict-evade with a “different supervisor”; vulnerability-affraidness with a “superior supervisor” and frustration-absurd with a “limited supervisor”; A “keeping” relationship with the client; the relationship with colleagues (discrepancy, lack of trust or humilliation); Self-omition and; transgressing the limits of the supervisory space. The way of non-disclosure, its consequences, process of coming to disclose and the principle of “never to non-disclose” are also described.

The results are discussed in the light of psychotherapy supervision research and of phenomenological-existentialist thinking. Limitations of the study and future research are suggested.

Basta que o outro me olhe para que seja o que sou.  
(Sartre, 1997, p. 338).

## INTRODUÇÃO

O objectivo deste capítulo é apresentar e contextualizar a questão que dirigiu a presente pesquisa. Refere-se a importância da supervisão para o trabalho clínico, e a relevância que pode ter investigar a supervisão. Abordam-se algumas conceptualizações da revelação e omissão em supervisão, seguindo-se um resumo de literatura de investigação publicada sobre a omissão em contexto de supervisão clínica. Finalmente, a pertinência e possível interesse da questão de investigação será reflectida.

### Apresentação da Questão de Investigação

A presente pesquisa procurou responder à questão: Como significam e experienciam os psicoterapeutas-supervisandos o omitir informação relevante em supervisão?

### Supervisão de Psicoterapia

A palavra Supervisão é uma palavra composta curiosa. Podemos facilmente dividi-la nas originárias Super e Visão: “Super”, Super, por cima, sobre, exprimindo a ideia de superioridade, excelência; “Visão”, Visio exprimindo o acto ou efeito de ver, percepção com os olhos (Costa & Melo, s/d; Torrinha, 1935). Sendo assim, o termo supervisão designaria um ver superior, ou mesmo um excesso de visão. Ser super, é não ser mas transcender. Visão, um sentido, ver que traz saber, o olhar sobre o que acontece. A supervisão será uma visão que transcende, que olha de cima, que vê a própria visão, que a apreende.

Ir a supervisão (vou ser visto de cima), levar um caso a supervisão (transporto “o caso”, ou seja, a pessoa do cliente para observação e escrutínio do supervisor (e já agora dos colegas), ser supervisionado (coloco-me na posição de ser visionado e reconheço e peço uma visão superior, melhor que a minha), formas quotidianas de referirmos esta relação idiossincrática. Imbuído nesta palavra está um degrau, um estar acima e estar abaixo no espaço, estar apenas ciente de algo ou consciente e sabedor. A super-visão é uma visão melhor que a visão. Há uma diferença de qualidade entre as duas.

A supervisão tem sido considerada, quase universalmente, uma actividade importante e essencial à formação em psicoterapia (Pisani, 2005; Watkins, 1995; West, 2004; Whitman, 2001) e fundamental para a prestação de serviços de qualidade (Pearson, 2006). Chega mesma a ser referida como um “elemento crítico” de virtualmente toda a formação em psicoterapia (Yourman & Farber, 1996).

Mas afinal, em que consiste a supervisão em aconselhamento e psicoterapia? Parece haver um consenso em torno de:

Um Encontro entre  
Um terapeuta menos experiente e  
um terapeuta mais experiente  
para aprender/ melhorar a prática clínica do primeiro,  
através de exploração de aspectos da sua prática clínica.

A maior parte da literatura revista acrescenta à função educativa, as funções de monitorização e avaliação.

Por exemplo, Bernard e Goodyear (1992, cit. por Watkins, 1997, p. 4) definiram Supervisão como:

Uma intervenção que é oferecida por um membro experiente de uma profissão a um membro ou membros mais inexperientes da mesma profissão. A relação é avaliativa, estende-se no tempo, e tem os objectivos simultâneos de melhorar o funcionamento profissional do membro mais inexperiente, de monitorizar a qualidade dos serviços profissionais prestados aos clientes por esse membro e de servir como “gatekeeper” (guardião/ porteiro) para aqueles que estão para embarcar nessa profissão.

Por seu lado West (2004), refere que uma das formas mais centrais de como a prática clínica é monitorizada e avaliada é através da supervisão. Há um pressuposto

de função avaliativa na supervisão na grande maioria dos artigos consultados (vide por exemplo, Allen, Szollos, & Williams, 1986; Binder & Strupp, 1997; Blocher, 1983; Goodyear, Bradley, & Bartlett, 1983; Hassenfeld & Sarris, 1978; Ladany, Friedlander, & Nelson, 2005; Murphy & Wright, 2005; Nelson & Friedlander, 2001; Rosenblatt & Mayer, 1975; Rubin, 1989; Vespia, Heckman-Stone, & Delworth, 2002; West, 2004).

Yerushalmi (1999), por seu turno, refere-se à supervisão como a mais importante ferramenta de influência e modelagem dos supervisandos no que respeita aos seus valores, crenças e organização das suas identidades profissionais, o que nos dá uma visão de educação, formação-aculturação à psicoterapia.

Ainda o mesmo autor refere-se à função organizadora de experiências dos terapeutas supervisandos, ao seu aprofundamento, alargamento e enriquecimento, quer nas construções que fazem sobre os seus clientes e as experiências dos seus clientes, quer sobre si próprios enquanto terapeutas, quer sobre si, como seres humanos (Yerushalmi, 1999).

Já Goodyear e Bradley (1983) sintetizam o objectivo da supervisão na formação de profissionais competentes.

Apesar da enorme variedade de modelos de psicoterapia, a supervisão é tida por todos como o componente essencial à sua aprendizagem (Lambert & Ogles, 1997). Existem variados modelos de supervisão, a maioria dos quais ostentando a designação, os pressupostos, os conceitos e os métodos (e por vezes os autores) de correspondentes modelos psicoterapêuticos. O “Handbook of Psychotherapy Supervision” (editado por Watkins, 1997) inclui uma secção sobre modelos de supervisão onde figuram dez capítulos abordando cada um, um modelo de supervisão, por exemplo, racional emotiva, psicanalítica, Gestalt, centrada no cliente. Já uma edição da revista “The Counseling Psychologist” de 1983, inteiramente dedicada à supervisão tinha sido organizada em torno de modelos de supervisão gerados pela extrapolação dos correspondentes modelos de psicoterapia. Nessa edição, procurando os pontos de convergência e divergência entre estes modelos Goodyear e Bradley (1983) indicam a omnipresente concepção da supervisão como

comunicação de dois sentidos entre um terapeuta menos experiente e um mais experiente. Seriam estes os invariantes aos modelos de supervisão.

### Investigação em Supervisão

Se compararmos a reconhecida centralidade do processo de supervisão para a psicoterapia, e a importância que lhe é atribuída, a supervisão tem sido pouco discutida e pouco investigada (West, 2004; Whitman & Jacobs, 1998) e, segundo Ellis e Ladany (1997) essa investigação é frequentemente mal conduzida. Porém, os mesmos autores e Rodenhauser, Rudisill e Painter (1989) declaram uma nítida evolução do conhecimento da supervisão comparativamente a anteriores revisões de literatura na área.

Mais desencorajadora é a conclusão de Lambert e Ogles, após uma revisão de literatura sobre a eficácia da supervisão, que “temos de reconhecer que os investigadores têm ainda de conduzir estudos de resultados suficientes para explorar adequadamente a relação entre aspectos específicos dos programas de treino (por exemplo cursos de terapia, supervisão) e os resultados terapêuticos”(Lambert & Ogles, 1997, p. 441).

Para o contexto português, das bases de dados pesquisadas, não encontrei mais do que uma referência a um estudo sobre supervisão clínica, de Matos (1993). Também no que concerne a investigação sobre supervisão fenomenológico-existencial, não obtive mais sucesso do que dois capítulos sobre emoções, trabalhadas com vinhetas de supervisão (Strasser1999) e o recente artigo de Plock (2007).

O âmbito da investigação é a supervisão. Considero como os autores referidos que a supervisão é fundamental ao desenvolvimento dos terapeutas e ao estabelecimento de uma relação terapêutica que seja isso mesmo, relação e terapêutica. Numa nota mais pessoal, a supervisão reúne dois interesses que me são muito caros: a psicoterapia e a formação/ educação, e foi destes interesses que emanou a vontade de procurar conhecer mais e sobretudo melhor a supervisão.

## Revelar e Omitir

A questão de investigação pretende dirigir-se à comunicação em supervisão através do não revelar de informação.

A revelação em supervisão, tal como em psicoterapia, é, historicamente e culturalmente, considerada como a condição e o substracto sobre o qual tudo acontece e sem o qual nada é possível. Espera-se do supervisando que revele informação pertinente quer sobre o seu trabalho clínico, quer sobre o cliente, a relação terapêutica, o processo de supervisão, e sobre si próprio (Alonso & Rutan, 1988; Blocher, 1983; Bordin, 1983; Farber, 2003; Ladany, Hill, Corbett, & Nutt, 1996; Patterson, 1983; Pisani, 2005).

Em 1988, Alonso e Rutan escreveram “a exposição do trabalho do terapeuta é a condição *sine qua non* da boa supervisão” (p. 577) e, Yourman e Farber (1996) estabelecem ainda o critério de a informação revelada sê-lo com precisão. Estes autores investigaram a omissão em supervisandos, partindo do pressuposto que esse guardar segredo poderia ter como consequências “as hipóteses do supervisor entender completamente um dado caso [serem] necessariamente diminuídas, levando a uma experiência de aprendizagem menos que óptima, e no pior cenário, a um tratamento comprometido dos pacientes” (Yourman & Farber, 1996, p.567).

A não-revelação de informação em supervisão tem sido foco de alguma investigação, a que faremos referência mais à frente. Têm sido estudadas quer as omissões dos supervisores (e.g., Ladany & Lehrman-Waterman, 1999; Ladany & Walker, 2003; Ladany, Walker, & Melincoff, 2001), quer as dos supervisandos. É sobre estas que a presente pesquisa se debrussa.

Dos estudos a que tive acesso, todos os autores assumem a mesma guarda de Yourman e Farber face à omissão. Uma das preocupações com a omissão é a dedução lógica de diminuição da aprendizagem dos supervisandos, uma vez que os seus supervisores não podem aceder ao que não é revelado. Uma outra área de preocupação que decorre desta é que a omissão comprometa o desenvolvimento de competências profissionais, promovendo a manutenção do erro (Gray, Ladany, Walker & Ancis, 2001), e como consequência, comprometa a psicoterapia e impacte

negativamente a vida do cliente (Gray et al., 2001; Ladany et al., 1996; Wallace & Allonso, 1994 cit. por Pisani, 2005; Yourman & Farber, 1996). Todas estas afirmações são feitas por dedução, não sendo referidas a estudos que as suportem ou ilustrem. Aliás, o valor da própria supervisão na prestação de uma melhor terapia ao cliente parece ainda por estabelecer (Lambert & Ogles, 1997). Em suma, os autores alertam para os perigos de omitir em supervisão.

Simultaneamente, apercebemo-nos da possível inevitabilidade da omissão em supervisão. A não revelação surge nas narrativas de supervisão (vide por exemplo Grant, 2005; Hassenfeld & Sarris, 1978; McNeill & Worthen, 1989), mesmo as que não têm como objecto esse fenómeno, e (Yourman & Farber, 1996) reconhecem que, apesar do seu potencial perturbador, a não-revelação pode ser inevitável em supervisão. Dir-se-ia que a omissão é uma condição omnipresente da supervisão.

Estamos então perante um conflito inerente à relação de supervisão. Esta relação quer-se tão aberta quanto possível, de forma a permitir ao supervisando não só ser influenciado mas influenciar (Slavin, 1998), mas também dar azo à sua vontade de melhorar como terapeuta. Por outro lado, por vezes este revelar(-se) é percebido como o arriscar(-se) a perda de uma boa imagem pessoal e profissional (Rosenblatt & Mayer, 1975; Yourman & Farber, 1996). Numa pesquisa em que se dava a escutar o relato de um supervisando sobre um caso acompanhado e em que o cliente melhorava ou piorava e o supervisando fazia atribuição causal da mudança do cliente, interna ou externa, Ward, Friedlander, Schoen e Klein (1985) referem que qualquer que fosse a atribuição causal, nas condições em que se dizia que o cliente tinha melhorado, os supervisores consideravam o supervisando como mais competente, mais autoconfiante, mais conhecedor de psicoterapia (perito) e mais atraente do que nas condições em que se referiam pioras no cliente. Pode ser que a decisão de não revelar assente na procura de manutenção ou prossecução de uma imagem de eficácia.

A assunção de uma variedade de papéis é pedida ao supervisando: aluno, terapeuta, cliente, colega (Ladany & Friedlander, 1995) o que pode levar a uma ambiguidade na relação de supervisão e na conceptualização que se pode fazer do espaço de supervisão.

Uma variedade de estados de alma também se apresentam ao supervisando, que experiencia ansiedade, medo, vulnerabilidade e vergonha, vontade de se esconder e de não ser visto e também curiosidade, abertura, esperança, motivação, vontade de mostrar e de ser olhado. Estas vivências podem concretizar-se na omissão e na revelação (Ricci, 1995; Rosenblatt & Mayer, 1975; Rubin, 1989). A relação de supervisão é vista como uma de poder e ligação (Holloway & Carrol, 1996).

Numa linha mais positivista, e tendo como pressuposto a não-revelação em supervisão como problema a dar-se resposta, alguns autores colocam-se a questão se a utilização de gravação poderia levar a evitar a omissão, para concluir que o acesso à experiência do supervisando passa pela sua vontade de a revelar (Ladany et al., 1996; Yourman & Farber, 1996).

Assim, a perspectiva, o falado e o falar do supervisando são fundamentais quer à prática da supervisão, quer à sua compreensão, quer ao esclarecimento do que naquele encontro pode melhorar (Rosenblatt & Mayer, 1975). E o estudo do que não é dito pode ser ainda mais saliente para a nossa compreensão do encontro de supervisão do que o estudo do que é dito (Ladany et al., 1996). Holloway e Carrol (Holloway & Carrol, 1996) confirmam esta asserção ao expressarem que o estudo da não revelação tem um potencial de riqueza e interesse “como janelas abertas para territórios não mapeados” (p.52).

#### Investigação sobre omissão de informação por parte de supervisandos

A pesquisa que originou a presente tese pretendeu-se orientada para a descoberta, e foi executada sob uma perspectiva fenomenológica, o que se traduziu numa escolha de não exploração e aprofundamento da literatura em supervisão e, especificamente, em omissão, de forma a facilitar a epoché sobre o que viria se partilhado. De qualquer modo, penso que para efeitos de comunicação com o leitor, terá interesse passar em resumo, o que pude apurar em termos de conhecimento científico no tema. É o que farei de seguida.

Tive acesso directo a quatro artigos sobre não revelação de informação por supervisandos: Os de (Ladany et al., 1996; Pisani, 2005; Webb & Wheeler, 1998;

Yourman & Farber, 1996). Das investigações conduzidas, passo a expôr alguns dos resultados que podem interessar como background para a relevância percebida da presente questão de investigação:

- A omissão em supervisão parece ser um fenómeno generalizado (97,2% dos inquiridos no estudo de Ladany et al. (1996) relatam não revelar informação em supervisão – escolheram participar na investigação cerca de metade dos convidados-; entre 30 e 40% dos participantes do estudo de Yourman e Farber (1996) referem omitir a nível moderado a elevado);
- A forma da não revelação é passiva, ocorre sem que os intervenientes a comuniquem explicitamente (Ladany et al., 1996);
- Os supervisandos omitem mais frequentemente as suas experiências de relação de supervisão ou a sua experiência dos seus supervisores (Ladany et al., 1996; Pisani, 2005; Yourman & Farber, 1996); omitem menos frequentemente informações relativas aos seus clientes (Pisani, 2005);
- A omissão é reconhecida pelos supervisandos como uma das formas ao seu dispor de exercer poder na supervisão (Murphy & Wright, 2005);
- Os supervisandos distorcem e escondem material relevante, mas é mais provável escolherem omitir que distorcer (Yourman e Farber, 1996);
- Os supervisandos dizem revelar mais informação quando em supervisão individual (Webb & Wheeler, 1998);
- Os supervisandos dizem revelar mais informação quando escolhem voluntariamente o seu supervisor (Webb & Wheeler, 1998);
- Quanto maior a satisfação com o processo de supervisão, menos omissões por parte dos supervisandos (Yourman & Farber, 1996) ;
- Freyberg Foote (2005) estudou a abertura dos supervisandos, conceptualizada como o desejo e o compromisso com a aprendizagem e a vontade de escutar e receber feedback, (o que está indirectamente relacionado com a presente investigação). Refere que os supervisandos dizem ser mais abertos quando percebem o seu supervisor como aberto, apoiante e motivado para a

supervisão e feedback que seja um contributo para o desenvolvimento profissional dos supervisandos;

- Supervisandos que recebem avaliações positivas ou neutras abrem-se com maior probabilidade que supervisandos que recebem avaliações negativas (Freyberg Foote, 2005).

Apesar de parecer ser do consenso actual que a supervisão e a terapia não devem ser conceptualizadas e investigadas como se do mesmo se tratasse (Watkins, 1995; Yourman & Farber, 1996) creio poder ter interesse finalizar com alguns resultados expressos na pesquisa da omissão em contexto clínico, que tem sido mais investigada do que em contexto de supervisão. Estes estudos indicam ser a não revelação uma escolha frequente por parte dos clientes, particularmente as suas reacções negativas face à relação terapêutica e ao seu terapeuta, sendo que os terapeutas não se apercebem dessas omissões na maioria dos casos (Regan & Hill, 1992).

Para Heidegger, a linguagem é a “casa do Ser”, onde existimos e através da qual chegamos a conhecer o mundo (Harding, 2002, p. 97). No pensamento de Heidegger, a linguagem significa tudo o que o ser humano traz à luz, seja pela fala, pelo gesto, pela acção, pela arte. Este dizer como mostrar, é o ser da linguagem. Mas o dizer, e claro, o não dito, descreve todas as condições ontológicas da linguagem. Na linguagem como dizer, algo pode ser revelado que não está imediatamente presente na fala. É a linguagem que nos faz movimentar do desconhecido, a linguagem tem uma capacidade de revelar a verdade, logo, se adoptarmos uma posição fenomenológica, iremos explorar a linguagem, e não analisar a linguagem (Harding, 2002). E explorar a linguagem pode passar por explorar o não falado, mas mesmo assim, significado.

Falar é escolher, escolher comporta dizer não. Ao escolher o que revelar também rejeitamos expressar um conjunto muito maior que é tudo o resto que se vive, que se experimenta. Paralelamente, a fala organiza e constitui os sentidos, portanto não falar pode ser não reflectir, não se saber consciente, tematizadamente. Esta tensão é muito aparente em supervisão, um encontro particular, em que ser

super-visto está lado a lado com sentir-se visto, saber-se visto. “ Basta que o outro me olhe para que seja o que sou” (Sartre, 1997, p. 338).

### Síntese

Recapitulando: A investigação conduzida pretende responder à questão “Como significam e experienciam os supervisandos-psicoterapeutas o omitir informação relevante em supervisão?”. O interesse do estudo prende-se com a importância que a supervisão tem para a prática clínica e para os serviços prestados aos nossos clientes, o facto de ter sido relativamente pouco investigada, sobretudo no nosso país. Para além disto, a supervisão assenta na exposição, revelação para posterior visão, um aperceber-se que chega mais além e que não é vivido sem conflitos. A revelação caminha lado a lado com a omissão. Pretendemos com este estudo saber, da parte dos supervisandos, como é vivenciada a não revelação, como é para si experienciada a omissão, e com isso procurar um entendimento melhor do fenómeno de omissão, da comunicação e da relação em supervisão e da experiência dos psicoterapeutas.

## METODOLOGIA

Neste capítulo serão traçados na generalidade, os pressupostos metodológicos que conduziram ao desenho da presente investigação, passando por temas como epistemologia da investigação qualitativa, suas características e paradigmas, a fenomenologia na sua vertente de investigação dos fenómenos psicológicos, e sua localização dentro da investigação qualitativa. Pretende-se assim dar conta do contexto epistemológico e metodológico onde se insere esta pesquisa, e dar um sentido à escolha do método.

Proceder-se-à então à apresentação na especificidade do método de investigação escolhido, nomeadamente, o guião de entrevista, alguns dados de caracterização dos co-investigadores e o procedimento de trabalho tal como foi levado a cabo.

### Paradigmas

Kuhn (1970 cit in Rommel & Christiaens, 2006) definiu paradigma como “os resultados científicos universalmente reconhecíveis que, durante um determinado período, fornecem modelos de problematização e solução a uma comunidade de praticantes”. Os paradigmas competem entre si através dos seus pressupostos filosóficos, dos seus objectivos e dos seus métodos (Rommel & Christiaens, 2006). Cada paradigma assume assim uma função de “Norma” pela qual os seus seguidores se regem na procura de conhecimento. Kuhn foi mais longe perspectivando a ciência, não como uma empresa destinada à produção de conhecimento cada vez mais válido, uma vez que cada paradigma que se instala é revolucionário, ou seja, corta com os pressupostos e conhecimentos do paradigma anterior, mas antes como um projecto de desenvolvimento. A Ciência não conseguiria assim alguma vez ser convergente, com sucessivas teorias a aproximar-se cada vez mais de um conhecimento último e verdadeiro. A perspectiva e a intenção de Kuhn terá sido a de substituir o modelo de

desenvolvimento por acumulação e convergência numa “verdade ideal”, por um modelo Evolutivo de progresso científico através de teorias que se sucedem como formas cada vez melhor adaptadas à resolução de problemas, sem qualquer objectivo de convergência. No entanto Kuhn resistiu a uma visão completamente relativista, local e historicamente condicionada da ciência, apesar dessa ser a leitura habitual da sua perspectiva (Friedman, 2005).

A tão aguardada e predita vigência de um paradigma das ciências humanas na psicologia ainda não teve lugar (Donmoyer, 2006; Giorgi, 2003), ou seja, parece que no caso da nossa disciplina científica, o paradigma positivista e dentro dele, a metodologia quantitativa, continuam a reger as escolhas da maior parte dos psicólogos. Um estudo muito interessante levado a cabo por Rennie, Watson e Monteiro (2002) cujo objectivo foi aferir de uma eminente mudança de paradigma de investigação em psicologia verifica um aumento do número de estudos publicados utilizando metodologias qualitativas. Contudo, a proporção de investigações nesta categoria não chega a ser um décimo de toda a produção científica na disciplina. Sendo assim, concluem, uma mudança de paradigma de pesquisa está ainda por se efectuar.

A perspectiva Kuhniana de choque e sobreposição de um paradigma face a outro parece não se dar na investigação em Psicologia. Desde os seus primórdios que as duas formas de fazer ciência convivem, apesar de, desde então, a proposta de Wundt ter ganho mais aceitação junto dos psicólogos-cientistas. De facto, o campo da psicologia nunca convergiu inteiramente, persistindo um número de vozes dissidentes, como a de Franz Brentano ou Thomas Dilthey ou mesmo Husserl e Heidegger, no passado e a de todos os que publicam investigação noutra qualquer paradigma que não o positivista, até hoje. Parece haver, ao contrário do que Kuhn descrevera como uma tendência para a convergência numa única perspectiva, uma proliferação de paradigmas. E parece que essa proliferação e co-existência é endémica e persistente na psicologia.

## Metodologia Qualitativa

A maior parte dos investigadores em psicologia equaciona a ciência apenas com o paradigma positivista, não contemplando nos seus escritos qualquer declaração que possa elucidar da sua posição epistemológica, muito menos uma reflexão sobre as suas motivações para ter escolhido um tipo de abordagem e não outro ou as razões pelas quais optou por equacionar o ser humano da forma como o fez (Thayser, 2005). Este silêncio representa bem o quanto a maior parte da investigação em psicologia se enquadra no paradigma vigente, que é positivista, moderno ou do empirismo lógico.

Patton por exemplo, propõe uma noção de paradigma como heurística, declarando:

“Paradigms are deeply embedded in the socialization of adherents and practitioners: paradigms tell them what is important, legitimate, and reasonable. Paradigms are normative, telling the practitioner what to do without the necessity of long existential or epistemological considerations. (Patton, 1990, p. 37).

Sendo assim, os investigadores que optam por uma metodologia qualitativa vêem-se na contingência de uma obrigatoriedade de definição dos seus pressupostos a nível epistemológico, axiológico, ontológico e metodológico. Tal deve-se não só ao explanado anteriormente mas também ao facto de subjazer à escolha de uma metodologia qualitativa, e dentro desta, uma metodologia fenomenológica, um uso do próprio investigador, da sua visão sobre o mundo, da sua conceptualização e entendimento que faz da pesquisa que efectua, que é alheia ao paradigma do empirismo lógico. Ou seja, a própria aceitação de um investigador participante, cujo olhar é fundamental no trazer à luz algum conhecimento, conduz a uma obrigatoriedade da sua exposição, sendo esse um dos critérios de avaliação do estudo efectuado. Se faço parte e co-constituo os meus resultados, tenho de me apresentar, tal como apresento tudo o resto que considero relevante (Spinelli, 2005).

Em simultâneo, subjaz a uma metodologia qualitativa uma perspectiva do outro, não como “sujeito”, ou seja, o que foi apropriado e dirigido pela proposta de investigação, mas como um outro participante ou co-investigador. A hierarquia

investigador-sujeito presente na investigação quantitativa não se enquadra e é antagónica do entendimento que se tem na pesquisa qualitativa. (Lincoln & Guba, 1985; McLeod, 2001; Patton, 1990; Ponterotto, 2005; Spinelli, 2005)

Toda a Ciência viza a produção de conhecimento e fá-lo de uma forma sistemática (McLeod, 2001; Ponterotto, 2005). O contributo da investigação qualitativa para a ciência, pretende ser o conhecimento através da compreensão do mundo, enquanto que a metodologia quantitativa se dedica sobretudo à explicação no sentido da predição através do estabelecimento de nexos causais. Utilizando a distinção proposta por Dilthey entre as ciências naturais e as ciências do Homem, o objectivo é a Compreensão (*Verstehen*) e não a explicação (*Erklaren*), mais adequada aos fenómenos naturais (Ponterotto, 2005).

### *Práticas da Metodologia Qualitativa*

Algumas práticas são comuns às diferentes metodologias qualitativas, e estiveram também presentes neste estudo:

- A análise foi concomitante à recolha de informação e cíclica, fazendo parte do processo.
- A análise foi sistemática e compreensiva, requerendo disciplina organização.
- Os dados foram segmentados, divididos em unidades de significado para melhor manejo e compreensão, mas o sentido do todo foi preservado.
- As categorias são tentativas e preliminares, mantendo-se flexíveis.
- Houve espaço para ecletismo, não existindo uma única maneira de manejar os dados.
- O resultado da análise constitui uma forma de síntese de nível superior. (adaptado de Tesch, 1990, pp. 95-97)

### Fenomenologia em Psicologia

Se se pretende a compreensão (*Verstehen*), procura-se compreender o quê, em Psicologia? No âmbito do paradigma a partir do qual estabeleci este estudo, que é o

fenomenológico, interessa-me compreender a experiência, o significado e a subjectividade. Falarei primeiro desta.

### *Subjectividade*

A Fenomenologia compreende o paradigma moderno como reducionista, uma vez que este objectifica o ser humano e sua subjectividade de forma a torna-lo passível de uma qualquer medida, e de forma a poder enquadrar o Homem dentro do método científico, sendo que o método científico tem como vocação o estudo e explicação dos fenómenos da natureza, estes sim, objectivos (Giorgi, 2004; McLeod, 2001; Ponterotto, 2005).

Dentro do paradigma vigente, a subjectividade é percebida como um problema metodológico que exigiu a elaboração de inúmeras estratégias para a eliminar ou alhear. Laing (1990) refere mesmo a crítica comum de “Isso é meramente subjectivo”, questionando porque será que não se escuta com a mesma frequência que “Isso é meramente objectivo”?

A proposta fenomenológica<sup>1</sup> é que o Homem expanda a ciência para melhor compreender-se no que tem de mais intrínseco, a sua subjectividade, ao invés de reduzir-se, espartilhar-se, transformar-se e objectificar-se para caber na ciência. Um dos grandes contributos de uma visão fenomenológica para a psicologia é precisamente o gosto e a intenção de apropriar-se e conhecer a subjectividade (Giorgi, 2004).

Tal não significa uma reificação da subjectividade, nem uma negação da objectividade. Como Merleau-Ponty esclarece “[...]enquanto que o corpo vivo se tornou num exterior sem interior, a subjectividade tornou-se num interior sem exterior[...]” (1962 cit in Giorgi, 2004, p.56). Há uma relação e uma pertença do objectivo ao subjectivo e vice-versa. A tarefa do investigador é então a de abordar a subjectividade de forma a desvela-la (Giorgi, 2004).

---

<sup>1</sup> Não apenas da Fenomenologia mas de qualquer paradigma de investigação não positivista.

### *Significado*

Um outro ponto que devo contemplar prende-se com a busca do significado. Segundo Merleau-Ponty, estamos condenados ao Significado. Camus (2005, p.15) diz-nos:

“Nunca vi ninguém morrer pelo argumento ontológico. Galileu, que possuía uma verdade científica importante, dela abjurou com a maior das facilidades deste mundo, logo que tal verdade pôs a sua vida em perigo. Fez bem, em certo sentido. Essa verdade não valia a fogueira. Qual deles, a Terra ou o Sol, gira em redor do outro, é-nos profundamente indiferente. A bem dizer, é um assunto fútil. Em contrapartida vejo muitas pessoas morrerem por considerarem que a vida não merece ser vivida.”

A perspectiva que tomei no que respeita esta pesquisa é a da compreensão de significados. Não me interessei pela medição e pesagem do fenómeno, mas um entendimento, o mais profundo que me fosse possível, do significado do fenómeno em estudo para os participantes.

### *Experiência*

Dentro de um olhar fenomenológico a realidade existe, da forma que existe, através dos significados que atribuímos à experiência que dela temos. Não nega a realidade, mas vê a realidade, tal como a experienciamos, como um processo. Um processo de experiência e significação e interpretação. Tal significa que as nossas conclusões são relativas (uma vez que baseadas num sem número de variáveis) e não absolutas, subjectivas e não objectivas (Spinelli, 2005). Mais uma vez, de acordo com a proposta de Dilthey, assumimos como objectivo a compreensão da Experiência Viva (*Erlebnis*) do ponto de vista de quem a vivencia. O conhecimento pode estar implícito para o indivíduo, mas é passível de ser trazido à consciência (vide por exemplo Sartre, 1997), logo, a Experiência viva da pessoa é passível de estudo empírico.

O que interessa à fenomenologia é precisamente a exposição e clarificação das experiências, tanto num foco noemático –o seu “Quê”- como noético – o seu “Como”-, conducentes à estrutura da experiência. A estrutura da experiência

corresponde ao invariante último dessa experiência em investigação fenomenológica, ou seja, ao seu sentido desvelado<sup>2</sup> (Giorgi & Giorgi, 2003b; Spinelli, 2005).

Brentano escreveu:

O aspecto comum de tudo o que é psicológico [...] consiste na relação que estabelecemos com um objecto. A relação denominou-se de intencional; é a relação a algo que pode não ser real mas que é apresentado como um objecto. Não há escuta sem que algo tenha sido escutado, não há crer sem que algo tenha sido crido; não há esperança sem que algo tenha sido esperado... e por aí fora, para todos os outros fenómenos psicológicos. (Brentano, 1889 cit. por Moran, 2000).

A Relação Intencional, ou Intencionalidade como é comumente designada, conduz-nos a uma inelutabilidade de estarmos condenados ao significado, à interpretação de uma realidade que é, mas da qual apenas podemos conhecer-lhe a experiência e significado que dela temos (Spinelli, 2005).

### Metodologia Fenomenológica

“O psicólogo como tal, na sua pesquisa deve [...] não tomar nem ter uma posição: ele não deve nem concordar nem recusar, nem manter-se em suspensão problemática, como se pudesse ter alguma coisa a dizer acerca das validades das pessoas que são os seus sujeitos. Enquanto ele não tiver adquirido esta postura como uma postura séria e conscientemente estabelecida, ele não chegou ao seu verdadeiro assunto; logo que o viola, ele perde o seu assunto” Husserl (1970 cit in Ashworth, 1996)

Tendo descrito o ponto de partida filosófico desta investigação, passarei agora aos invariantes que encontramos em qualquer investigação fenomenológica aplicada à psicologia. Todos os invariantes têm como objectivo último o deixar que o fenómeno se manifeste, ou seja, um deixar o próprio mundo vivido para trás e entrar totalmente nas situações dos participantes, com um sentido de “Wonder” (Wertz, 2005): busca, procura e deslumbramento. Três regras interrelacionadas mas distintas entre si devem ser seguidas nesta empresa (Cohn, 2005; Spinelli, 2005):

---

<sup>2</sup> Valle & King (1978 cit in Spinelli, 2005) esclarecem esta busca da estrutura com uma analogia de transposição musical. Enquanto que num paradigma positivista isolamos e medimos as notas, num paradigma fenomenológico tentamos encontrar a melodia da composição, sendo essa a estrutura da experiência.

### *Epoché*

A Epoché consiste em colocar entre parêntesis os nossos pressupostos. Todo o conhecimento prévio sobre o fenómeno deve ser posto de lado de forma a conseguir uma abertura da nossa experiência ao novo, ao íntegro e à essência do que estudamos. Atingir uma epoché total é impossível e inviável. Epoché em investigação é uma intenção a seguir; o caminho para atingi-la por parte do investigador é já um garante de maior abertura e confiança num deixar-se invadir pelo fenómeno como ele é, é um “Ir às coisas elas mesmas” como no repto de Husserl.

### *Descrição*

A descrição serve um objectivo semelhante à epoché: A Abertura. Coloca-se aqui o foco no fenómeno em estudo, ou seja, a ênfase na descrição pretende contrariar o fechamento do fenómeno numa explicação que lhe retire o seu pulsar, e sobretudo, a sua essência. Se explico antes de ter descrito, precipito-me e perco provavelmente a hipótese de conhecer em profundidade. Tal como a epoché, a descrição sem explicação é uma meta a perseguir e não é passível de concretização absoluta.

### *Equalização*

Equalização consiste na recusa de hierarquização inicial dos significados percebidos. Pretende-se aqui, mais uma vez, não impôr qualquer limitação ao fenómeno. A abertura é melhor conseguida se tratarmos todo o aspecto observado e experimentado como tendo um significado e valor de investigação, de início, igual.

É então a receptividade ao mundo vivido, a empatia, conseguidas através das regras de epoché, descrição e equalização que permite a análise da intencionalidade, e o encontro com a essência do fenómeno.

É então a receptividade ao mundo vivido, a empatia, conseguidas através das regras de *epoché*, descrição e equalização que permite a análise da intencionalidade, e o encontro com a essência do fenómeno.

### Passos de Investigação Qualitativa sob uma abordagem Fenomenológica

Parecem existir cinco passos comuns a todos os métodos de investigação qualitativa: (1) Compilação de dados verbais; (2) Leitura dos dados; (3) Segmentação dos dados; (4) Organização e Expressão dos dados a partir de uma perspectiva disciplinar e (5) Síntese e resumo dos dados com o fim de comunicação à comunidade (Giorgi, 1997). Como tornar cada um destes passos consonantes com uma abordagem fenomenológica? Refiro de seguida os cuidados e procedimentos a ter para cada um dos passos (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a).

#### *Compilação de dados verbais*

As questões devem ser abrangentes e abertas para que a pessoa entrevistada tenha oportunidade de expressar os seus pontos de vista, o seu mundo vivido, livremente e em profundidade.

Procura-se uma descrição concreta e detalhada da experiência e acções da pessoa, tão fiel como possível à forma como foi por si experienciada.

#### *Leitura dos dados*

A abordagem fenomenológica é holística o que significa que todo o material deve ser lido antes da análise. Não se tenta tematizar nesta fase. Apenas se pretende uma visão global de forma a facilitar o passo seguinte.

### *Segmentação dos dados*

A divisão faz-se através do significado, uma vez que é esse o propósito da fenomenologia. Discrimina-se e divide-se de acordo com a visão da disciplina de estudo, no nosso caso, uma visão da psicologia.

Divide-se toda a descrição em unidades de significado, sendo cada unidade uma parte do texto com um significado diferente das outras que lhe são vizinhas. Uma unidade de significado pode ou não corresponder a uma frase, unidade gramatical. É o investigador que co-constitui as unidades de significado a partir da sua abordagem disciplinar, neste caso a Psicologia.

Procura-se a sensibilidade do investigador às questões da psicologia e uma abertura a que os significados inesperados possam ser intuídos.

### *Organização e Expressão dos dados a partir de uma perspectiva disciplinar*

As unidades de significado são examinadas e redescritas depois de passarem pelo método de Variação Livre Imaginativa. A Variação Livre Imaginativa permite encontrar a essência para a psicologia daquilo que o entrevistado disse numa linguagem quotidiana.

Cada um de nós vive e expressa-se de acordo com a forma como vivemos o nosso mundo. O que nos importa em psicologia é expressarmos, no fundo traduzirmos o dito numa perspectiva quotidiana para uma linguagem relevante para a nossa disciplina científica. Isto faz-se fazendo variar na imaginação do investigador os significados possíveis do expresso pela pessoa, ou seja, tentando encontrar-lhe os limites a partir dos quais o que foi dito já não significa o mesmo. Com esta operação, encontramos o significado do que foi expresso.

Este processo de sensibilidade ao que é relevante psicologicamente e ao que a pessoa quis significar faz-se através da procura pelo investigador do significado psicológico e sua variação imaginativa de forma a verificar se se quadra ou não com o expresso, i.e., se reflecte directamente a experiência da pessoa. Se assim for, encontramos os significados psicológicos invariantes de cada unidade de significado, “essencializamos” e estabilizamos os dados em torno da questão de investigação

(Kvale, 1996). No fundo, este processo complexo não é mais do que transformar o dito prático no conceito psicológico, uma elevação do nível de abstracção do significado, o seu invariante.

### *Síntese e resumo dos dados com o fim de comunicação à comunidade*

Neste passo, em investigação fenomenológica, procede-se à elaboração da estrutura do fenómeno. Uma estrutura é constituída pelas essências e –sobretudo- as suas relações. A estrutura é a coerência e convergência do fenómeno. Representa a sua expressão central, que pode ser apenas uma única, revelando o significado de todos os entrevistados, ou várias. Evidentemente que uma única estrutura é mais parcimoniosa, mas uma vez que temos de ser fiéis aos dados, faremos tantas quantas forem necessárias para uma boa representação do fenómeno tal como surgiu na pesquisa (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a).

Para além da estrutura temos de dar conta da variabilidade do fenómeno, ou seja, das categorias das manifestações na sua vertente de dispersão do fenómeno em estudo.

As categorias das manifestações, ou seja, os constituintes do fenómeno apresentam-se como uma Gestalt, ou seja, são as suas relações que importam mais do que a sua presença substantiva, sendo qualquer uma delas fundamental para a estrutura (Giorgi & Gallegos, 2005).

### O Processo de Análise Temática<sup>3</sup>

A análise temática é um dos procedimentos mais utilizados, no entanto dos menos reconhecidos e nomeados nas publicações de investigação qualitativa (Braun & Clarke, 2006). Boyatzis define a análise temática como uma forma de ver, “a

---

<sup>3</sup> A análise temática evoluiu da análise de conteúdo e difere desta no sentido em que a análise de conteúdo tradicional costuma utilizar expressões mais limitadas (palavras), pode ter como objectivo uma quantificação e assume-se fundamentalmente dedutiva, procurando nexos de causalidade (Osborne, 1991). A análise de conteúdo pressupõe um sujeito investigador com um conhecimento maior e mais esclarecido e podendo interpretar e fazer pesar sobre o que é expresso a sua sabedoria prévia. Há assim uma desigualdade de conhecimento no sentido da primazia do investigador sobre o entrevistado (Rocha & Deusdará, 2005) que recusámos nesta pesquisa.

análise temática é um processo a ser usado com informação qualitativa. Não é outro método qualitativo mas sim um processo que pode ser usado com a maioria, se não todos, os métodos qualitativos[...]”(1998, p. 3). Este processo é recursivo e não linear. A sua riqueza está na flexibilidade com que o investigador pode movimentar-se de forma a poder aproximar-se do propósito da pesquisa.

As fases da ferramenta de análise temática, de acordo com Braun e Clarke (2006) são as seguintes:

Tabela 1: Fases da Análise Temática (Traduzida e adaptada de Braun e Clarke, 2006, p. 87)

Fase	Descrição do Processo
1. Familiarização com os dados	Transcrição dos dados. Leitura e re-leitura dos dados. Anotação das ideias iniciais.
2. Criação dos Códigos Iniciais	Codificação de características interessantes dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, atribuindo dados relevantes a cada tema potencial
3. Procura de Temas	Agrupamento de códigos em temas potenciais, juntando todos os dados relevantes para cada um.
4. Revisão dos Temas	Verificação se os temas funcionam em relação aos extractos codificados e a todo o conjunto de dados, criando um “Mapa Temático” da análise.
5. Definição e Designação dos Temas	Análise contínua para refinamento das especificidades de cada tema, e ao quadro global que a análise produz, criando definições claras e nomeando cada tema.
6. Produção do Relatório	Seleção de extractos vivos e apelativos. Relacionamento da análise com a questão de investigação e a literatura.

### A Escolha de um Método de Investigação

Tal como Patton (1990) propõe, na investigação qualitativa o que importa, acima de tudo, é que haja uma boa adequação entre a questão de investigação e a técnica de análise dos dados, o que pode implicar flexibilizar alguns dos seus trâmites.

A esse respeito, Spinelli refere como falaciosa a sustentação em apenas um método, “o método”: “Cada investigador fenomenologista emprega abordagens descritivas únicas e que derivam do método fenomenológico” (Spinelli, 2005, p. 136). Sendo assim, interessa-nos mais o quadro, os pressupostos e sua clarificação e uma adaptação dos procedimentos à investigação, ou seja, à questão a que queremos responder. Parece então que, no respeitante às escolhas procedimentais, o que importa é acima de tudo a adequação entre os vários elementos da tríade Questão-Paradigma-Método/Técnicas, constituindo um processo dinâmico, tal como pretendo ilustrar no diagrama seguinte:

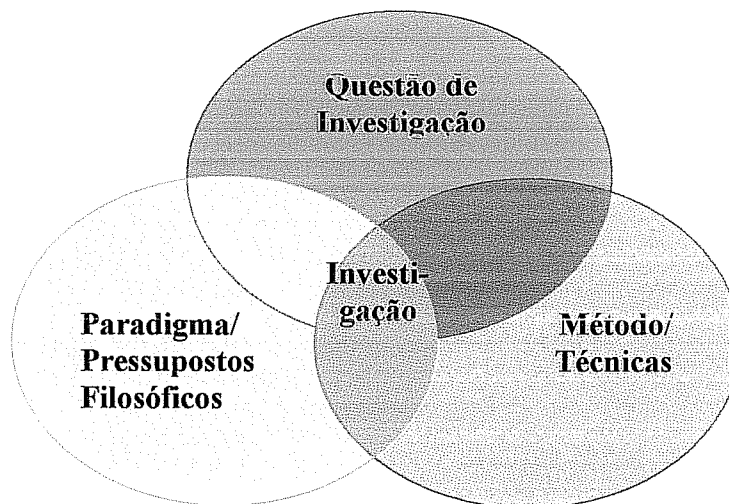


Figura 1: Diagrama de Ilustração da Tríade Questão-Paradigma-Método/Técnicas

Os círculos sobrepostos indicam a sobreposição de possibilidades, por exemplo, há diferentes métodos que podem englobar-se no paradigma, mas que não contribuem para a resposta à questão de investigação, ou por exemplo, há outras formas de responder à questão a partir de outro paradigma, de outros pressupostos, ou com outras técnicas.

Esta pesquisa, e a forma como a desenhei, é apenas uma das infinitas possibilidades de estudo do fenómeno. Não deixa de ser a que me pareceu mais adequada. Passo a expôr as minhas razões:

## Procedimento do Presente Estudo

Início com uma citação de McLeod (2001, p. 208):

Realizar boa investigação qualitativa não é uma questão de seguir um conjunto de procedimentos. [...] Os investigadores qualitativos precisam de conhecimentos sobre metodologia em vez de aprender a seguir instruções passo-a-passo para estar conforme o “como se faz grounded theory” ou “como se faz fenomenologia”. Uma base segura nos aspectos relevantes da filosofia e da sociologia da ciência social fornece a estrutura para realizar escolhas metodológicas apropriadas à tarefa em mãos. Resultados úteis não chegam através do seguimento de uma receita, mas por se saber o que cada passo da receita pretende atingir.

Esclarecendo para o presente caso: Este estudo é uma investigação qualitativa, assente nos pressupostos da metodologia fenomenológica (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a, 2003b; Spinelli, 2005), utilizando o processo de análise temática tal como a descrevem Braun e Clarke (2006).

“[...] o processo de pesquisa fenomenológica é cansativo, moroso, cheio de perigos interpretacionais e nunca completo. Em simultâneo, é frequentemente excitante, surpreendente em termos do que emerge, intelectual e emocionalmente revigorante, comovente e capaz de provocar um nível de intimidade entre investigador e co-investigador paralelo ao da psicoterapia atingindo uma profundidade de valor e significado para todos os participantes [...]” (Spinelli, 2005, p. 137)

Neste capítulo pretendo descrever como foi o processo de pesquisa que passou pela elaboração da questão de investigação, uma auto-investigação/reflexividade, a procura e encontro com os co-investigadores, a obtenção de dados através das entrevistas e os procedimentos de análise escolhidos.

Tabela 2: Passos de Métodos de Investigação Segundo Colaizzi (1978 cit. por Spinelli, 2005), Giorgi (1987) e Braun e Clarke (2006). A sombreado estão os passos seguidos no presente estudo.

<b>Colaizzi (1978)</b>	<b>Giorgi (1987)</b>	<b>Braun e Clarke (2006)</b>
Formulação da questão de investigação		
Seleção dos co-investigadores		
Auto-investigação/ reflexividade		
Compilação de dados verbais (normalmente através de entrevistas)		
Familiarização com os dados: Transcrição das entrevistas; Leitura dos protocolos		
Escolha das instâncias directamente relevantes para o fenómeno investigado	Segmentação dos dados em Unidades de Significado	Criação dos Códigos Iniciais
Extracção dos significados (movimento entre o dito e o significado)	Organização e Expressão dos dados a partir de uma perspectiva disciplinar	Procura de Temas
Organização e agrupamento dos significados em clusters/ temas		Revisão dos Temas
A lista de elementos temáticos é integrada numa descrição exaustiva do fenómeno	Síntese e resumo dos dados	Definição e Designação dos Temas
Apresentação da descrição a cada co-investigador para verificar se captura o significado do fenómeno.		
Revisão da descrição com base nos comentários dos co- investigadores		
Produção do Relatório para Comunicação à Comunidade		

O procedimento do presente estudo seguiu os passos sombreados da tabela acima exposta. Passo a expôr as tomadas de decisão para cada um deles e a forma como foram levados a cabo.

*Elaboração da Questão de Investigação:*

A questão sobre a qual me debrucei foi: “Como se processa o fenómeno de omissão, por parte dos psicoterapeutas-supervisandos, de informação por si considerada relevante em contexto de supervisão?”<sup>4</sup>.

Para tal elaborei o seguinte guião de entrevista:

1. Alguma vez omitiu do seu/sua supervisor/a informação por si considerada relevante sobre um processo psicoterapêutico?

Se sim,

2. Descreva-me, p.f., com o máximo de detalhe possível, uma situação de omissão ao seu/sua supervisor/a de informação por si considerada relevante que lhe tenha parecido particularmente crítico/ notório.

3. Descreva-me, p.f., com o máximo de detalhe possível, o processo de tomada de decisão que o/a levou a optar por omitir na circunstância que me descreveu há pouco.

4. Na situação descrita, que ganhos avalia ter tido com a omissão? Que perdas?

Este protocolo pretendeu-se sobretudo como um guia para a entrevista, contendo questões que poderiam devolver com maior acuidade e riqueza o fenómeno de omitir em supervisão. Não foi seguido rigidamente nem esgota tão pouco todas as interacções tidas com os co-investigadores.

O objectivo principal foi o de criar um clima de abertura e confiança que permitisse às pessoas entrevistadas revelarem os seus segredos, uma vez que era disso que se tratava. Como tal, e consciente que o que pedia aos meus co-investigadores era que revelassem e se revelassem, procurei ser franca, aberta, segui-los para onde quisessem ir, e colocar-me ao seu lado para conseguir ver como estavam a ver e perspectivar melhor os contornos e constituintes das suas omissões. Deixei-me então guiar pelo momento e a presença dos meus entrevistados tanto

---

<sup>4</sup> Os motivos de escolha desta questão foram plenamente abordados no capítulo de introdução. De qualquer dos modos, esses motivos pertencem e estão indissociados da elaboração da questão e constituem o pano de fundo sobre o qual se levou a cabo a presente investigação.

como pelo guião de entrevista. Penso com isto ter seguido a intenção da redução fenomenológica que é ter consciência dos meus pressupostos para melhor os colocar entre parêntesis. Procurei estar aberta à conversa, no sentido etimológico de “conversatione” como um “vaguear em conjunto com” (Kvale, 1996, p. 4), tanto como ao meu interesse específico, o de desvelar o fenómeno.

Uma entrevista fenomenológica tem como foco o mundo vivido da pessoa, uma abertura à sua experiência. É dada primazia às descrições tão detalhadas quanto possível, tentando fazer-se epoché (colocar de lado quaisquer pressupostos relacionados com o fenómeno em estudo) e procurando obter os significados, em essência, patentes nessas descrições.

Interessou-me sobretudo ter um acesso privilegiado ao vivido e à experiência dos meus entrevistados e ao seu significado, com o máximo naiveté que me foi possível<sup>5</sup>: epoché, curiosidade, com-versa.

#### *Seleccção dos co-investigadores*

Procurei encontrar, para co-investigadores, psicoterapeutas que tivessem tido experiência de supervisão e que pudessem estar interessados em participar na pesquisa. Todos foram contactados por telefone, onde lhes descrevi o âmbito da investigação e as questões que lhes iria colocar. Escolhi esta abertura no primeiro contacto por razões éticas e de método. Eticamente, para permitir, às pessoas que contactava, poderem escolher da sua participação em consciência, sem surpresas nem “cartas na manga”<sup>6</sup>. Todos os participantes deram assim o seu consentimento informado. Metodologicamente esta apresentação prévia serviu para proporcionar tempo e espaço de reflexão sobre o fenómeno e assim procurar obter descrições mais vivas, mais reveladoras.

---

<sup>5</sup> Naiveté procurada e deliberada.

<sup>6</sup> Uma das minhas primeiras surpresas enquanto leitora e participante de várias investigações em psicologia foi a frequência com que o que era designado como tema da investigação não corresponder de facto ao que estava a ser investigado. Apesar de compreender bem que as investigações a isso decerto obrigavam, tal sempre me trouxe um certo travo amargo a manipulação, um sabor desconfortável a cobaia. Foi com muita satisfação que pude, nesta pesquisa, pela forma como foi desenhada e pelo paradigma onde se situa, proceder com as pessoas entrevistadas, de forma cândida e mais consonante com os meus valores.

Assim, os participantes já sabiam antes da entrevista do que se iria tratar. Queria no entanto salientar que mesmo assim três deles, o Paulo, a Marta e a Ema, tiveram muita dificuldade em recordar-se de qualquer omissão, apesar de esclarecerem estar certos de já terem escolhido ocultar informação.

Ao todo, entrevistei oito psicoterapeutas. As entrevistas tiveram uma duração média de uma hora. De seguida forneço alguma informação de caracterização dos entrevistados. Todos os nomes foram alterados de forma a salvaguardar o anonimato dos participantes.

Tabela 3: Caracterização dos Entrevistados

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Número de anos de experiência clínica</b>	<b>Filiação terapêutica</b>
Carla	Feminino	6	Integrativa
Dina	Feminino	15	Bioenergética
Ema	Feminino	12	Integrativa
Irene	Feminino	13	Psicodinâmica
Marta	Feminino	13	Psicodinâmica
Nuno	Masculino	12	Psicodinâmica
Paulo	Masculino	13	Psicodinâmica
Vera	Feminino	9	Psicodinâmica

#### *Auto-investigação/ reflexividade*

Este passo da pesquisa tem como objectivo aceder aos meus pressupostos sobre a questão de investigação de uma forma metódica de maneira a saber o que devo pôr temporariamente de lado para manter uma atitude de abertura ao fenómeno (Ashworth, 1996; Kvale, 1996; McLeod, 2001; Wertz, 2005).

Apesar de ser designadamente uma actividade de início de pesquisa, creio que a minha reflexividade crítica deve perpassar toda a pesquisa. A auto-investigação esteve presente desde o início, com a escolha do tema de pesquisa até agora, à escrita da dissertação. Posso no entanto salientar os momentos de reflexividade estruturada e substanciada na produção de um documento escrito:

1. Logo após a elaboração da questão de investigação: de forma a conseguir limpar tanto quanto possível o campo de investigação dos meus conhecimentos a priori, poder ouvir com empatia o que os terapeutas entrevistados me quiseram dizer e poder ouvir e questionar com liberdade (conversar, como dizia atrás)<sup>7</sup>.
2. Durante a análise dos dados, tomando notas pessoais sobre os impactes intelectuais e emocionais (muitas vezes fortes) que estava a experimentar ao trabalhar sobre os dados de forma a poder mais uma vez continuar a escutar e olhar sem ter como óculos os meus preconceitos. Uma vez escritas, as minhas impressões ficavam como que cristalizadas, prisioneiras da etiqueta onde as tinha colocado, e de certa maneira, mais distantes de mim, fora do caminho entre mim e a pessoa que falava no material que estava a ler e a trabalhar sobre.<sup>8</sup>

### *Compilação de dados verbais*

As entrevistas foram levadas a cabo entre Janeiro e Julho de 2007.

O processo de “recolha de dados” teve duas fases: Uma primeira, até Março de 2007, em que procurava apenas uma descrição da omissão em supervisão, com ajuda do guião atrás transcrito. Nesta fase entrevistei a Carla, a Dina, o Nuno, a Vera e o Paulo.

Depois destes cinco protocolos terem sido obtidos e analisados, e de ter chegado a uma descrição preliminar do fenómeno, passei para uma segunda fase de entrevistas que decorreu no mês de Julho de 2007. Nesta fase, para além da procura da descrição de vivências de omissão por parte dos participantes, que consistia a fase inicial da entrevista, procedia num segundo momento à apresentação dos resultados que tinha obtido previamente para poder aferi-los com os co-investigadores. Procurava saber até que ponto se reconheciam naquele esquema prévio, onde se situavam nas narrativas que tinham partilhado antes comigo, que pontos acrescentariam. Este segundo momento serviu como catalizador de mais e diferentes

---

<sup>7</sup> Para acesso ao documento escrito de reflexividade crítica inicial, vide anexo.

partilhas que se revelaram muito interessantes. Optei por mostrar os resultados preliminares depois da primeira parte da entrevista de forma a que as pessoas pudessem falar da sua experiência livremente, antes de serem confrontadas com um momento que podia ser tomado como de “comparação social”.

*Familiarização com os dados: Transcrição das entrevistas e Leitura dos protocolos*

Todas as entrevistas foram gravadas em digital ou áudio e posteriormente transcritas, por mim própria, de forma a ter oportunidade de uma imersão o mais completa possível nos dados (Giorgi & Giorgi, 2003b; Spinelli, 2005; Wertz, 2005).

A transcrição resultou num conhecimento mais profundo do texto e creio ter facilitado muito o trabalho posterior de análise e síntese. Ao ler os protocolos, era frequente ter memórias da entoação dada, os sublinhados e ambiente/ contexto interpessoal em que as narrativas tinham sido partilhadas.

Na fase de análise as unidades de significado destacam-se e facilmente ficam a “pairar” sobre o discurso, descontextualizando-se e perdendo textura. O facto de ter transcrito e re-lido os protocolos deu-me o peso global e holístico de cada interacção e ajudou-me a não me perder do contexto de experiência na fase de divisão que se seguiu.

*Segmentação dos dados em Unidades de Significado e Escolha das instâncias directamente relevantes para o fenómeno investigado*

Neste passo procedi à divisão do texto em unidades de significado (Giorgi, 1997; Giorgi & Gallegos, 2005; Giorgi & Giorgi, 2003a, 2003b), tal como atrás descrito. Todas as unidades para as quais não encontrava qualquer relação com o fenómeno em estudo foram atribuídas a uma categoria a que chamei “Outros comentários”. Esta categoria foi re-lida em vários momentos do processo de análise e algumas das unidades que a compunham foram retiradas para constituir temas que foram posteriormente considerados relevantes à compreensão do fenómeno de omissão. Por exemplo, inicialmente, todas as instâncias referentes a motivos pelos

---

<sup>8</sup> Para acesso a documento escrito de reflexividade crítica ao longo do processo de análise, vide anexo.

quais os participantes não omitiam estavam neste grupo. Decidi posteriormente enquadrá-las no estudo uma vez que representavam como que “declarações de intenções” de não omissão que, apercebi-me mais tarde, ajudavam a iluminar o fenómeno de omissão, uma vez que o inverso do fenómeno também pertence ao fenómeno, tal como o não é diferente do nada e pertence ao sim (Sartre, 1997). Como Heidegger esclareceu: “Todo o dizer não é apenas a afirmação do não (*Nicht*). Cada afirmação repousa num reconhecer. Este deixa que venha a si aquilo para onde se dirige.” (Heidegger, 1987, p. 87).

### *Extracção dos significados: Criação dos Códigos Iniciais*

Este momento da investigação é um momento de movimento entre o dito e o significado, ou seja, é o momento da transformação através do método da variação livre imagética, em que procuramos variar livremente o expresso pelo participante na unidade de significado, nas suas formas possíveis, sendo que o que se mantém constante corresponde à essência do significado daquela expressão. Também é o momento mais duro do processo uma vez que é necessária uma transformação para conceitos chave da psicologia, sem perder nem impor qualquer tipo de interpretação que modifique o sentido do que foi transmitido. Procura-se essencializar e tornar psicológico o que foi dito numa linguagem de mundo vivido.

Na corrente pesquisa, procurei ir nomeando os significados, num primeiro momento sem ter a preocupação se criavam um todo coerente ou lógico, ou se se agrupavam em qualquer tipo de temas. Segui portanto a regra de equalização. Fi-lo livremente, tentando ser o mais fiel possível à ideia expressa pelo co-investigador. Este passo foi assim essencialmente indutivo.

Esclarecendo com um exemplo desta investigação, uma unidade de significado da entrevista com a Dina: "Hum... [silêncio] Nem são coisas muito conscientes às vezes [silêncio]". O processo de extracção de significados fez-se fazendo variar mentalmente o que foi expresso de forma a encontrar o sentido psicológico e relevante para a questão de investigação (neste caso a compreensão do fenómeno de omissão dos terapeutas-supervisandos em contexto de supervisão). Assim pude perceber que a Dina não fala em termos absolutos, não diz “sempre”,

mas ocasionais e que omite de forma não muito consciente, ou seja, não muito consciente, sem ter reflectido e tematizado a sua acção. Não diz que é inconsciente. Encontrados os limites através da variação (o que é, o que não é, o que pode ser), esta unidade de significado foi atribuída ao tema de “Consciência não-tematizada” referente ao processo de omissão (o “Como” da omissão), e sendo uma experiência ocasional, pude esperar pelo surgimento de outras formas desta pessoa vivenciar o fenómeno de omissão, ou seja, um grau de consciência variável.

*Organização e agrupamento dos significados em Temas e sua Revisão.*

Depois de ter procurado os significados e de os ter designado, procedi a um agrupamento e organização dos mesmos de uma forma que me pareceu estar de acordo tanto com o expresso pelos entrevistados como com o que pudesse ser a maneira mais clara que me foi possível de descrever o fenómeno de omissão em supervisão. Este processo foi mais uma vez de movimento constante entre unidades de significado, significados psicológicos e possíveis temas, procurando sempre a fidelidade de representação e a clareza. Houve deslocações de unidades de significado para outros temas que resultavam mais consonantes, re-designação de temas, separação e re-integração dos temas noutros de nível superior, enfim, uma variedade de movimentações de forma a capturar de forma heurística e simultaneamente, completa, o fenómeno em estudo.

Foi construído um primeiro diagrama representativo da omissão (depois da análise das 5 primeiras entrevistas), com a sua estrutura e agrupamento de temas. Este diagrama foi apresentado aos participantes das três entrevistas posteriores para comentário e aferição face à sua experiência de omissão de informação relevante e pode ser consultado em anexo. O diagrama que apresento no capítulo de resultados é, em muito, diferente do diagrama inicial uma vez que representa já os contributos destes outros psicoterapeutas e também um maior amadurecimento e compreensão que só uma maior imersão no processo de análise me pôde trazer.

---

*Síntese e resumo dos dados*

Para síntese e resumo dos dados procedi ao desenho de um diagrama, como exposto atrás, uma vez que penso ser mais claro e fácil de apreender visualmente a elucidação de um processo. Optei pelo diagrama como forma preferencial de comunicação da estrutura, no fundo uma integração de apresentação verbal e visual, por me parecer muito mais fácil de apreender e por sentir que representa melhor a dinâmica da omissão e a relação entre os seus constituintes do que uma descrição apenas verbal. O diagrama pretende-se uma lista de elementos temáticos e suas inter-relações e variabilidade. Não há qualquer atribuição de frequência, prevalência ou ponderação de cada elemento face a outro, se bem que evidentemente alguns possam despertar maior interesse e curiosidade que outros.

*Escrita do relatório*

Posto isto, iniciei a escrita do presente Relatório, que faz parte integrante da investigação uma vez que a escrita ajuda a elucidar ainda mais e a melhor compreender o que pesquisamos. A escrita constitui uma oportunidade final de análise (Braun & Clarke, 2006; McLeod, 2001). A escrita é, para além do mais, o garante que a investigação é comunicada, é oferecida à comunidade (Giorgi, 1997).

## RESULTADOS

Neste capítulo farei referência aos constituintes do fenómeno de omitir em psicoterapia por parte dos supervisandos entrevistados. Será dada uma representação diagramática dos temas constituintes do fenómeno e seus significados para os participantes. Exemplos provenientes das narrativas dos terapeutas entrevistados ilustram as sínteses descritivas.

### Os Temas-Constituintes do Fenómeno de Omissão em Supervisão por parte dos Supervisandos

O fenómeno de omissão surgiu na pesquisa como tendo várias dimensões, que podem organizar-se em dois focos de experiência, Noemático, que corresponde aqui ao “O quê” é omitido e o foco Noético que aqui corresponde ao como, à forma de experienciar a omissão e que dividimos neste estudo em agrupamentos constituintes:

- “Por quê” - Em que circunstâncias é omitido,
- “Como” - De que forma é omitido e
- “Com que consequências” ou vivências percebidas.

Também surgiram o fenómeno de deixar de omitir e o princípio de Não-Omitir, ao qual faremos referência. Todos estes aspectos da omissão são expostos de seguida.

### Omitir O Quê em supervisão? Para lá do limite

Um dos pontos comuns encontrados ao analisarmos o conjunto dos resultados foi a ideia de que o que ficava omitido da supervisão era o que na perspectiva do supervisando transpunha um limite, fosse ele pessoal (terapeuta, cliente ou supervisor), relacional (relação terapêutica, relação de supervisão) ou circunstancial (terapia, supervisão).

Assim, na figura 1, podemos ver:

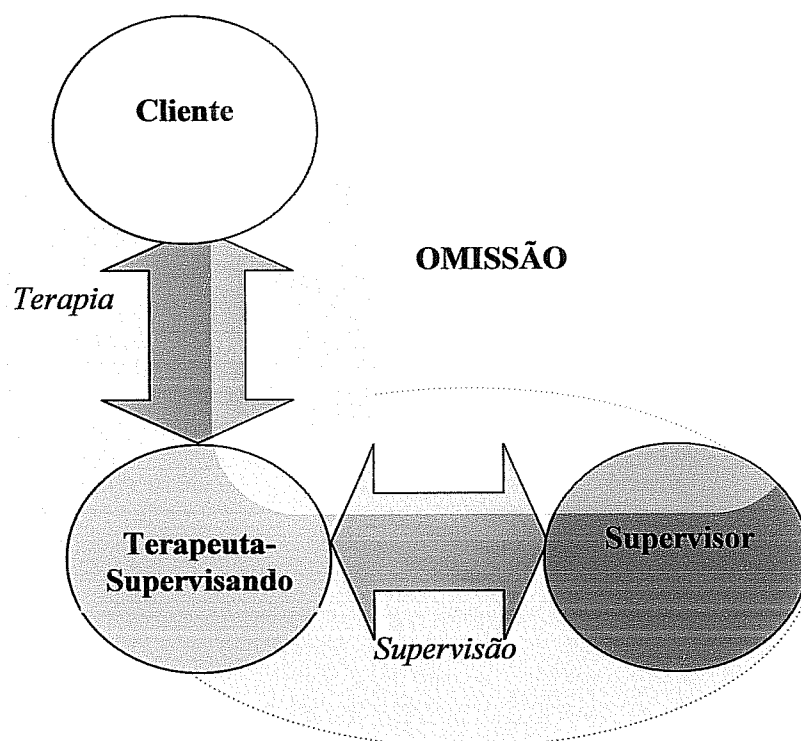


Figura 2: Representação do espaço de omissão, experienciado pelos co-investigadores como o que está para lá do limite, em várias vertentes: pessoal (terapeuta/ supervisando, supervisor e cliente), relacional (relação terapêutica e de supervisão) ou circunstancial (psicoterapia, supervisão). As setas representam a relação terapêutica (a vermelho) e a relação de supervisão (a roxo). Todos os outros elementos estão identificados na figura.

Há um espaço de omissão. Esse espaço constitui-se naquilo que é significado pelo terapeuta-supervisando como ultrapassando o limite do narrável. O espaço do inefável. Prosseguimos com uma descrição dos conteúdos das omissões (o seu aspecto noemático) nas suas várias vertentes.

#### *Da relação terapêutica: Vivências tabu*

Os terapeutas entrevistados utilizaram várias vezes o termo tabu, um termo forte, conotado com proibição, pecado, castigo ao referirem momentos vividos com os seus clientes.

Assim foi feita referência a situações de **agressividade**, por exemplo:

*"Coisas do tipo... Contratransferências agressivas: de me irritar muito com o cliente e de passar essa agressividade e essa irritação para clientes... Para algum cliente e de não... não revelar isso." - Dina*

A situações de **erotização** da relação:

*"O último tabu é a transferência erotizada ou apaixonada, conforme o caso. E esta representou para mim, as omissões, porque era muito complicado." - Irene*

A situações **de espontaneidade**:

*"E o que omito são aquelas coisas em que eu sinto que mais estou genuinamente em relação! [Silêncio]. Acho que este é que é o fio condutor disto tudo." - Carla*

*"De uma maneira geral acho que não contava certas coisas que aconteciam aqui mais espontaneamente." - Marta*

*"E aquilo foi daquelas situações que eu fui incapaz de dizer que não. Achei que era completamente desumano, embora sentisse "bem de certeza que não estou a fazer bem em ir, do tipo, todos os livros dizem que a gente devia dizer qualquer coisa, devia se calhar falar sobre isso mas isto foi no final da consulta e eu disse assim: "Pá, quero lá saber! 'Tou-me a c.... Eu vou e depois logo penso!" Pronto." - Marta*

#### *Da terapia: Erros terapêuticos*

Este constituinte refere-se ao que foi considerado pelos co-investigadores como os seus erros terapêuticos, ou seja, situações em que na sua perspectiva agiram erradamente, de forma não terapêutica

*"Grandes disparates: às vezes grandes disparates que conscientemente, intencionalmente, não revelei ao supervisor, coisas que me dou conta que... pronto, de erros. (suspiro)" - Dina*

#### *Do terapeuta: Manter a genuinidade*

Este tema diz respeito às omissões daquilo que o terapeuta fez que representam para ele instâncias de genuinidade e autenticidade, i.e., a sua forma de ser pessoa em relação com o cliente. Foi exposto o não querer mudar este tipo de

acções sem que isso fizesse sentido para os terapeutas. Mesmo com consciência que podem estar a cometer erros terapêuticos, ou erros na perspectiva do supervisor, há uma preferência pela manutenção da genuinidade em relação, como podemos perceber nas palavras da Carla e da Marta:

*"Mal ou bem, vou atrás das pessoas, telefono, às vezes digo para me telefonarem, tudo bem, já sei que não é suposto, manipulo ou não sei quê, quero lá saber! Enquanto eu não encontrar uma forma ou um caminho que me faça sentido eu fazer doutra maneira, eu vou continuar"* - Marta

*"agora, aquela coisa de eu sentir: "Bem agora vou para ali, pensar que: "Não posso dizer isto, tenho de dizer "A" interpretação certa, não posso ser directiva, não posso dizer aquilo que eu dizia" Eu acho que isto para as pessoas também deve ser sentido como pouca genuinidade: "Quem é esta gaja que está aqui à minha frente?! O que é que fizeram à minha terapeuta?" [gargalhadas] A espontaneidade, o riso, aquelas coisas todas, fico ali, "Ah não devo dizer, ah não devo pensar, ah o que é que eu digo agora." Paralizava completamente."* - Carla

Parece então que, para os terapeutas que referiram este tema, o tornar visíveis certas vivências da relação com o cliente, no contexto de supervisão, significaria o abrir à mudança, à escuta e eventual intervenção do(s) outro(s). Esta omissão reporta ao que os terapeutas não desejam mudar, e que diz respeito ao recusar/ temer perder a sua forma de estar, sentida como própria, autêntica, na relação terapêutica.

#### *Da supervisão: os meus problemas*

Os entrevistados referiram também o omitir informações que não cabem, no seu ponto de vista, no contexto da supervisão uma vez que dizem respeito a problemas pessoais.

*"Eh pá é qualquer coisa que não é, que entra dentro de outro domínio [...] isto de facto é um tabu que eu tenho relativamente à supervisão: Eu não falo sobre mim, eu não falo sobre a minha vida ali naquele contexto."* - Nuno

*"E acho que isto se calhar é um tabu que a maior parte das pessoas tem ao nível da supervisão e acaba por tornar uma coisa muito..., a supervisão [silêncio]. Eu sinto que há este, que em quase toda a supervisão há um bocadinho esta tensão, de, ou seja, tu não poderes, não é que não possas necessariamente, mas, não é o objecto da supervisão, não é falares sobre ti, e*

*tu sentes que há um bocadinho este limite, há este limite que te é colocado, que te é colocado ou que tu colocas." - Nuno*

Este não falar pode mesmo chegar ao ponto de não se apresentarem casos em que há nítidas semelhanças com o próprio, casos em que há identificações cliente-terapeuta, do seu ponto de vista. O terapeuta pode decidir omitir o caso para que o supervisor não conheça determinado aspecto pessoal do terapeuta. Foi referida a fantasia de que o supervisor pudesse através da apresentação do caso, conhecer o terapeuta e devolver esse conhecimento de uma forma em que o terapeuta não se sentiria protegido.

*"Hum...suspiro. eu acho que ia encontrar muitas coisas minhas. Muitas semelhanças minhas em termos da minha estrutura, em termos da minha personalidade com ela. " - Dina*

*"Mas eu eventualmente, é evidente que há os que têm mais a ver contigo, com coisas tuas. [...] E estás atenta aos sinais de alerta em ti, de coisas que podem ser contratransferenciais, mesmo que tu não estejas a ver. Para não chegares à situação, que também podes chegar, de o supervisor te dizer: "Olhe, palpita-me que isso tem a ver consigo." Já me aconteceu. E tinha!" - Paulo*

*"E eh pá, e houve quase como um pensamento um bocado mágico da minha parte, do género, eu sabia estas coisas acerca da vida deste gajo, sabia estas coisas ao nível do contexto da vida desta pessoa que se identificavam comigo e até da própria personalidade, a evolução, etc., que eu fiquei assim: "eh pá fogo, eu posso, será que eu posso alguma vez chegar a este ponto de descontrolo e de", uma das coisas que eu tive medo foi da possibilidade de encontrar ali uma teoria qualquer estúpida de causa-efeito "perante estas condições as pessoas fazem estes tipos de coisas". "Oh meu Deus!, quando é que isto me vai acontecer?!, ou será que isto me pode vir a acontecer?". Portanto eu acho que estava um bocado receoso de encontrar essa perspectiva de, muito linear de causa-efeito que é absolutamente, quando se pensa nisto à distância pensa-se que não é assim, não é?? Mas eu acho que era um bocadinho essa perspectiva que eu temia que me fosse devolvida." - Nuno*

Ainda dentro deste tema, há referência à adaptação ao tempo de supervisão, ou seja, quando há um recurso limitado, como o tempo, os supervisandos referiram uma escolha de informação relevante, e daí a omissão de toda a outra informação que não cabe em termos de tempo.

*“eu acho que a supervisão como é um espaço ínfimo dentro do espaço terapêutico, a pessoa acaba por seleccionar aquilo que ela própria deu relevância, isso sem dúvida (risos)”- Ema*

*“primeiro, começo logo pelo aspecto prático: tu tens que resumir um série de coisas num tempo muito mais curto, portanto obviamente é como se levasses as coisas que tu sublinhaste com mais força, aquilo que tu retiveste com mais presença e portanto claro que há coisas que ficam de fora, ” - Vera*

#### *Do supervisor: Diferente*

Foi referido também que aquilo que era sentido como diferente da perspectiva do supervisor podia vir a constituir omissão.

*“[...] via uma insatisfação, principalmente numa análise mais complexa dos casos ou mais esperançosa se quiseses. Comecei a ver que a posição dela era um bocadinho: “conseguimos aliviar um bocadinho as pessoas, funcionem um bocadinho melhor, mas no fundo elas vão ser sempre a mesma coisa”. Bolas, não me serve de forma alguma!” - Paulo*

#### *Da Relação com o Supervisor*

O que é falado ou contado a outrem e o que outrem disse, nomeadamente, colegas de grupo de supervisão ou um segundo supervisor, pode também ser omitido da supervisão.

*“Eu acho que nós mesmo depois, quando falávamos em conjunto, usarmos uma espécie de uma racionalização ou de uma defesa que é que aquela supervisora nos pode dar um determinada tipo de coisas que são úteis para determinados casos mas que não são úteis para todos os casos.” - Carla*

*“Ver em que é que as pessoas, o que é que as pessoas agarram, porque isto não é só assim. Não são só os supervisores que nos conhecem a nós, afinal nós também os conhecemos a eles. Eu acho que o trabalho de supervisão é um trabalho de confiança.” - Paulo*

### Por quê? Decido Omitir em que Circunstâncias?

Este constituinte refere-se aos motivos que levam os supervisandos a omitir os acontecimentos que decidem não revelar. Foram abordadas circunstâncias indutoras de omissão percebidas quer na relação com o supervisor, quer com os pares- supervisandos partilhando o mesmo espaço de supervisão, quer na relação com o cliente. Mais uma vez surge a experiência de haver temas inefáveis no espaço de supervisão, sejam eles porque pertencem ao espaço da terapia pessoal do supervisando, ou porque há incerteza se podem ser ali revelados ou, por último, porque o terapeuta decide ele próprio resolver o que quer que haja autonomamente. Outro dos constituintes deste aspecto é a omissão por consciência não tematizada da informação relevante omitida, ou seja, o próprio supervisando não tem consciência de que está a omitir quando está a omitir, apesar de saber que o fez a posteriori. Cada um destes temas é discriminado de seguida.

#### *Desigualdade na relação com o supervisor*

À medida que ia analisando as entrevistas, foi ficando cada vez mais claro que os supervisandos me falavam de várias formas de perspectivar não só a relação de supervisão, seio de omissões, mas o próprio supervisor. Assim, emergiram como que três tipos de supervisores, e três formas de relação formando o campo das omissões. Todas estas relações indutoras de omissão são relações que têm como tema comum a desigualdade.

Os constituintes chave dos motivos de omissão experienciados com foco na relação supervisando-supervisor foram nomeados como:

Relação de Tensão-Retirada com “Supervisor Diferente”

Relação de Pequenez-Temor com “Supervisor Superior”

Relação de Frustração-Absurdo com “Supervisor Limitado”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O uso de aspas pretende representar o supervisor tal como percebido, experienciado pelos co-investigadores, à semelhança do que fez por exemplo R. D. Laing ao distinguir família e “família”, denotando esta, entre aspas, a família tal como foi interiorizada pela pessoa (Laing, 1971).

As diferentes formas de se perspectivar a relação de supervisão correspondem a três tipos diferentes de experiência e motivação para a omissão pelos supervisandos.

### *Relação de tensão-retirada com o “supervisor diferente”*

Os terapeutas referiram aspectos de modelos conceptuais diferentes, formas de ver a terapia e o que é terapêutico diferentes, abordagens teóricas diferentes. Face à diferença, o terapeuta pode decidir omitir informação por não considerar haver ali um espaço de entendimento. O supervisor é interiorizado como “diferente” do terapeuta, e a relação é de tensão, há um conflito e a omissão surge como resposta de retirada de campo.

Por exemplo, foram referidas omissões por utilizar abordagens terapêuticas de um modelo que não o patrocinado pelo supervisor:

*“[...]com esse supervisor, eu trabalho dentro de um modelo que sabia que o supervisor não gostava e não via com bons olhos. Eu nunca lhe contava o trabalho que eu fazia nesse sentido. Omitia, totalmente. Portanto falava sobre o caso, falava sobre as sessões verbais. Todo o trabalho energético e corporal que eu fazia não lhe contava. Porque já sabia que ele não ia aprovar e não ia ver com bons olhos.” - Dina*

Ou omissões por haver uma leitura do caso ou do processo de mudança pelo supervisor, diferente da do supervisando:

*“Às tantas não faz sentido, não é, teres uma supervisão para falar sobre um assunto que é complexo e que tu achas que pode funcionar de uma determinada maneira, e o supervisor diz-te: “Não”, ou não sabe o suficiente sobre o assunto, [riso]... fica complicado, não é? [...] ela vem-me com a tese que as pessoas ficam na mesma, que as pessoas nunca mudam sempre tão radicalmente?! Não me serve, não me faz sentido.” - Paulo*

A diferença de perspectivas gera conflito, e esse conflito também pode ser omitido da situação de supervisão por não se antever qualquer resultado positivo:

*“Acho na altura eu acho, pronto, por um lado isso é um bocado inimaginável para mim. Era assim um bocado: “Não vou fazê-lo”. Por outro lado, acho que o que eu imagino que aconteceria é que ficávamos no tal taco a taco em que ela ficava nas posições dela, eu ficava nas minhas. Estávamos ali a*

*trocar galhardetes mais uma vez sem a coisa enveredar para lado nenhum. Um bocado assim. [...] Imaginava só que não levava e lado nenhum. Não ia mudar. Pois. Acho que havia coisas nesta ordem: o exemplo que me ocorre um bocado como às vezes com os teus pais. Sabes que não os vais mudar. Não vale a pena: [...] Compras uma guerra, um mal entendido, não leva a lado nenhum, não é? Lá está outra vez, uma situação social, ou um situação de família, são destas em que tu não dizes tudo o que pensas por uma questão de comodidade. - Paulo*

*"E eu acho que teria sido importante eu ter levado este caso para supervisão [...] se calhar eu podia ter sido muito mais ajudada, mas só o facto de eu sentir que andávamos ali num braço de ferro, porque isto já tinha sido falado antes!!!" - Carla*

A omissão também acontece porque o supervisando conceptualiza a visão do supervisor sobre o caso como limitativa das possibilidades de crescimento do seu cliente. Parece que este tipo de perspectiva pode levar o supervisando a não apresentar casos completos, para proteger uma visão esperançosa da pessoa.

*"Não estive sempre assim, não foi sempre assim, não é, eu não acredito que as pessoas estejam sempre da mesma forma. Eu não acredito que as pessoas cristalizem e acho que às vezes a visão que a minha supervisora me dava sobre os casos eu sentia quase como se as pessoas fossem cristalizadas e ao mesmo tempo clivadas. [...] Quase como se houvesse um lado que ficasse muito ligado à patologização, à doença da família [sorriso], à à..., como se eu sentisse que as coisas fossem negativas, acho que é como se houvesse um lado em que aquilo fosse negativo, um peso que é só negativo. E eu depois ali no meio perdia as pessoas" - Carla*

A diferença de perspectivas é também sentida como a diferença pessoal, a diferença que pertence à integridade das formas de ver idiossincráticas, ou seja, o supervisor tem uma forma de perceber e de estar em terapia que é a sua, e o terapeuta-supervisando outra. O facto de não haver intersecção entre estas duas formas de estar pode levar o supervisando a omitir.

*"Acho que já tenho alguma confiança para fazer isto, ela diz isto, até me faz algum sentido mas eu acho que isto não tem nada a ver comigo, são assim coisas daquelas que eu acho absurdo e desnecessário, portanto, omito, embora eu até perceba e entenda e acho interessante, às vezes posso não estar a ver, posso mais tarde, até ver aquilo, mas se não fez sentido... [...] acho que aquilo faz todo o sentido se calhar nele, com os pacientes dele, faz todo o sentido, mas não vejo como é que eu vou, eu prefiro de outra maneira. Tenho de ser eu! Não é? Tenho de ser eu! Não posso ser outra pessoa, e nem faz sentido de todas as vezes que tentei ser outra pessoa, deu asneira! As*

*peças desistem!!! [Gargalhada] Começam a ver que aquilo não é consistente, e aqui sou eu não é?" – Marta*

### *Relação de frustração-absurdo com "supervisor limitado"*

O terapeuta também pode colocar-se numa posição de desesperança face às possibilidades que a relação de supervisão pode ter para ele. Aqui referiu-se uma desistência de contar elementos relevantes por não se sentir que o supervisor acolhesse ou entendesse o tipo de ajuda que o terapeuta necessitaria, nomeadamente: disponibilidade e capacidade de trabalhar vivências da relação com os clientes, i.e., uma abordagem mais experiencial da supervisão; apoio nas vivências terapêuticas dolorosas para o supervisando; não confiança por parte do supervisando na capacidade do supervisor o poder ajudar naquele caso. A experiência aqui veiculada é uma de frustração de expectativas, de absurdo face a um supervisor que surge com limitações, e foi designada como conducente à omissão. O texto é um de desistência, um grande "não vale a pena" falar, não vale a pena expor porque o supervisor é incapaz de dar o que o terapeuta crê precisar.

Assim, foi feita referência a uma dificuldade em ser entendido nas experiências e afectos vividos na relação terapêutica, e que foram dolorosos para os terapeutas:

*"[...] num processo muito mais frio como é o da supervisão, não te chegas à frente e o supervisor também não se chega à frente e então fazes o trabalho que é possível fazer com aquela pessoa e provavelmente aprendes sobre a técnica, aprendes sobre a teoria, mas não aprendes sobre o processo da relação e sobre o teu processo intrapessoal e sobre o teu processo interpessoal " - Dina*

*"Eu dei por mim a defender-me mais no sentido pessoal que era bolas, se eu me expus ao nível que me expus em termos pessoais mesmo, e a resposta que tenho é esta, então se calhar vou é falar de coisas teóricas. " - Ema*

Foi também descrita a frustração de expectativas, quer no âmbito do respeito pelas necessidades do terapeuta, que desejava mais cuidado e protecção:

*"Aguenta-te aí porque o caso é muito grave! Porque a questão que me colocavam era: esta mulher pediu ajuda, fê-lo espontaneamente. Se ela não tem uma resposta aqui, este caso vai-se perder. Ela não vai pedir novamente ajuda. Era, era, era quase isso. Só que ao mesmo tempo era eu que tinha acabado a consulta e tinha ido à casa de banho vomitar. Eu só pensava se isto me acontece todas as consultas eu não quero isto (sorriso). Quer dizer, não quero! NÃO quero!" - Ema*

Quer no âmbito da confiança no supervisor e no que respeita à possibilidade de aprendizagem no contexto da supervisão.

*"Quer dizer, há muito pouco que se possa aprender com uma pessoa que tu sintas isto, que não tens confiança. Bom, pode-se aprender intelectualmente, mas de facto, enquanto terapeuta não podes aprender muito, não te podes desenvolver muito com um pessoa destas." - Dina*

*"E depois lá está, e depois, isto é uma coisa muito complexa e que se tem de ter muito conhecimento teórico para se poder mexer. Sentia que não valia a pena." - Paulo*

Parece então que há um chegar ao limite, quer do supervisor, quer do terapeuta com aquele supervisor, i.e., o atingir os limites da relação de supervisão, que surge muito bem patente na expressão da Dina:

*[...] isto não me está a ajudar, portanto vou mudar. Foi muito numa de, ham, acho que já dei tudo..., Esta pessoa já me ensinou o que tinha para me ensinar e eu já aprendi tudo o que tinha a aprender com esta pessoa. [...] Sabes, e se calhar esta era a verdade, de facto, porque eu acho que de facto aquela pessoa também não teria, por questões dela, ou eu naquela altura também não teria ido mais além com aquela pessoa e de facto esta pessoa também não teria ido mais além por limitações dela, também."*

#### *Relação de pequenez-temor com "supervisor superior"*

A relação com um supervisor visto como "superior" leva a outro tipo de omissões que surgiram tanto numa vertente mais do supervisorando-terapeuta, ocultando informações que possam desagradar ou ser avaliadas negativamente pelo seu supervisor, como numa vertente mais pessoal, de supervisorando-pessoa, evitando a exposição que lhe traz sentimentos de fragilidade, humilhação, pequenez ou por

outro lado, evitando o confronto com dificuldades pessoais, de que este supervisor, percebido como poderoso, poderia ser capaz.

*Eu-Terapeuta omito face ao “supervisor superior”*

Dentro desta forma de perceber a relação de supervisão, mais em termos de uma exposição de vivências profissionais, surge a omissão com um valor de evitamento de sensações de ignorância, desconhecimento e inaptidão face a um supervisor-terapeuta-ideal:

*"Acho que parte do meu medo também se calhar de a confrontar ou às vezes até de perguntar: “Porquê?” Coisas que ela, afirmações que ela fazia, mas que dava quase como: “Isto é tão lógico, isto é tão...”, no fundo uma posição em que se está no alto do saber a falar para supervisandos e que dá as coisas quase como: “Isto é quase inquestionável”, sentir que questionar isso era desqualificante, era quase sinal de burrice, “Por que é que estão a perguntar essas coisas? Já deviam de saber, já deviam ter lido o Ferenczi, já deviam ter lido o Bion.” Assim [risos] com, tshct [sic] uma espécie de saber quase bíblico: “As coisas são assim.” E isso, eu acho, era constrangedor. ” - Carla*

*"E muitas vezes isso também me deixa, isso também é um aspecto que me inibe em supervisão, porque é assim: não vou mostrar os meus podres a uma pessoa que eu acho que é muito melhor que eu e que me posso sentir inferiorizada. Também é muito para eu não entrar em contacto com a inferioridade. E... estou a mostrar a minha porcaria a alguém que eu acho que é muito bom. A alguém que é a figura de autoridade e que me está a ensinar como é que se faz bem. E que eu também tenho esta idealização que não comete erros. Também há aqui uma parte de idealização" - Dina*

O supervisando face ao “supervisor superior” pode omitir para tentar agradar, passar uma boa imagem:

*"tenho a certeza absoluta que já optei por não dizer coisas, (riso) e no início de certeza absoluta porque eu acho que queria passar uma boa imagem, não me sentir tão incompetente e tão incapaz, e portanto de certeza que aquilo que não contava às vezes era um bocadinho para dourar a pílula," - Marta*

*"no fundo é um tipo de omissão que não põe a tua imagem perante o supervisor em jogo, não te põe em causa perante o supervisor, ou seja saís assim de um forma mais clean, [...] não sujás a tua imagem perante o supervisor." - Nuno*

Ou, em contra-ponto, o evitar passar uma má-imagem de si enquanto terapeuta, o que passa por sentimentos de medo de ser avaliado na sua incompetência:

*“”Eu não me consegui imaginar, aliás, o que eu imagino é ser se calhar, é aquele: “Porque Carla???” Está a fazer mau trabalho.” [silêncio] E lembro-me de sentir que, de ter medo que ela me dissesse que eu era uma péssima terapeuta, que eu era incompetente, que não fazia bem as coisas. ” - Carla*

*” eu acho que tem um bocadinho a ver com a nossa própria insegurança na nossa técnica, e nas nossas palavras, e pronto. ” - Vera*

Medo de uma crítica que se sente severa, e conseqüente evitamento da exposição que pode levar a essa crítica:

*[...] Vou ser posta em causa como terapeuta. Mas o gajo era óbvio, não é?! Ele disse, criticava abertamente! Portanto, a partir daí está tudo claro, não vais pôr-te na armadilha. ” - Dina*

No limite, a omissão tem o sentido, para estes supervisandos, de não ser posto em causa enquanto terapeuta, de uma forma global, total. A possível afirmação/opinião do supervisor de ser-se um mau-terapeuta é posta de parte com a omissão e também o impacte que essa afirmação/opinião pudesse ter no supervisando, pelo menos no imediato.

*”Se eu saio de uma experiência de supervisão em que saio de lá a questionar-me e a tentar perceber se eu tenho valor enquanto terapeuta. Estou ali muito insegura, a tentar perceber: “O.K., afinal de contas eu decidi fazer isto. Eu não me imagino a fazer mais nada. Mas depois sou MÁ a fazer isto? Sou MÁ terapeuta? Como é que é?” - Carla*

*” A actividade de psicoterapeuta é uma actividade perigosa [...] que é muito feito à porta fechada!!! E portanto eu até posso nem fazer nada bem, [...] mas não me sinto tão posta em causa. E muitas vezes nestes contextos de supervisão, em que é suposto que estas portas se abram, as pessoas têm muito medo desta exposição[...]" - Ema*

#### Eu-Pessoa omito face ao “supervisor superior”

Este constituinte prende-se com uma exposição em que o supervisando se sente implicado em termos mais pessoais, com sensações de humilhação e fragilidade face a alguém forte e mais poderoso.

*"E não contei! [...] Eu ia dar esta explicação. Iria sentir-me muito BURRA, completamente desqualificada, porque não era nada relacional [irónica], porque era uma coisa tão directiva, não fazia sentido e eu lembro-me de achar que seria isto que iria acontecer. E acabei por não contar..." - Carla*

O outro aspecto que é descrito nesta posição pessoal face a um “supervisor superior”, é uma conceptualização do supervisor, não só poderoso, ideal, mas também “supervisor-espelho”, devolvendo uma imagem ao terapeuta, do terapeuta que ele teme.

*"estar a fazer a supervisão em grupo e dizerem-te: “Pois, mas isso são coisas tuas. Já reparaste que isso são coisas tuas?!” E as coisas virem assim, é quase como se o conhecimento que o outro tem de ti fosse usado um bocadinho como arma de arremesso. ” - Carla*

Nesta vertente está o supervisando que descreve o medo de ser olhado como o supervisor olha os casos apresentados,

*"Ou o medo, ao limite a humilhação, da vergonha, e de também ser eu própria objectificada e clivada e ficar ali naquele mundo, ali naquele lado que é patológico ou que é dito patológico, não é um modo de estar, é um modo de ser. ” - Carla*

*" [...] Há um ditado popular que diz. “Nas costas dos outros vejo eu as minhas” e ao limite isto também tem a ver como a minha própria inibição em falar sobre as coisas ou falar abertamente sobre as coisas ou confrontar ou questionar [...] de ela me dizer que eram coisas minhas porque eu também era de determinada forma ou não sei o quê, pá, acho que também me inibia.” - Carla*

Outro tema presente nesta relação com um supervisor-espelho e que conduz a omissão, na perspectiva de alguns supervisandos, é a avaliação de se “ser uma pessoa inapta para psicoterapeuta”, o temer que as características pessoais possam interferir com o bom desempenho da profissão, e que o supervisor devolva e confirme esse receio.

*"é que eu estava mesmo muito aflita e a achar que era melhor abandonar a minha profissão. Mas principalmente era isso, era vergonha porque ia achar que eu era perturbada e portanto que me ia aconselhar..." - Irene*

O ambiente é o de não se querer ver, e uma das formas pode ser não se ver “ao espelho”, i.e., omitir o que parece à partida poder devolver a confirmação dos receios por parte do supervisor:

*"Hum...suspiro. eu acho que ia encontrar muitas coisas minhas. Muitas semelhanças minhas em termos da minha estrutura, em termos da minha personalidade com ela. [...] Não gosto muito deste meu lado e prefiro não o ver às vezes. Não!!!..." - Dina*

### *Relação com os Pares*

Foi igualmente referida a relação com os pares como motivante para a omissão de informação relevante, por questões de desconfiança, nomeadamente desconfiança face a um comportamento ético por parte dos colegas:

*"Pá, era aquilo que eu te digo, nós somos todos muito bonzinhos, temos todos muita ética mas toda a gente sabe que há colegas que respeitam a ética e que há colegas que não respeitam a 100 por cento. E isto é um facto. Custa muito mas é um facto. É verdade." - Ema*

Também, a sensação de diferença entre as expectativas e níveis de experiência dos vários terapeutas no espaço de supervisão como limitador da experiência de supervisão:

*"exactamente o nível de exposição era muito diferente e portanto eu acho que havia sessões muito, hann, muito discrepantes! [...] Fazia-me sentido muito mais uma partilha que era: OK, eu exponho-me mas eu também estou à espera que as outras pessoas o consigam fazer porque eu acho que é nessa exposição que eu acho que se consegue ao fim de não sei quantos anos de supervisão! [...] E havia ali uma décalage muito, muito grande a determinada altura." - Ema*

Por fim, as questões relativas à crítica e humilhação pública, face a colegas, foi também referida como motivo para a omissão:

*"Lembro-me que na primeira ou na segunda saí de lá completamente de rastos e então depois comecei a fazer uma selecção mesmo das coisas que eu dizia, mas eu acho que aí foi até muito consciente de mim porque eu sentia-me tão exposta! Ainda por cima com pessoas que eu não conhecia bem, era assim, era muita gente, " - Vera*

*Relação com o cliente: Manutenção*

A relação com o cliente como motivador de omissão tem como significado base para os terapeutas que a isto fizeram referência um sentido de manutenção da relação, seja manutenção da confiança do cliente, seja manutenção da relação como tem sido, seja da postura do terapeuta face ao cliente.

Foram assim abordadas situações que não podem ser reveladas para protecção do cliente, num sentido ético, como por exemplo:

*"Estava preocupada com ele na medida em que acho que não lhe fazia bem essa exposição no caso de ela acontecer," - Ema*

*"É, é, o mundo é pequeno" - Marta*

Ou mesmo de uma sensação de ter de se proteger a intimidade da relação terapêutica, em que há uma percepção de momentos que não podem ser partilhados com terceiros

*"Há coisas, não tem a ver nem com o supervisor nem com mais ninguém, é quase como, isto é um momento que se vive com aquela pessoa. [...] são momentos de intimidade que se vive com a pessoa que não me apetece contar, deve ter a ver com a maneira como eu sou ou qualquer coisa assim ou qualquer coisa que tem a ver com aquela pessoa, como se fosse super importante proteger aquela pessoa." - Marta*

A omissão também pode ter um sentido de evitar arriscar perder a confiança do cliente em si:

*"estava obviamente preocupada comigo também, porque em última instância, a quebra de confiança era comigo. Porque era eu que de alguma forma tinha criado condições para que essa informação fosse revelada. Portanto também estava preocupada comigo, não era só com o meu paciente. NÃO. Também era comigo [riso]." - Ema*

*"espero que ela não fique zangada comigo! [Riso]." - Marta*

No que diz respeito à relação com o cliente, o omitir de informação pode ter como sentido a manutenção do estilo relacional com o cliente, o não se querer mudar nem ser sentido como diferente pelo cliente. Os terapeutas referem que levar a

supervisão podia em certos casos implicar uma alteração da forma da relação terapêutica a que não estão abertos.

*"Eu por exemplo, casos mais antigos eu deixei de levar. Como eu não consigo ter, eu tenho um registo e uma relação pre-estabelecida com as pessoas e depois não é porque a minha supervisora acha que as coisas que eu faço são más [risos] eu desligo e ligo um botão, e passo a ser outra terapeuta." - Carla*

*" não vejo como é que eu vou, eu prefiro de outra maneira. Tenho de ser eu! Não é? Tenho de ser eu! Não posso ser outra pessoa, e nem faz sentido de todas as vezes que tentei ser outra pessoa, deu asneira! As pessoas desistem!!! [Gargalhada] Começam a ver que aquilo não é consistente, e aqui sou eu não é?" - Marta*

### *Não pertence ao espaço da supervisão*

Há omissões devidas à conceptualização da informação retirada como não fazendo parte do contexto de supervisão, mas doutro contexto, nomeadamente o da psicoterapia pessoal, e mais uma vez acompanhadas de sentimentos veiculados também no tema de relação com o "supervisor superior", de sensação de inadequação pessoal:

*"Inicialmente, porque é que omitia? Porque achava que isto poderia ser mais um problema meu e era a primeira impressão: "Sou eu que estou a sentir algo, isto tem a ver comigo, portanto, isto não pode ser revelado. Não pode ser revelado em supervisão!" Podia revela-lo na minha análise, mas não na supervisão. " - Irene*

*"O que eu imagino é que enfim, é que o supervisor se calhar vai ouvir aquilo que eu tenho para dizer mas que me vai remeter para o espaço da terapia pessoal, portanto não vai adiantar "OK, pronto, ok, despeje lá o saco e tal [sarcástico], tudo bem" e "pois então se calhar, este é um aspecto que você tem de ver na sua terapia pessoal" [risos] Basicamente, não vai fazer terapia ali. Eu acho que vou colocar o supervisor numa situação um bocadinho dúbia, ele não é... se ele sabe que eu estou a fazer terapia, ele não é o meu terapeuta, portanto vai-me remeter para o espaço da terapia..." - Nuno*

Alguns supervisandos referiram omitir por incerteza se a informação cabe ou não no espaço de supervisão, por desconhecimento dos limites do que é razoável e

esperado falar-se naquele contexto. O supervisando acaba por seguir pistas implícitas do que deve ou pode falar, ou os seus próprios pressupostos. Aqui não se trata de falar de um desejo de expor mas de uma incerteza da adequação dessa exposição.

Vejamos:

*"Nessa fase eu depois começo a ter experiências de supervisão mais complicadas, em que eu se calhar me senti mais exposta, em que eu senti que as coisas eram mais Emaranhadas, os limites não eram muito claros, [...]" - Carla*

*"Eu nunca tive nenhuma estruturação da supervisão. Ou seja, nunca nenhum prof [sic]... supervisor me disse: "estamos aqui para falar sobre isto, vamos falar sobre isto mas não vamos falar sobre aquilo." Nunca me foi feita nenhuma estruturação assim mas tu sabes implicitamente que é assim." - Nuno*

*"Mas eu acho que se calhar na supervisão te apercebes desta, por um lado da necessidade que tu tens de te aproximar e de compreender melhor os pacientes e da necessidade que tu tens de te distanciar [...] tentar estabelecer uma clivagem entre a minha vida e o relato que eu estou a fazer da vida do paciente. Como se eu tivesse a pretensão de fazer um relato puro e não contaminado [...]" - Nuno*

Referente a este perspectivar a informação omitida como não pertencente ao espaço de supervisão está também todo um conjunto de situações e vivências, que, sendo problemáticas, o supervisando opta, mesmo assim por tratá-las sem o apoio da supervisão. Surgem assim temas relativos à autonomia e à recusa de ajuda, seja porque o terapeuta já percebeu, ou seja sente que já apreendeu bem o erro que diz ter cometido, portanto, crê não precisar de mais inputs – a auto-supervisão:

*"Acho que às vezes omito coisas com consciência que as fiz mal, ou seja, de certa maneira com se já tivesse feito a supervisão a mim própria (gargalhada) não é? Porque já pus esse crivo, já pus essa crítica sobre mim, já me arrependi, pensar da próxima não posso fazer isto assim! [Pausa]" - Vera*

Outro aspecto desta autonomia é a sensação de se saber como agir:

*"Vamos ter supervisão, não queres apresentar na supervisão e não sei quê". "Eh pá não, não tenho necessidade, apesar de ser uma coisa assim tão não sei quê, eu acho que percebo o que está a acontecer acho que está controlado, acho que não tenho necessidade. Nem sei se apresentei o caso depois disso, por estranho que possa parecer." - Paulo*

E finalmente, a decisão de querer pensar sozinho sobre isso, uma descrição de deixar ficar uma determinada vivência só consigo próprio:

*"Agora... talvez e sendo assim, tst, absolutamente honesto, acho que isso... também tem a ver comigo, tem a ver com a minha maneira. A minha maneira é sempre não fa[?], é mais: basto-me a mim próprio, então está bem, mas ok, deixa-me estar cá comigo e não estou para me chatear. Não vale a pena, faz-se o que se tem de fazer e cá comigo logo trato das minhas coisas. Há um lado aí em que clarissimamente meu, é a minha maneira de funcionar" - Paulo*

*"e eu, estás a ver, até tenho um bocado consciência disto, não quer dizer que não tenha assim, parece que quero guardar para mim (risos), assim sou só eu a saber, um bocado, não é?" - Vera*

#### *Auto-omissão: Não sei que estou a omitir*

Alguns entrevistados também afirmaram omitir sem consciência de o estarem a fazer, colocando então essa decisão fora do seu poder:

*"Mas acho que não apareceriam de outra forma. Porque eu própria não tenho consciência. Não é que vá omitir deliberadamente, mas sem ter consciência também não estou a levar." - Dina*

*"É como um ponto cego, sabes, não é bem a decisão "vou omitir isto" mas é como se eu não conseguisse ver esse aspecto e depois a partir de certa altura... ham... Começar a vê-lo e começar a reflectir para trás e perceber "ah! isso tinha ver com isto", é como se esse aspecto ficasse... desaparecesse da supervisão, desaparecesse do processo e eu própria não o conseguisse ver. [...] E de facto é como se lidasse com isso como se não existisse." - Dina*

*"não me é fácil responder a essa questão porque a primeira coisa que me apetece dizer quando fazes essa questão é não, mas depois penso, não, provavelmente sim porque acho que inconscientemente todos nós o fazemos." - Ema*

*"É impossível dizer (eu tenho dito): "Ai já não omito nada, não omito nada". Bom! Não sei, honestamente, que dizer: É que eu penso e penso e não me estou a lembrar agora de nenhuma omissão mas de facto, nós os seres humanos temos tendência a mentir não é, é uma coisa quase que natural... heee. De maneira que é muito difícil acabar com as omissões acho eu." - Irene*

*"Mas quer dizer, que eu admito. É que na altura possa inconscientemente ter omitido. Pá, uma coisa que aquilo que estás mais à procura é que tu omites e sabes que estás a omitir e também há que tu omites porque omites, porque está lá nas profundas do inconsciente, não é? [Sorriso]. Isso ainda é mais. Pronto. É o que é. [tom mais triste]."* - Paulo

Estas omissões podem passar pelo evitamento de tomar consciência:

*"Percebia racionalmente que podia ter questões que tinham a ver com isso... Sabes como... Tu estás a ver onde a pessoa quer chegar mas não estás a ver (risos) o que é que aquilo tem a ver contigo, percebes? Estás cega completamente. [...] Mas é uma coisa só de cabeça: "haha! Estou a ver onde é que tu queres chegar." [...] "Pois, pois... estou a ver o que é que tu queres dizer mas estou a leste" [risos] "Ah não, não..." Fazes-te de parva, é um bocado... mas sem consciência, não é bem sem consciência, é sem uma intenção, sem que a coisa seja intencional, estás-te a fazer de parva sem ter muito consciência disso." - Dina*

Ou por uma resistência a pensar sobre o assunto

*"E podes pensar sobre isto ou não, e às vezes também decides não pensar sobre isto (risos). As coisas que varres para baixo do tapete, que escolhes varrer para baixo do tapete e que até tens alguma noção que é uma resistência mas, "hap, não vou pensar sobre isto, vou c..." - Dina*

Que pode chegar ao bloqueio, ou seja, o supervisando decide levar um assunto a supervisão mas apercebe-se que não consegue fazê-lo:

*"Estava completamente na ambivalência e ao mesmo tempo nada me saía. Estava mesmo bloqueadinho de todo [sorrisos]. Pronto acho que não consigo descrever melhor o processo, ou seja, foi um coisa completamente inconsciente, simplesmente não saía nada!" - Nuno*

Foi também referido um processo de eliminação da consciência de algum tema, e a partir daí, pensar o caso omitindo de si próprio esse aspecto:

*É quase mesmo um processo de negação. Negas que de facto há ali um aspecto muito evidente... Está recalcado, (risos) sabes? Eliminas do que está a acontecer e penso o caso sem considerar esse aspecto que é o aspecto mais relevante, de facto. - Dina*

Este tipo de omissões podem significar uma omissão de si próprio, ou seja, o manter numa consciência não-tematizada aspectos do caso. Seria então uma omissão

sem responsabilização ou sensação de intenção, e prévia ao contexto de supervisão, uma auto-omissão.

### *Sentimentos*

Foram referidos sentimentos de insegurança, medo e vergonha como razões para omitir tal como descritas pelos supervisandos entrevistados.

*“Porque acho que na altura eu estava muito insegura.” - Marta*

*“Acho que fazia isso muito mais de início, com pronto, acho medo!!!” – Vera*

*“E é por vergonha! Por... o processo é vergonha. Não vou contar isto, porque tenho vergonha, não quero ser posta em causa.” – Dina*

*“Ainda hoje coro de falar disto.[...] Mesmo com o conselho do meu analista, eu senti muita vergonha. Era isto que me impedia de falar... Eu acho que mesmo que tivesse sido um paciente homem e já vou falar desse outro caso a seguir, eu teria a mesma vergonha e de facto me aconteceu com um paciente. Verifica-se que era vergonha que me inibia.”- Irene*

### *Por Que Omito? – Síntese*

Das entrevistas efectuadas, emergiram os temas expostos acima. Segue-se uma síntese diagramática dos porquês/ circunstâncias da omissão em supervisão (vide figura 2). Arriscando ser reducionista, ou seja, arriscando englobar demasiado toda a riqueza e variedade narrativa que os co-investigadores trouxeram a esta pesquisa, gostaria de sintetizar os temas e constituintes encontrados para as circunstâncias percebidas conducentes à omissão, nomeando-os. O nome pretende ser apenas uma forma de apresentação que capte facilmente a ideia principal do que é a experiência de omissão em cada uma das relações presentes. Temos assim como temas principais a Omissão por:

- Relação de Tensão-Retirada com “Supervisor Diferente” ;
- Relação de Pequenez-Temor com “Supervisor Superior”;
- Relação de Frustração-Absurdo com “Supervisor Limitado” ;
- Relação de Manutenção com o Cliente;

- Relação com Pares: Discrepância, Desconfiança e Humilhação;
- Relação consigo próprio: Omito de Mim – Cegueira;
- Limites Percebidos da Supervisão:
  - Incerteza de pertença adequada da informação omitida ao espaço da supervisão;
  - Pertença ao espaço da psicoterapia pessoal;
  - Autonomia: Auto-Supervisão e Liberdade de Acção.

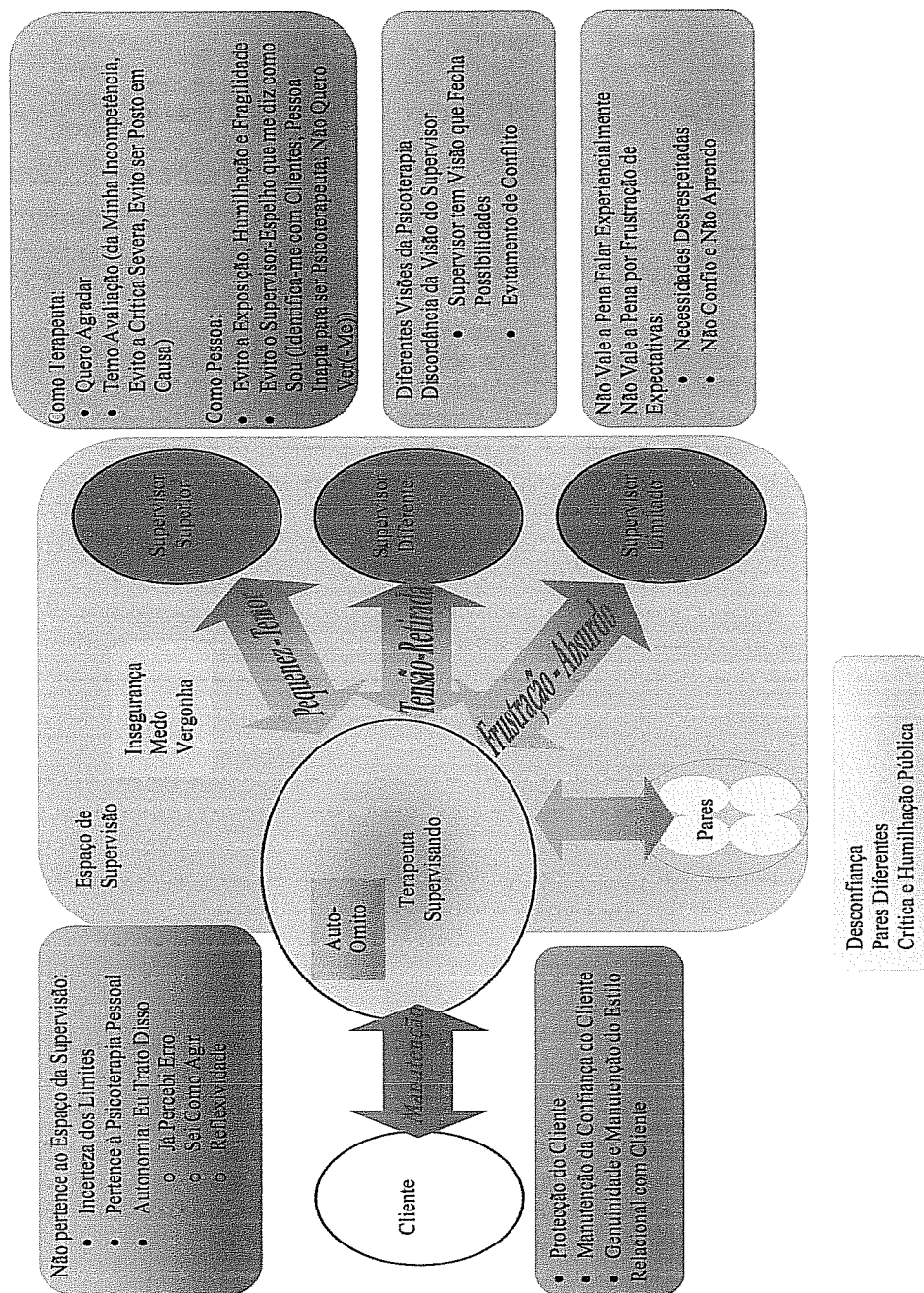


Figura 3: Síntese diagramática da atribuição de motivo para omitir em supervisão por parte dos supervisandos entrevistados. As ovas estão identificadas com os intervenientes no processo. As setas<sup>10</sup> representam as diferentes relações entre o terapeuta/ supervisando e os intervenientes<sup>11</sup>. As caixas de texto contêm os significados atribuídos pelos supervisandos às circunstâncias indutoras de omissão referentes a cada perspetivação de relação presente.

<sup>10</sup> Optei pela representação das relações por setas biunívocas. Apesar de saber que é apenas o ponto de vista dos supervisandos e a sua voz que se tenta clarificar, e não a dos demais intervenientes, para os supervisandos trata-se da sua perspetiva de uma relação, com o seu dar e receber e não só de uma visão sobre um outro estático, como uma representação unívoca poderia indicar.

<sup>11</sup> Não foi nomeado o tema da relação com os pares uma vez que não me parece ter havido saturação deste componente dos motivos de omitir. Considero que qualquer denominação mais abrangente deste aspecto seria abusiva.

### Como?

Os co-investigadores, ao descreverem a sua experiência de omitir em supervisão fizeram referência também à forma como omitiam, ao modo como ocultavam informação relevante daquele contexto. Foram referidas omissões que se concretizam em cortes de conteúdo, na forma como o supervisionado narra o caso, que passam pela falta do supervisionado à supervisão, ou então, em que o terapeuta procura o apoio de outros para supervisionar o caso omitido.

#### *Forma de apresentação superficial*

A apresentação de casos de forma superficial, racional e sem expor sentimentos difíceis ou dúvidas mais importantes por parte dos terapeutas foi uma das maneiras descritas de omissão:

*"e quando apresentava, apresentava do ponto de vista formal, formal, quase do setting, do que propriamente uma dúvida teórica ou uma dúvida, assim mais coiso. Já sabia o que ia sair dali, portanto n.." - Paulo*

*"Tu podes pensar num caso muito racionalmente: [...]sem nunca entrar de facto pelo que é relevante que é: O que é que tu sentes com aquela pessoa. Então é quase como que um acordo tácito entre eu e o meu supervisor. [...] "Vou pelo mais fácil que é intelectualizar e racionalizar tudo e manter-me aqui no"... [...] Racionalizas e pensas no caso sem te meteres no que te sentes!" - Dina*

*"Só o paciente fala..." - Irene*

#### *Cortes de conteúdo*

Outro modo de omitir é através de cortes no conteúdo da informação que se leva a supervisão, que pode passar pela própria escolha dos casos a apresentar, ou seja, deixar de levar casos a supervisão para não expôr determinado tipo de aspectos:

*"E deixo de levar esses casos e começo a levar os casos que começam a surgir, mas até esses eu acabei por os omitir. E eu acho que isto é GRAVE," - Carla*

*"Isto me acontece com dois pacientes. Que é: não tenho nada, aparentemente, para dizer ao supervisor, porque não me lembro de nada.-... E às vezes tenho uma certa resistência em levá-los: "Mas do que é que eu vou falar?" - Irene*

Ou a apresentação dos casos com cortes de informação relevante e reveladora durante a exposição:

*"Então em supervisão falava da paciente, levava muito a paciente a supervisão porque tinha culpabilidade do que sentia. Levei-a a muitas supervisões, cheguei a levar a três supervisores, que eram supervisores regulares. Até que decidi falar com o meu analista. Também não demorou muito tempo a falar com ele." - Irene<sup>12</sup>*

Isto pode passar pela omissão da identificação do cliente e outras características que pudessem conduzir ao seu reconhecimento:

*"É assim, em última instância, quando os pacientes de facto não são anónimos, são figuras públicas, em supervisão não deixei de levar o caso, mas omiti a identificação das pessoas" - Ema*

Ou o não dar mais feedback sobre um caso já apresentado:

*"sei que falei dessa situação na supervisão mas depois não dei o feedback, quer dizer mas porque às vezes também há esta coisa de não se, de não se poder ter tempo. [...] e às vezes não dá para dar seguimento às coisas, ficam assim um bocado penduradas!" - Vera*

Nas transcrições das sessões para apresentação em supervisão foi descrito algo semelhante, ou o corte de conteúdo logo quando se transcreve, uma omissão prévia à situação de supervisão:

*"E eu lembro-me claramente de estar a transcrever e sonegar essa parte da sessão em que eu lhe disse para ela andar[...]" - Carla*

*"Eu acho que aí eu me senti a omitir logo a escrever o caso. Portanto logo quando eu fazia a preparação do trabalho eu acho que já omitia coisas e*

---

<sup>12</sup> A Irene expôs o caso em muitas supervisões sem nunca revelar os conteúdos mais difíceis para si daquela relação terapêutica.

*acho que isso foi mesmo uma coisa de defesa muito explícita, quer dizer." - Vera*

Ou a decisão de não ler partes da transcrição, já durante a supervisão

*"E eu acho que a partir do momento em que ela me disse aquilo, aquilo pronto, fez-se-me luz, fez-se-me luz e eu também já nem li o resto da sessão, por exemplo." - Vera*

### *Omito-me*

Outra das formas de omitir passa pela falta à supervisão por parte do terapeuta, ou, tendo ido, a opção de não supervisionar:

*"eu muitas vezes punha-me para trás e nem sequer supervisionava casos, com as desculpas de que não levava preparado, que não tinha tempo, que não... [...] simplesmente não me habilitava a ir porque estava muito ocupada, não tinha tempo para preparar, então não levava. Ia lá ouvir os outros." - Dina*

*"Tinha de ir às supervisões. Acho que às vezes também não ia. Acho que às vezes também tentava [risos] omitia-me completamente. Às vezes não ia." - Paulo*

### *Com Vividos/Sentimentos de*

Os terapeutas entrevistados fizeram referência também à forma como viveram a omissão. As que se salientaram foram:

A culpabilidade, a sensação de não se dever omitir informação relevante, de por isso estar a prestar um pior serviço aos seus clientes, a perder oportunidades de aprendizagem, por exemplo.

*"Então em supervisão falava da paciente, levava muito a paciente a supervisão porque tinha culpabilidade do que sentia." – Irene*

*[...] se calhar aquilo que torna difícil é pensar que há uma motivação pessoal, [...] devia estar a fazer a supervisão porque estou muito preocupado com o meu paciente, mas, ou seja, torna-se difícil admitir que também há uma motivação pessoal por trás de cada, de cada? Enfim, de alguns casos de que tu vais falar," - Nuno*

Viver a omissão como um segredo:

*"porque internamente vivo como um segredo, não é?" - Dina*

Um processo de ciclo vicioso também foi experienciado:

*"E acho que isso eram factores em que isto se tornava uma espécie dum ciclo vicioso porque depois de repente damos por nós a omitir, damos por nós, estou a falar em grupo, dou por mim cada vez a omitir mais coisas, a escolher os casos que levo para supervisão." - Carla*

### Consequências percebidas da omissão

Este constituinte prende-se com o que os supervisandos entrevistados pensam ter sido as consequências do facto de terem omitido informação no espaço de supervisão.

Foi referida a sensação de não ter perdido muito por ter omitido:

*"Pá, acho que nesta situação não tenha perdido grande coisa, sinceramente, acho que perderia se omitisse uma coisa me podia dar resposta ou que não sei o quê, pois evidentemente estava na situação de perder por uma questão minha. Agora assim, acho que não vejo, não vejo propriamente isto como perder." - Paulo*

A ideia de que as vantagens de omitir foram imediatas ou que constituíram falsos benefícios também foi referida:

*"Eu acho que as vantagens que eu tinha eram imediatas," - Carla*

*"É um ganho, quer dizer, é uma perda. É um ganho que é uma perda...." - Nuno*

A perda de tempo foi referida:

*"mas tenho esta sensação: "Oh pá, passei 10 anos sem aprender nada! Agora é que estou a aprender tudo! (risos) Oh pá andei a gastar montes de dinheiro com estes gajos e não aprendi nada!" - Dina*

*"Olha perdi ter percebido isto mais cedo, ter ajudado a paciente mais cedo," - Irene*

E tempo que se podia converter em aprendizagem e desenvolvimento pessoais e como terapeuta, que não se concretizaram:

*"Enquanto podes andar 10 anos com medo. E a pensar que de facto vais encontrar um monstro enorme e sempre com esta fantasia sem ser desmistificada e a própria situação de supervisão também não te permitir ir além disto porque tem sempre imensas maneiras, imensas coisas por onde tu podes fugir e refugiar-te. Então encaixas-te! Adaptas-te! Não é?" - Dina*

*"Fico sozinha com o meu pensamento, não fico com o pensamento do terceiro, perco isso [gargalhada] certo? Portanto estou a perder riqueza, aí estou a perder riqueza, eu acho. Não é? [Silêncio]" - Vera*

E paralelamente, um pior serviço prestado ao cliente:

*"Mas em si, no imediato, os ganhos são falsos ganhos, não são reais, porque ao mesmo tempo eu sabia que: Se eu omito é porque eu não estou a ajudar as pessoas da melhor forma". - Carla*

*"Porque aí eu; uma coisa é eu levar isso para a minha terapia pessoal [...]mas depois há o outro lado, que é: "Então, quando chego à sessão, como é que eu posso fazer isto? Não é da melhor forma PARA MIM! É para a pessoa que está ali comigo! É para ela também não viver mais uma perda como se fosse uma morte." - Carla*

*"ter ajudado a paciente mais cedo, ter ela sofrido menos" - Irene*

Uma das consequências referidas foi a perda de apoio, o sentir-se só no trabalho de reflexão e no próprio trabalho em sessão:

*"Porque depois tinha imenso trabalho que eu depois também tinha de fazê-lo sozinha." - Carla*

*"se calhar às vezes até nem errei, não é? Portanto, também fico sem saber isso, não é? Fico sozinha com o meu pensamento" - Vera*

Este pensar sozinho sobre o caso pode conduzir a uma maior capacidade percebida de reflexão terapêutica:

*"eu penso imenso sobre os casos e acho que isso vem daí e eu acho que só agora é que eu penso que isso pode ser positivo [gargalhada]. Antes disto não pensava muito, que é o facto de estar disponível para pensar sobre os casos, pensar sobre as coisas," - Carla*

*Foram feitas referências à maior liberdade de acção no espaço terapêutico:*

*"O que eu ganhei foi um liberdade de acção tremenda. Porque a partir do momento que eu me estou a borrifar se o que é importante é isso e decido respeitar a vontade da pessoa e a minha," - Carla*

Outro tipo de consequência foi a tomada de decisão de não voltar a omitir:

*"Por outro lado penso que o não ter levado isto a supervisão e ter passado por este sofrimento todo me ensinou a não fazê-lo nunca mais. " – Irene*

### Deixar de omitir: Caminho de confiança

O fenómeno de omissão também pode ser percebido através do significado para os terapeutas do que constitui o deixar de o fazer. Os temas que emergiram do discurso dos participantes foram tanto o sentimento de maior compreensão e aprendizagem, ou seja, um crescimento e evolução como terapeuta; como a uma maior auto-aceitação, ou seja, a sensação de que o erro não tem de ficar um tabu, um segredo, que pode ser revelado. Vejamos:

### *Desenvolvimento como terapeuta*

O deixar de omitir pode estar atribuído a uma evolução como terapeuta:

*"eu acho que por um lado eu própria ganhei confiança no meu trabalho e estou muito mais consciente das coisas que faço e das que não faço e das que devo fazer das que não devo fazer e isso acho que é o grande salto aqui. Acho que ganhei isso com a experiência e com ir aprofundando o meu saber e não sei quê, não é? Acho que essa é a razão principal" -Vera*

Um dos factores que ajudaram no processo de deixar de omitir é a compreensão que o que anteriormente era considerado uma falha pessoal ou uma falha na técnica terapêutica, passa a ser conceptualizado como um componente fundamental da terapia, que é a relação terapêutica:

*"Porque é que eu me sinto tão culpada? Na verdade a paciente se sentia muito culpada de gostar de alguém: "Espera lá isto é ela, não sou eu!!!" [Risos]. Que alívio." - Irene*

*"Se calhar no início da minha prática clínica teria problemas em dizer que tinha de alguma forma furado o setting, as normas, mas hoje em dia não, sei que se fiz isso, isso tem um significado. Posso não estar a apreendê-lo naquele momento, mas tem." - Irene*

Esta evolução passa por uma maior experiência, tanto terapêutica, como vimos atrás, como de situações de supervisão prévias, que geram conhecimento e confiança no supervisor e em si próprio:

*"Lembrei-me do que me tinha acontecido com a paciente anterior. E então com este paciente pensei: "Bom, vou tentar ultrapassar a minha vergonha e falar sobre isto com a paciente [sic – leia-se supervisora]." - Irene*

*"Acho que agora percebo melhor mesmo contando estas coisas é super importante. Mesmo que a gente esteja a fazer uma grande burrada [...] Não importa se o que estamos a fazer é o que é suposto ou não é suposto, importa é as emoções que estão em jogo e obviamente como tenho imensa confiança neles posso dizer isto: o que é que eu sinto, o que é que isto me faz lembrar, a mim, enquanto pessoa, e acho que estou muito mais receptiva àquilo que me possam dizer e sentir que não é um julgamento" - Marta*

Foram também referidos apoios de outros, tais como, o terapeuta pessoal do supervisando, formações assistidas ou um novo supervisor, com uma nova forma de estar com o terapeuta:

*"[...]acho que se eu tivesse estado num processo assim com pessoas que me estão, com o tipo de trabalho que estas pessoas estão a fazer porque de facto é um tipo de trabalho em que não dá para resistir tanto, não é possível resistir tanto porque tens de dar o corpo ao manifesto, porque tens de te expor, pela própria situação que é criada, pela própria exigência da supervisão, porque exigem trabalho terapêutico, trabalho terapêutico a sério, porque exigem que nós façamos sketches terapêuticos em frente a toda a gente, e porque a supervisão é ao vivo e porque as sessões são filmadas, portanto como é que podes resistir? Podes resistir a levar o vídeo, podes resistir a fazer o trabalho lá nos seminários, mas não podes resistir para sempre. (Risos) É muito mais difícil. E também vais ser apontado: "estás a resistir". És forçada a mandar-te para... a despir-te e claro que ao despires-te tu percebes: "era por isso que tinha medo", mas também percebes que: "ah bom, afinal também não é assim tão... tinha medo, mas não é assim um monstro tão grande". - Dina*

Em suma, o deixar de omitir está para estes supervisandos relacionado com compreensão, aprendizagem, desculpabilização, segurança, coragem, que vêm da

experiência de vida e dentro desta, da experiência clínica e de contextos formativos, como é o de supervisão, e que conduzem ao desenvolvimento do terapeuta.

### *Aceitação*

A omissão em supervisão pode ser vivida como um segredo, com culpabilidade, vergonha. Um dos temas que surgiram nas narrativas dos psicoterapeutas entrevistados foi o da aceitação como processo de deixar de omitir.

A aceitação pode passar pela tomada de conhecimento que outros terapeutas idôneos ou admirados (porventura o supervisor) passaram por alguma situação semelhante:

*Guiomar - "Porque será que é mais fácil falares de contra-transferências agressivas"?; Irene -Porque está registado! Há às carradas na literatura! Foi um tabu e deixou de ser. Começa a surgir."*

*"porque é que eu terei contado àquele? [...] eu sentiria que ele também me iria contar uma história qualquer que ele fez, e portanto eu achava que, pronto, então, sendo assim, eu posso contar (risos, gargalhada)." - Marta*

A aceitação passa por uma percepção do supervisor como compreendendo a situação antes omitida:

*"então omite essa informação até, até quase se tornar óbvio, não é?, [...] às vezes o próprio supervisor apercebe-se "essa pessoa dá um bocado de sono"; "É ISSO mesmo, dá-me imenso sono" [risos). Tens dificuldade, tens dificuldade em abrir o jogo todo logo desde o início. Pá, é um processo... ha.."  
" - Nuno*

*"já me dei conta que muitas vezes vou rebuscar coisas desta fase, por exemplo quando a supervisora faz um comentário e eu digo assim: "Ah! Daquilo que está a dizer, olhe que eu não lhe disse isto assim e assim, mas acrescenta-se isto que vem completamente bater naquilo que está a dizer.""  
- Vera*

A aceitação por parte dos outros alimenta a aceitação de si próprio, do que se está a viver/ experimentar/ fazer e que é omitido, e abre espaço à exposição.

## Não omito porque

Um dos temas muito presentes nos discursos de alguns dos terapeutas entrevistados foi o da decisão de não omitir, por princípio. Este constituinte refere-se ao oposto do fenómeno, o que é vê-lo pelo seu negativo, a uma luz diferente. Os supervisandos referiram o não omitir por não fazer sentido omitir, não omitir por ter muita experiência ou muito pouca experiência com a exposição e o não omitir por sentirem-se identificados e confiantes no supervisor.

A falta de sentido encontrada na omissão de informação relevante por parte dos participantes nesta pesquisa prende-se com a vontade de saber, o querer confrontar-se em supervisão com os dados que poderiam ficar omissos:

*"E de facto eu sinto hoje que, hoje em dia, dificilmente algo, se há algo que não falo com o supervisor é porque me esqueço. Porque isto me ensinou que é essencial contar tudo. Tudo? Tudo o que achamos que é relevante e que nos perturba." - Irene*

*"É um bocado como mentir ao analista, não é? What's the point, não é?, não faz sentido, não sei." - Paulo*

Prende-se também com o não fazer sentido porque se nota que se está a omitir, ou seja, a omissão é incompleta, não cumprindo o seu objectivo:

*"Percebi desde logo com essa pessoa, que era claro que falseava as coisas, falseava as coisas mas falseava as coisas em que num sentido "gato escondido com rabo de fora", mandava pela porta e entrava pela janela. Acaba por na máscara aparecer a coisa, não é? Por definição é assim. De maneira que também, puf! Não adianta assim muito. [risos]" - Paulo*

Os testemunhos relacionados com a exposição e a não omissão referiram-se à inexperiência quer como terapeuta, quer como supervisando:

*"no princípio era assim, coração aberto! Quase coração na boca. Digo tudo !!! [auto-gozo]. E eu também acho que eu me sentia também tão pequenina e tão a dar os primeiros passos que... A supervisora que eu tinha era muito directiva. Mas ao mesmo tempo fala com uma segurança e com um saber, que a minha inexperiência também não me permitia em certa medida questioná-lo! E eu era muito [silêncio] aquiescente, era essa a expressão certa, ou submissa" - Carla*

Como à experiência de exposição quer em supervisão quer noutros contextos formativos e clínicos:

*"E nesses 2 anos e meio, [...] eu tinha permanentemente, em TODAS as sessões que eu fazia, uma equipa atrás do espelho, SEMPRE! Ou seja, o que é que acontecia? COMPLETAMENTE exposta! [...] Portanto eu comecei a ter e comecei a supervisão assim! O que fez com que muitos dos receios que eu mais tarde vim a encontrar no grupo de supervisão em que estive 6 anos, eu não os senti do mesmo modo porque tinha tido esta primeira experiência e até me fazia alguma confusão quando eu sentia que as pessoas se estavam a defender tanto, mas eu tenho a perfeita consciência que fui influenciada por isto. Porque depois daquilo, é assim, qualquer relato que eu pudesse fazer na sessão de supervisão, era um bocadinho, era fácil! Porque tinha tido 2 anos e meio, pelo menos 4 pessoas, quando não eram 5, 6 ou 7 dependendo dos professores estarem ou não presentes, a dizerem... depois nos não éramos de facto bonzinhos uns com os outros, porque íamos mesmo ao fundo da questão: "porque é que disseste aquilo e não disseste não sei o quê, tu ficaste baralhada quando disseste não sei quê, eu deu-me a sensação que tinhas ficado aflita quando aconteceu não sei o quê", e isto foi assim! E portanto quando depois quando comecei a supervisão e de facto estive 6 anos em supervisão, aquela defesa que eu sentia nos meus colegas eu não sentia tanto em mim. " - Ema*

Por último a identificação com o supervisor e a confiança no supervisor emergem como base para a decisão de não omitir por parte dos supervisandos:

*"já foi desde a faculdade e também em termos da relação mais humana, para mim era o meu Professor, era assim... Que era muito fácil para mim o tipo de pensamento dele. " - Marta*

### Conclusão

O fenómeno de omitir em supervisão foi abordado no seu foco noemático, em que surgiu a não revelação do que está para além dos limites quer das relações relevantes ao contexto de supervisão (terapêutica e de supervisão); quer dos limites das pessoas envolvidas (cliente, terapeuta/supervisando, supervisor); quer do que o terapeuta pressupõe ser adequado em cada contexto, i.e., dos seus pressupostos sobre a terapia e a supervisão.

No foco noético, surgiram como reveladoras de sentido: a Relação de Tensão-Retirada com o "Supervisor Diferente"; a Relação de Pequenez-Temor com o

“Supervisor Superior”; a Relação de Frustração-Absurdo com o “Supervisor Limitado”; Relação de Manutenção com o Cliente; a Relação com Pares (experiências de Discrepância, Desconfiança e Humilhação); a Relação de cegueira consigo próprio; e ainda os Limites Percebidos da Supervisão (Incerteza de adequação da informação omitida ao espaço da supervisão; percepção de pertença da informação ao espaço da psicoterapia pessoal e Autonomia - Auto-Supervisão e Liberdade de Acção- ).

Na prática, a omissão passa pela falta à supervisão, o ir e não expor casos, o expor, mas com ocultação de conteúdos, ou o expor de uma forma racional, pouco vivida.

Ainda no foco noético, emergiram as consequências percebidas, ou seja, o como são vistas e vividas as omissões relatadas e que dizem respeito a sentimentos de culpabilidade, falsidade, benefícios vãos e perda de tempo, concretizada em perda de oportunidades de crescimento pessoal, profissional e consequente prestação de um serviço de pior qualidade ao(s) cliente(s); a solidão e desapoio sentidos; também a sensação de maior liberdade e autonomia de reflexão, de tranquilidade por avaliação de não valer a pena expôr, e a resolução de não voltar a omitir.

O deixar de omitir é sentido pelos co-investigadores como um processo assente na confiança, confiança inter-relacional, que se estende dos outros a si, e vice-versa, numa relação criativa, condutora de evolução como terapeuta, desenvolvimento pessoal e de auto-aceitação.

A não-omissão, por princípio, enraíza quer na experiência de exposição, quer na sensação de falta de sentido no fenómeno, seja porque nunca se consegue ocultar perfeitamente, seja por se sentir que se está a ir contra o objectivo da supervisão.

## DISCUSSÃO – I

Neste capítulo farei uma comparação sistemática entre os resultados de investigação e o que nos diz a literatura científica sobre supervisão clínica. O propósito é o de integrar o estudo no seio do conhecimento partilhado por outros investigadores.

### O que se omite? Para lá do limite

Wampold & Holloway (1997) e White & Queener (2003) referem que toda a supervisão acontece no contexto de uma relação, e afecta e é afectada por todos os factores do âmbito da supervisão. Há uma multiplicidade de constituintes na supervisão e os entrevistados deste estudo referiram omissões sobre qualquer um deles. De acordo com este estudo, omite-se o que está para lá do limite percebido:

- da relação terapêutica: as suas vivências proibidas;
- da terapia: os erros terapêuticos;
- de si como terapeuta: a procura de genuinidade e recusa de mudança;
- da supervisão: os problemas pessoais do terapeuta e;
- da relação com o supervisor.

A tabela seguinte (tabela 4) pretende situar estes resultados face aos outros estudos de não-revelações por parte de supervisandos, a que tive acesso.

Tabela 4 Comparação entre os resultados do foco noemático do fenómeno de omitir em supervisão (perspectiva dos supervisandos), e os das investigações de Ladany et al., (1996); Pisani, (2005) e Yourman & Farber, (1996). (\*) correspondem aos resultados mais significativos da investigação de Ladany et al, (1996).

Presente estudo: Omite-se o que está para lá do limite de/a	Ladany, Hill, Corbett, & Nutt (1996)	Yourman & Farber (1996)	Pisani (2005)
Relação terapêutica: as suas vivências proibidas: erotização agressividade espontaneidade	Contra-transferências  Temas de atracção entre terapeuta e cliente  Reacções negativas face a clientes  Reacções positivas face aos clientes	O que aconteceu na interacção terapêutica	
terapia: os erros terapêuticos	Erros clínicos*	Erros clínicos	
si como terapeuta: a procura de genuinidade e recusa de mudança			
supervisão: os problemas pessoais do terapeuta	assuntos pessoais não directamente relacionados com a supervisão*		
relação com o supervisor	reacções negativas face a supervisor *  reacções positivas face ao supervisor  aparência do supervisor  temas de atracção relativa ao supervisor	reacções negativas face ao supervisor	reacções negativas face ao supervisor
	preocupações com a avaliação*		preocupações com a avaliação
	observações gerais sobre os clientes*		
	preocupações com o setting da supervisão		preocupações com o setting de supervisão

Um dos resultados mais interessantes desta investigação, foi a emergência da ideia de limite e a constituição de um espaço de omissão. Tal como existe um espaço terapêutico, um espaço de supervisão, um espaço pessoal, há igualmente um espaço de partilhar e um espaço de silêncio, inerentes a cada uma das situações.

Esta “topologia” foi para mim surpreendente, a ideia de fronteira que cada supervisando coloca e que se constitui na fronteira do que é narrável, na fronteira do que pode ser revelado. A omissão surge face ao que está para lá e é, em si, um estar para lá do falável<sup>13</sup>.

### *Valor da omissão*

Pensando no objectivo da supervisão que é o de aprender e evoluir através da partilha do próprio trabalho clínico no encontro com um terapeuta mais experiente, a omissão parece ser um fenómeno contraproducente (Gray, Ladany, Walker, & Ancis, 2001). É lógico e fácil inferir que a omissão é perigosa, algo que não se deve fazer, algo que um supervisando devia evitar. Esta é a posição dos autores que têm investigado o fenómeno, no sentido de o poderem diminuir e controlar (Ladany et al., 1996; Pisani, 2005; Yourman & Farber, 1996).

O olhar para o fenómeno tem estado carregado pela visão que os investigadores têm do que devia ser o comportamento aceitável, positivo. A construção dos materiais reflecte certamente os valores de quem pesquisa. Este valor atribuído de omissão como perigo subjaz, creio, a própria construção dos instrumentos de avaliação da omissão, que estabelecem como que tabelas de “tudo aquilo que você devia revelar e não revela”.

Se a maior parte da investigação consultada se encontra dentro do paradigma positivista, claro que esta se faz sentir também nos resultados obtidos, que não deixam de ser os resultados procurados. Se objectifico, encontro objectos, falo de objectos. Se constranjo a expressão dos “sujeitos” através de pedidos de frequência de experiência de afirmações, como é o caso dos inventários, obtenho respostas dentro dos constrangimentos da tabela de leitura (que não é de todo uma tabela de pergunta mas uma tabela de confirmação ou desconfirmação de ideias pré-determinadas) que

foi usada. Em suma, um dos pontos de partida deste estudo foi procurar dar espaço aos colaboradores para que pudessem partilhar, com o máximo de abertura, a sua maneira própria de viver a omissão.

Como podemos nós, alguma vez, revelar tudo, face ao outro que nos olha? Como tolerar despirmo-nos face ao diferente, como aceitar o outro e o que ele tem de contrário, diverso de nós? (Sartre, 1997) A omissão, no seu foco noemático torna-se um fenómeno de transgressão de limites. Passo a organiza-la em duas variantes de transgressão.

### *Omissão da Transgressão: Omito o que não aceito*

Os terapeutas entrevistados, todos com experiência clínica, falaram das suas omissões em supervisão como o que experienciavam com o cliente e que não aceitavam como válido (para lá da relação), terapêutico. Vivências vergonhosas ou pecaminosas, “vivências tabu”, que não deviam fazer parte da relação mas que mesmo assim fazem /fizeram parte da relação. Como aceitar o inaceitável? E como proteger-se do olhar do outro que devolve esta inaceitabilidade?

O espaço da relação terapêutica enche-se assim com o conflito entre o que está a acontecer, nomeadamente, a agressividade, a sexualidade/ erotização e o que devia estar a acontecer.

Webb & Wheeler (1998) referem a inaceitabilidade dos sentimentos de ódio, amor e sexuais face ao cliente, para o próprio terapeuta, e ainda com maior intensidade para exposição face a outros. Estes sentimentos seriam entendidos como provas de incompetência e de falta de profissionalismo (Yourman e Farber, 1996). Da literatura consultada, parece haver duas tomadas de posição, uma precedendo historicamente a outra.

A primeira, assume que estas vivências devem ser trabalhadas na terapia pessoal do psicoterapeuta, por serem conceptualizadas como problemas/ falhas pessoais a serem resolvidas, tratadas (por exemplo, Ekstein e Wallenstein, (1963 cit in Alonso, 2000) ou Goin e Klein (1976 cit in Webb & Wheeler, 1998). A segunda, que estas vivências surgem no seio de uma relação e são vivências a ter em conta, a valorizar e

---

<sup>13</sup> Vide figura 2, capítulo de resultados

a trabalhar na relação (Slavin, 1998; Yerushalmi, 1999). O foco parece ter-se movido do intrapsíquico, de uma topologia do “meu” ou “teu”, para o interpessoal: o sexo, o ódio, a sedução, passam-se conosco, em nós, no seio de um encontro.

Podemos assim ponderar a possibilidade de os supervisandos quando e se omitem este tipo de vivências, o fazerem por as considerarem como falha pessoal, incapacidade a ser tratada.

E passamos a outros dois “quês” da omissão, o dos problemas pessoais que se vêem como estando para lá do que se espera da relação de supervisão e o dos erros terapêuticos, que estão para lá do que se procura na relação terapêutica, que parecem ser concomitantes às vivências tabu.

Assim, alguns dos terapeutas entrevistados omitem o que não é visto como bom, como válido, como aceitável: o que não pode figurar no espaço delimitado pelas normas de conceptualização, actuação e visão da relação dos modelos psicoterapêuticos. Esta omissão, veremos mais adiante, quando reflectirmos sobre os temas referentes aos contextos e formas de ver que a suportam, é vivida com culpa, medo e vergonha. O terapeuta não revela o que percebe como as suas experiências “erradas”, as suas acções “erradas”, as suas angústias “erradas”, o que toma como um erro de si, o que o afasta do seu ideal de terapeuta.

Spinelli (2001) nomeia as que são, na sua opinião, as assunções implícitas no pensamento psicológico ocidental e tradicional do “quem sou?”. Um self

“self como uma coisa, uma entidade, uma essência.

self como unitário, singular. Cada ser humano tem um ou é um Self

self localizado internamente ou intrapsiquicamente. Está algures dentro de cada ser humano.

self, com algumas excepções, está intrinsecamente fixo no tempo. A permanência e a consistência são traços característicos do self. Reconhecemos quem somos a partir de quem fomos.

self pode definir-se e existe em isolamento. Conhecer-me não requer considerar, dependência, do impacte e influências de qualquer outro ser humano. [...]”(Spinelli, 2001, pp. 38-39)

Se tomarmos estes pressupostos como terapeutas, como ficamos? Ficamos numa versão limitada de nós e do cliente, numa procura do nosso self-terapeuta correspondente a um ideal, na recusa de um self que se percebe como portador de defeitos, ou até, defeituoso, e para além disso, ficamos com este mesmo olhar sobre quem nos procura. Ficamos com um sujeito supervisor que também está circunscrito a limites do seu self. Podemos resolver o desconforto: procurando um terapeuta que

nos “trate”; procurando “curar” o cliente, agindo *sobre* ele; buscando aprender a ser o (super) terapeuta com o nosso supervisor (ele já visto como super-terapeuta).

Neste mundo de heróis e falhados, claro e escuro, verdadeiro e falso, sanidade e doença, torna-se difícil ver, e super-ver, o que é, o que está, o que se realiza. Numa perspectiva de *selves*, de “terapias” e de objectos, tudo circunscrito e objectificado, a omissão de informação clínica relevante serve a protecção, o evitamento da invalidação.

Alguns autores fizeram já referência ao que pode ser um modo de estar em supervisão que seja aberto a estas experiências dos terapeutas como válidas e ricas no sentido do que podem trazer à terapia. Cito Slavin, (1998)

“Como ensinar os supervisandos a confiarem em si próprios e a confiarem na utilidade da sua responsividade não-preconceituosa, aparentemente contra-transferencial? Uma dificuldade maior [...] em acreditar que o que emerge espontaneamente deles será de facto relevante e útil terapêuticamente. Mais frequentemente, as respostas [...] aparentemente “não-planeadas” rapidamente são alvo de desconfiança por parecerem contratransferências problemáticas, intrusivas.” (s/ nº p.)

Para Slavin (1988) há uma tensão entre o desejo de mudar do terapeuta e o desejo de se manter, entre mudança e sedimentação, nos termos de Spinelli (2001). Se o supervisando se vê como fonte do problema, haverá mais omissão, ou omissão do que assim é percebido. Se o supervisando perceber o que fez e os seus sentimentos, a sua experiência, como válidos, ele poderá partilhá-las em supervisão, trabalhá-las em si, e utilizá-las em sessão. Daqui decorre que, havendo mais confiança na relação e uma visão não solipsista do ser humano -o tal *self* pressuposto, feito metáfora que esconde a experiência de nós (Spinelli, 2001)-, há menos omissão do considerado inválido uma vez que deixa de ser visto como inválido, mas como um dado, um acontecido, um percebido.

Em suma, este perceber-se em transgressão, este juízo de ter Errado (vivências tabu da relação terapêutica, problemas pessoais do terapeuta, ou erros terapêuticos) pode ser omitido da supervisão. Aqui a omissão assenta numa visão da terapia como encontro de dois seres objectificados, isolados, fixos, sendo que um está objectificado por inerência de papel “o cliente” ou “paciente” ali, e o outro (eu) objectificado como “terapeuta dinâmico/ experiencial/ integrativo/etc.”, aqui. O terapeuta objectificado faz algo ao cliente objectificado que com isso melhora. Se o terapeuta

faz algo que não está de acordo com a norma (a terapia X, Y ou Z), isso é um erro, de efeitos mais ou menos perniciosos, e pode decidir-se não revelá-lo aos colegas de supervisão/ supervisor, por evitamento de sentir-se invalidado como terapeuta ou mesmo, como pessoa.

*Omissão da Transgressão: Omito o que não aceitas*

Resta comentar as vivências espontâneas da relação com o cliente, a procura de manutenção de genuinidade em terapia, e a omissão por não querer fazer face à diferença do outro. Que omissões são estas?

São omissões de algo que se fez num espaço íntimo e em que o terapeuta se considerou a relacionar-se como pessoa e não como técnico, profissional. Este tipo de omissões não surge nos estudos que pude consultar e é do ponto de vista fenomenológico-existencial, um “o quê” da omissão interessantíssimo, uma vez que vai ao encontro do que se pretende na relação terapêutica dentro deste modelo, mas que pode ser sentido como para lá do limite por alguns dos terapeutas entrevistados.

Mais uma vez, parece que o encontro terapêutico é visto como válido pelas suas regras, pela execução de passos rígidos e constrangedores que nos fazem ter de agir/ responder/ perguntar/ conduzir de determinada forma. O *setting*, as normas, o que devemos fazer enquanto profissionais é pensado, está descrito, e bem estruturado nas diferentes abordagens à psicoterapia, ocorre-me a imagem da dança, neste caso, dança de salão com os seus movimentos estereotipados, pre-determinados e aprendidos, por exemplo, uma valsa vienezita: “O que quer que faças, danço a valsa; o que quer que precisas, ofereço-te valsa; quaisquer movimentos que faças, adapto-me com passos de valsa. Dançar a valsa é bom, dançar a valsa faz bem, é muito terapêutico, e vou a supervisão/ cursos/ conferências aprender novos passos.”

Dentro desta visão da psicoterapia, os movimentos naturais do corpo são vistos como movimentos a descontar, a não valorizar ou mesmo a banir, por não serem vistos como pertencentes ao conjunto de movimentos da valsa. Para quê falar sobre eles? Para quê transportá-los para a supervisão? Não são valsa, não são válidos, sabemos lá o que podem provocar. Omitimos.

Encontramos aqui mais uma vez uma objectificação, desta vez, através da sedimentação da relação e do encontro com o cliente, e de si. Omito de supervisão o que creio estar certo, mas que creio não vai ser visto como tal pelo supervisor/ colegas. Sendo assim, resolver não revelar pode reflectir uma recusa da mudança e da transformação, e pode, para se manter aquela que parece a abertura a si e ao cliente, representar o fecho a novas possibilidades.

Ladany & Friedlander (1995) e M. L. Nelson, Gray, Friedlander, Ladany, & Walker (2001) investigaram e sinalizaram a importância que as expectativas do supervisor sobre o supervisando podem ter nos desentendimentos e conflitos descritos nas situações perniciosas (*harmful*) em supervisão. Pode haver um conflito de papéis entre “Mostrar-se competente - Ser bom terapeuta” e “Expôr áreas de vulnerabilidade para ensino-aprendizagem”. Ao conflito de papéis, junta-se a incongruência que as sugestões de supervisão podem ter face à opinião do terapeuta- supervisando. Estes autores, relembramos, estudam sobretudo a supervisão em contexto de estágio académico, para obtenção de um diploma, e por isso, as suas reflexões sobre o omitido muitas vezes vão buscar o factor avaliação-nota para explicação. De qualquer dos modos, esta ambiguidade de papéis não é tão notória no presente estudo, mas antes o omitir o que é incongruente com a visão percebida do supervisor.

### *Síntese*

Os entrevistados, no foco noemático do fenómeno, escolhem não revelar algo que, lhes parece ser percebido como transgressão pelo outro (avaliado como errado). Esta avaliação pode ser:

- consonante com a da pessoa, e temos uma omissão do que é visto como relação errada com os outros, características defeituosas pessoais e técnicas terapêuticas mal executadas – Omito o que não aceito, ou;
- dissonante da própria perspectiva, e omite-se para a salvaguardar, salvaguardar uma visão do cliente que se entende mais adequada, mais aberta ou esperançosa, evitando conflitos ou mais frustração – Omito o que não aceitas.

Estas ideias, referentes a “o que se omite”, ficarão mais patentes e serão desenvolvida na secção seguinte, onde entramos no foco noético do fenómeno.

### O Por Quê da omissão: Escolho omitir em que circunstâncias?

Este capítulo reflecte sobre as circunstâncias conducentes à omissão, ou seja, a forma como os supervisandos conceptualizam o processo de omissão e o que contribuiu para a sua decisão, a que chamámos, o “por quê” da omissão.

#### *Circunstâncias da relação de supervisão: Desigualdade*

Um dos motivos apresentados pelos supervisandos entrevistados para omitir encontra-se na relação com o supervisor. E as relações descritas têm o carácter comum de *desigualdade* percebida. Três tipos de relações face a três tipos de supervisores internalizados foram apresentadas, que passamos a designar:

- Relação de Tensão-Retirada com “supervisor diferente”
- Relação de Frustração-Absurdo com “supervisor limitado”
- Relação de Pequenez-Temor com “supervisor superior”

Para enquadrar a discussão seguinte, introduzo uma breve revisão de literatura à cerca da relação supervisor-supervisando.

#### *Relação de Supervisão*

Em termos históricos, o estudo da supervisão (como o estudo de tantos outros fenómenos em psicologia e psicoterapia) tem vindo a modificar-se e a passar gradualmente da preponderância de uma visão fechada de características pessoais a exibir e a possuir pelo supervisando e supervisor, para uma maior predominância de foco na relação (Goodyear & Bradley, 1983).

Bordin, que já tinha aplicado a ideia de aliança de trabalho à psicoterapia, escreve um artigo seminal sobre a aplicação deste mesmo conceito à supervisão, em

1983, e em que se refere aos componentes de tarefa, objectivo e laço para descrever o que pode ser uma aliança de trabalho de supervisão. Para Bordin,

“A construção de uma aliança de trabalho e sua reparação não é vista como estabelecimento de uma relação para facilitar a aceitação do tratamento por parte da pessoa. Esta construção e reparação é o tratamento” (1983, p. 36)

Yerushalmi (1999) refere o mesmo, ao propor que as relações de supervisão estabelecem padrões de respostas profissionais/ pessoais face aos colegas e clientes, organizando e estruturando a experiência terapêutica. As experiências relacionais da supervisão podem ajudar os terapeutas a aceder, ponderar, reflectir e escolher as repostas a ter no encontro terapêutico.

Apesar da sua reconhecida importância, ao nível conceptual, a investigação da relação de supervisão parece ser ainda escassa (White & Queener, 2003). Pesquisas sobre a qualidade da supervisão e suas características têm sido consistentes em comunicar a importância do estabelecimento de uma relação de aliança de trabalho em supervisão (Gray et al., 2001; Ladany, Ellis, & Friedlander, 1999; Ladany, Walker, & Melincoff, 2001; M. L. Nelson & Friedlander, 2001; Ricci, 1995; Veach, 2001; West, 2004; Worthen & McNeill, 1996; Yourman & Farber, 1996).

Passo a expor alguns dos resultados a que estas investigações têm chegado, começando pelo que parece ser uma “Boa relação de supervisão”<sup>14</sup>.

#### “Boa” Relação de Supervisão

Worthen & McNeill (1996) investigaram fenomenologicamente as “Boas” experiências de supervisão (“Good” supervision events), com supervisandos não-neófitos, chegando à seguinte descrição de uma boa experiência de supervisão:

“empática, validadora e não-ajuizadora, com encorajamento da exploração e experimentação; normalização do conflito/ luta; sensação de liberdade consistindo numa auto-

---

<sup>14</sup> (Alonso, 2000) propõe a passagem do conceito Winnicotiano de “Mãe suficientemente boa” para o âmbito da supervisão, com a busca de um “Supervisor suficientemente bom”. Com o emprego da expressão “Boa/ Má supervisão” ou “Bom/ Mau supervisor” pretendo, por um lado, respeitar a designação dos autores das pesquisas, por outro, comunicar com alguma clareza esses resultados, com prejuízo de uma visão mais contínua do que são estas relações e estes supervisores. Os atributos evidenciados servem apenas como guia, dois extremos de um espaço de infinitas possibilidades.

protectividade reduzida e numa receptividade ao input do supervisor; análise não defensiva dos casos; re-exame de pressupostos; [e] aquisição de uma meta-perspectiva” (p 28).

No estudo de Worthen & McNeill (1996), cada um dos oito entrevistados referiram a qualidade da relação de supervisão como pivot e crucial.

Ladany, Ellis et al. (1999) pesquisando a aliança de supervisão, concluem que as mudanças na aliança de supervisão não foram preditivas de mudanças na auto-eficácia do supervisando. No entanto, as melhorias a nível do laço entre supervisandos e supervisores foram associadas a maior satisfação com a supervisão.

### “Bom” supervisor

Todos os teóricos concordam que o supervisor tem um papel de *master therapist*, e os modelos de supervisão são congruentes ao assumirem-se como modelos assentes num perito (Goodyear & Bradley, 1983). No que respeita a caracterização do “Bom supervisor”, Watkins (1995) num artigo de revisão de literatura, apresenta este supervisor como mostrando uma boa mistura de empatia, respeito, ensino e conceptualização quando apropriado, estimulando a auto-reflexão e auto-exame do supervisando quando apropriado. O bom supervisor é caracterizado como claro, explícito nos objectivos e expectativas que tem e no *feedback* fornecido. O seu sentido de *timing* sobre “o que é necessário quando” é descrito como suficientemente bom.

White & Queener (2003), investigando a vinculação e a supervisão concluem que a capacidade do supervisor estabelecer boas relações com bons *attachments* é preditiva da relação de supervisão vir a ser uma boa relação. Por seu turno, a capacidade de vinculação do supervisando não se mostrou preditiva do mesmo fenómeno.

### “Má” relação de supervisão

A má experiência de supervisão pode chegar a ser conotada com “*harmful*” (perniciosa), sendo essa uma das suas possibilidades (M. L. Nelson et al., 2001),

como ficou patente no estudo qualitativo de M. L. Nelson & Friedlander (2001), em que os supervisandos referem o não investimento dos supervisores na relação e o facto dos supervisores não quererem assumir o seu papel nos conflitos como tendo tido um impacte muito negativo na sua formação como terapeutas. Neste tipo de situações os supervisandos descrevem como experiências típicas a perda de confiança no supervisor, a sensação de desapoio, maior insegurança, mais medo de não vir a ser bem sucedido como terapeuta, mais sentimento de falta de poder, e, talvez mais directamente relacionado com o presente estudo, a defensividade e evitamento/ retirada da relação de supervisão.

Gray et al. (2001), investigando os acontecimentos contraproducentes em supervisão, chegam a conclusões semelhantes, com estes acontecimentos levando a uma mudança de abordagem ao supervisor pelo terapeuta, tipicamente no sentido de uma maior hipervigilância e defensividade, maior omissão de sentimentos e pensamentos e limitação da auto-expressão do supervisando.

Naquele estudo, todos os acontecimentos relatados conduziram a uma prática de auto-protecção por parte dos terapeutas-supervisandos, com censura das suas revelações, o que conduziu a evitamento em vez da exploração da/ na relação de supervisão. Tipicamente os supervisandos não exploram o acontecimento contraproducente com o seu supervisor, e atribuem essa escolha a uma pobre relação de supervisão.

Face ao fenómeno de impasse em supervisão, um inquérito a estagiários supervisandos revelou alguns temas relacionados com problemas interpessoais da relação de supervisão: a não aceitação de uma discussão franca da contra-transferência, as violações dos limites da relação, as diferenças de opinião técnica e a crítica pelo supervisor de algo pessoal do supervisando, levando a inibição da exposição de informação pertinente (Nigam, Cameron, & Leverette, 1997).

#### “Mau” supervisor

Quanto à descrição do “mau” supervisor pelos supervisandos, através dos estudos revistos por Watkins (1995), comporta características de: não apoiante,

rígido, fechado, inflexível, desrespeitador do supervisandos, pouco claro, vago, indirecto, inepto e desinteressado.

Allen, Szollos, & Williams (1986) propõem duas classes de percepções de “maus” supervisores: *laissez faire* (desinteressados ou ineptos) e autoritários (rígidos, desrespeitadores, não apoiantes). Estes dois tipos de supervisores foram classificados como piores pelos entrevistados no estudo daqueles autores.

### Investigação sobre “má” supervisão e omissão

A generalidade das investigações concernendo a descrição da “má experiência de supervisão”, parecem apontar como consequência deste tipo de valorização negativa da relação de supervisão, a diminuição da abertura e revelação dos supervisandos (Gray et al., 2001; Hassenfeld & Sarris, 1978; Ladany et al., 1996; M. L. Nelson & Friedlander, 2001; M. L. Nelson et al., 2001; Nigam et al., 1997). Mesmo em estudos de casos, como o de Hassenfeld & Sarris (1978) em que são expostas as narrativas de cada um dos autores (um supervisor e um supervisando) sobre a sua relação de supervisão, considerada bastante conflituosa, difícil e perturbadora para ambos, podemos ler, no relato do supervisando, que as preocupações sobre o desinteresse do supervisor, a sua visão diferente da psicoterapia, e vê-lo como demasiado interveniente, tinham como resposta a omissão de informação.

Ladany et al. (1996) verificou que os supervisandos menos satisfeitos eram os que menos falavam de reacções negativas face ao supervisor. Foram estes que citaram mais frequentemente como motivos da não-revelação: a má aliança de supervisão; a incompetência do supervisor e; o medo de suicídio político.

Ladany et al. (1996) apresenta que a percepção de importância da informação omitida pelos supervisandos está correlacionada com o supervisor ser por eles percebido como não atraente e não sensível interpessoalmente, e com uma menor satisfação com a supervisão. Igualmente o estudo de Yourman & Farber (1996) relaciona a satisfação com a relação de supervisão com menor omissão. Webb

& Wheeler (1998) encontraram uma correlação positiva entre a percepção de uma boa aliança de trabalho e a exposição e abertura dos supervisandos.

Sendo assim, as omissões parecem poder estar ligadas à percepção da qualidade e valorização atribuída ao espaço de supervisão e até que ponto o supervisor responde às necessidades e facilita o desenvolvimento dos supervisandos enquanto terapeutas.

### *Relação de Tensão-Retirada com o “supervisor diferente”*

Goodyear, Bradley, & Bartlett (1983) afirmam que cada supervisor supervisiona, inevitavelmente, de acordo com a teoria que aprendeu, acatou e pratica enquanto clínico. Mas o que acontece quando a posição do supervisor não se enquadra na posição do supervisando, como é o caso neste tipo de relação de tensão retirada?

Putney, Worthington, & McCullough (1992) investigaram a consonância (*match*) entre supervisor e supervisando e concluíram que a existência de uma agenda alternativa, de modelos alternativos, diminui a eficácia da supervisão no que respeita o contributo para o crescimento e desenvolvimento do terapeuta. Também Steinhelber, Patterson, Cliffe, & LeGoullon (1984) avaliaram quantitativamente o efeito da supervisão no resultado terapêutico, tendo achado que a quantidade de supervisão (medida no seu número de horas) não afecta a terapia, mas os pacientes mostram uma melhoria significativamente superior quando a orientação teórica do supervisor é congruente com a do supervisando. Outra pesquisa indica que quando o terapeuta escolhe livremente o seu supervisor, percebe-se como omitindo menos frequentemente (Webb & Wheeler, 1998).

Estes dados da literatura empírica parecem ser consonantes com a visão de relação tensão-retirada como contexto para a omissão. Nestes casos, os psicoterapeutas entrevistados tecerem comentários sobre a visão dos seus supervisores sobre os casos ser “correcta” ou “incorrecta”, neste caso, “incorrecta”. Não é o valor percebido de competência e eficácia do supervisor que está aqui em causa, mas um conflito de perspectivas.

Este conflito pode também enraizar numa ética, uma vez que se situa ao nível das representações do bom e do mau, do que se deve ou não fazer, e de como vemos a representação do outro sobre estes deveres. Ladany, Lehrman-Waterman, Molinaro, & Wolgast (1999) sugeriram que os supervisandos que percebem os seus supervisores como agindo de forma ética, reportam uma aliança de trabalho de supervisão mais forte. A percepção de uma aderência por parte do supervisor a normas éticas foi responsável por 47% da variância dos resultados de percepção de aliança de trabalho naquela investigação. Como já foi exposto atrás, a aliança de trabalho forte relaciona-se com a diminuição das omissões.

Sendo assim, esta omissão constitui-se na experiência de uma relação com o diferente que se recusa, da qual se evade para manutenção de uma visão própria, mas, fundamentalmente, uma visão certa, na perspectiva do terapeuta supervisando. A sua própria forma de pensar, a sua maneira de ver o cliente, a sua maneira de perceber o processo de mudança e as suas opções pessoais podem ser vistas como dissonantes das do supervisor, e a omissão serve nestes casos o propósito de evitamento do conflito. A tensão sentida leva a uma retirada da informação do seio da relação com o supervisor experimentado como diferente.

#### *Relação de Frustração-Absurdo com o “supervisor limitado”*

Rosenblatt & Mayer, em 1975, investigaram qualitativamente relatos de supervisandos sobre estilos de supervisão objectáveis e um dos temas encontrados foi o da supervisão Amorfa. Os supervisandos lamentavam-se nestes casos de demasiado laxismo, de falta de direcção; de supervisores não esclarecendo nem definindo claramente as suas expectativas face ao si, mesmo quando tal lhes era pedido directamente. A comunicação vaga por parte do supervisor tornava-se especialmente dolorosa quando o supervisando sentia que tinha falhado, ou que tinha sido incompetente.

Os co-investigadores que referiram esta relação procuram respostas, desejam-nas e frustram-se quando não as recebem. Esta posição “*laissez-faire*” ou de não comprometimento, o “tudo bem” feito/ dito/ escolhido que se sente da parte do

supervisor finta as expectativas dos supervisandos. É o “mas se está mal, diga!” da entrevista do Paulo.

Por exemplo, Worthen & McNeills (1996), referem que seis dos oito terapeutas entrevistados por si, descreveram uma disrupção do usual (ou seja, uma crítica, um comentário sentido como novo) como presente na sua descrição da “boa” experiência de supervisão. Sendo assim, a omissão não se apresenta só no contexto de evitamento da crítica mas também no contexto de se sentir uma acrítica, de uma falta de corpo, de presença na relação com o supervisor.

Outra das áreas presentes neste tema, é a de não valer a pena comentar ou explorar sentimentos e vivências da relação terapêutica na relação de supervisão por incapacidade manifesta do supervisor conseguir trabalha-los de uma forma entendida como útil, exploratória, indutora de crescimento. G. L. Nelson (1978) conduziu um inquérito que apontou para que uma das tarefas mais altamente apreciadas pelos supervisandos era a da exploração das suas emoções face aos clientes. Gray et al. (2001) na sua já referida investigação qualitativa sobre acontecimentos contraproducentes em supervisão individual que tivessem tido impacte no crescimento do teapeuta, notou que, tipicamente, os supervisandos atribuíam as suas experiências de acontecimentos contraproducentes ao facto de os seus supervisores descontarem/ não valorizarem os seus pensamentos e sentimentos. Todos experimentaram uma interacção negativa depois desse acontecimento, todos acharam que houve enfraquecimento da relação de supervisão e todos mudaram a forma de estar com o supervisor, e a sua abordagem da supervisão. A perspectiva destes terapeutas foi de que o seu trabalho com os clientes sofreu com o acontecimento.

Parece assim que o supervisor poder aceitar o que há de experiencial na relação terapêutica, em supervisão, e poder escutar e acolher, activamente, essas vivências dos supervisandos, conduz a menos omissão deste tipo.

Quando o supervisor é tido como ausente, como não se apresentando activamente, todo, e como não sabendo escutar o que o terapeuta quer partilhar, sobretudo temas mais experienciais ou pontos de desenvolvimento dos casos ou de si como profissional, o terapeuta frustra-se nas suas necessidades percebidas, percebe o absurdo de querer aprender, estar numa relação de aprendizagem e não obter o que

sente que precisa para crescer, sente-se o absurdo de revelar, e omitir torna-se uma possibilidade.

### *Relação de pequenez-temor com “supervisor-superior”*

“Na minha experiência, tanto como supervisor como como supervisando, reconheci que mostra não verificadas de erudição, esperteza ou superioridade pelo supervisor, não importa quão subtilmente impostas sobre o supervisando, resultam na negação da existência de talentos e da individualidade do supervisando. Em vez disso, um monólogo narcísico estabelece-se, testemunhado pelo supervisando como um público cativo e silencioso”. (Ricci, 1995)

O “supervisor superior” representa o supervisor experienciado como forte, competente, capaz. Este tipo de relação não se traduz, como as anteriores, de uma distância face ao supervisor. Esta relação é mais próxima, mais envolvida por parte do supervisando. Apenas existe omissão porque existe o temor, o medo de algo que este super-visor (aqui na asserção de super-terapeuta, super-herói) possa invalidar, criticar. O supervisando tanto teme o julgamento deste terapeuta idealizado, como compete com ele e o inveja. O conflito aqui está entre precisar da admiração do supervisor, da sua aquiescência com as opções tomadas, ou mais globalmente, com a forma como se é, como ser humano, e o querer libertar-se do seu olhar (Webb & Wheeler, 1998). O supervisando, nestes casos, parece desejar-se em relação com um mentor onipotente e que se espera benévolo. Quando o supervisor não corresponde ao que se esperava, ele passa a ser percebido como ríspido, crítico, retirado, “mau”. Tal processo seria uma das fontes comuns de ansiedade do supervisando, teorizam Hassenfeld & Sarris (1978).

Os participantes dos estudos revistos por M. L. Nelson et al. (2001) optaram por não falar das suas preocupações por temerem reacções negativas por parte dos seus supervisores. Esta avaliação dos supervisores como conducente a mudança na exposição, também emergiu no estudo de Freyberg Foote (2005) cujos supervisandos eram provavelmente menos abertos em supervisão se fossem avaliados negativamente pelos seus supervisores.

Claro que pode haver aqui a intervenção de uma exigência face a si mesmo muito maior do que a exigência relatada pelos supervisores face aos seus

supervisandos, como mostram as pesquisas de Vespia, Heckman-Stone, & Delworth (2002), ou seja, os supervisandos podem colocar no supervisor a sua exigência pessoal, o “sei que está errado e tu ainda sabes isso melhor”, sem que esta corresponda a uma expectativa do supervisor. Para efeitos da nossa discussão este dado, apesar de valioso, não altera o sentido deste tema de por quê da omissão, uma vez que estamos a tentar reflectir sobre a relação de supervisão e o significado que tem para o supervisando e não em busca da realidade da relação.

A forma de estar em relação nestes casos é, para os supervisandos entrevistados, uma de sensação de vulnerabilidade, inferioridade, pequenez face a um outro maior, mais competente, mais eficaz, mais sabedor, mais equilibrado. Vive-se com medo, vergonha e ansiedade esta relação: com temor, e pode, eventualmente omitir-se para lhe escapar, intacto.

Este tema aparece de duas formas diferentes, a que chamei, Eu terapeuta omito, mais relacionadas com omissões ligadas ao desempenho profissional, carreira, psicoterapia e Eu-Pessoa omito, referindo-se mais ao medo de ser-se identificado com os clientes apresentados, ou ser-se avaliado/ definido pelo supervisor como uma pessoa muito perturbada, inapta ou inepta. Yerushalmi (1999) alerta para que, uma vez que não existem fronteiras definidas entre estes dois eus, estes dois mundos, eles influenciam-se mutuamente, sendo como tal a supervisão um espaço complexo e sensível, um espaço aberto a vulnerabilidades e a susceptibilidades.

#### *Eu-terapeuta omito face a “Supervisor superior”*

Face a esta relação, é o profissionalismo do supervisando que se espera proteger ao omitir. Isto pode acontecer para tentar agradar o supervisor ou não desagradar, evitando sentimentos de vulnerabilidade e que coloquem o supervisando numa situação de explícita sensação de se “ser mau terapeuta”.

Teme-se a crítica, teme-se o ser posto em causa (expressão muito usada pelos entrevistados que referiram o tema) de uma forma *global* face à sua capacidade de ser “bom terapeuta”. Não esquecer que também aqui há uma apreciação *global* do

supervisor como “bom terapeuta”, ou seja, o perito procurado, é de facto visto como perito (ao contrário da relação de frustração-absurdo, por exemplo), e surge a insegurança e a rivalidade face a uma pessoa idealizada: “não vou mostrar os meus podres a uma pessoa que é muito melhor do que eu” (Dina).

As omissões têm aqui por base a sensação que o resultado terapêutico, a mudança do cliente pode ser a medida de competência do terapeuta (Alonso & Rutan, 1988). Os mesmos autores referem que, em supervisão, os terapeutas têm de tolerar não saber, sentirem-se pequeninos nas suas aptidões. Isto fa-los necessitar do cuidado e respeito dos seus supervisores, como “objectos primários profissionais”, receando perder a sua admiração. O dilema está em que para aprender têm de expor a incompetência. Os seus problemas pessoais e as suas limitações virão à superfície, deixando-os mais sensíveis à distância entre o ideal-profissional, representado pelo supervisor, e a sua própria avaliação como profissional: “se a exposição do trabalho é a *sine qua non* da boa supervisão, então, o que quer que interfira com a segurança do supervisando na exposição do seu trabalho cerceará profundamente a aprendizagem” (p.577).

Rosenblatt & Meyer (1975) referem o processo de “Complacência Espúria”, que também foi veiculado por estes entrevistados: o supervisando tenta passar uma imagem de aceitação ou de tentativa de aceitação e seguimento do que o supervisor, com o sentido de se proteger. Isto processa-se de variadas maneiras, mas estes autores descrevem uma particularmente típica: a de monitorizar de perto toda a interacção de supervisão, a verbalização escolhida de partes de material clínico e omissão de outras. Esta omissão estratégica e correspondente exposição estratégica também foi descrita por Ward, Friedlander, Schoen, & Klein (1985).

*Eu-Pessoa omito face ao “supervisor superior”*

“Por favor, desculpe a minha franqueza. Só que ocasionalmente sou afectado pelo desejo puramente humano de ser entendido intelectualmente e não medido pela bitola da neurose” Jung em carta a Freud (cit in Spiegel & Grunebaum, 1977, p 618)

Nesta relação de pequenez-temor é sobretudo a devolução de uma imagem de si como pessoa que o terapeuta teme, ou porque acredita que a forma como o supervisor vê as pessoas comporta elementos de perigo pessoal (esta forma de ver é notada na maneira como o supervisor vê os clientes do supervisando, da perspectiva deste). Não querer ser tido como pessoa não idónea, como pessoa perturbada, como pessoa negra, como uma criatura, não querer saber-se assim, leva estes terapeutas nestes casos, a omitirem informação relevante. De notar um processo muito curioso de evitamento de narração de casos clínicos em que o terapeuta sente que possa haver uma *identificação* com o cliente, de forma a evitar saber algo que o perturbe, sobre si, e por outro lado, evitar que o supervisor se aperceba de algo sobre si através da apreciação do caso.

Em 1987, Eckler-Hart, (cit in Webb & Wheeler, 1998) declarava que para além da supervisão evocar o medo de ser inadequado como terapeuta, ela evocaria, em termos globais, o medo de ser inadequado como pessoa. Este medo pode ser mais ou menos instigado através da forma como o grupo supervisor-supervisando consegue ou não harmonizar-se, evitando, por exemplo, situações de “supervisão terapêutica” (Rosenblatt & Mayer, 1975).

Este estilo de relação originou as objecções mais veementes dos supervisandos no estudo de Rosenblatt e Meyer. Aqui o supervisor é visto como estabelecendo uma causalidade em algo “perturbado” no terapeuta, em vez de algo presente na situação concreta. Os participantes naquele estudo objectaram, não o terem sido criticados, mas o terem sido vistos como a fonte do problema, ajuizados como incapazes, pessoalmente, de desempenhar a sua tarefa. Rosenblatt e Meyer referem o medo descrito pelos supervisandos de confrontar a opinião do supervisor por isso poder ser visto como “resistência” e contribuir ainda mais para a fraca imagem que parecem ter junto deles, optando assim por não se defenderem directamente.

Os traços, qualidades, defeitos dos supervisandos podem ser na supervisão, avaliados enquanto traços, qualidades e defeitos pessoais (Vespiá et al., 2002). Num estudo de caso, Spiegel & Grunebaum (1977) alertam para o cuidado de se tratarem comportamentos observáveis dos supervisandos como “o que fez parece ser um erro”, em vez de “há algo errado consigo: vá tratar-se”. Devem clarificar-se as fronteiras pessoais e profissionais. “Na extensão em que as respostas emocionais do

supervisando são vistas como expressões dos seus problemas pessoais, ele ficará sobre pressão de esconder os seus sentimentos de si próprio, dos seus clientes e dos seus supervisores. (p. 622)”.

No entanto, colocamo-nos a questão, como Goodyear & Bradley (1983): Se toda a supervisão visa a mudança, se todo o modelo de supervisão se vê como terapêutico, no sentido de promovendo a mudança, como qualquer bom encontro humano promove, onde colocar a fronteira? Como distinguir supervisão terapêutica de supervisão-terapia? Creio que a discussão do tema “Deixar de Omitir: caminho de confiança” poderá contribuir para a resposta a esta questão.

Termino com a resposta de Freud a Jung:

“Por agora posso apenas sugerir um remédio caseiro: vamos cada um de nós prestar atenção mais à sua própria, do que à neurose do seu vizinho” (cit in Spiegel & Grunebaum, 1977, p. 624)

*Relação com o Supervisor: Cruzamento com a investigação de Rosenblatt & Meyer (1975)*

Rosenblatt & Mayer (1975), já há algum tempo, conduziram uma investigação qualitativa sobre estilos de supervisão objectáveis, entrevistando psicoterapeutas, e chegaram a uma tipologia de (1) supervisão constrangedora; (2) supervisão amorfa; (3) supervisão não-apoiante; (4) supervisão terapêutica. É muito curioso e encorajador notar que cada um destes estilos supervisionais encontra o seu correlato,  *grosso modo*, nos nossos resultados referentes à omissão por relação com supervisor, assim, em correspondência,

- Relação de Tensão-Retirada com “supervisor diferente” - supervisão não-apoiante
- Relação de Frustração-Absurdo com “supervisor limitado” - supervisão amorfa
- Relação de Pequenez-Temor com “supervisor superior”
  - Eu-terapeuta omito face ao “supervisor superior” - supervisão constrangedora

- Eu omito face ao “supervisor superior” – supervisão terapêutica

De acordo com os supervisandos entrevistados por Rosenblatt & Mayer (1975), este último estilo de supervisão terá sido o mais difícil de vivenciar, e o mais objectável.

Porém, quero salientar uma diferença de postura entre Rosenblatt & Mayer, (1975) e este estudo, uma vez que, para aqueles autores, há um estilo de supervisão, descrito como “algo que se executa sobre alguém”, os conceitos são apresentados de forma bem mais estática do que na nossa investigação. O que aqui nos pareceu existir no que respeita a relação com o supervisor, foi conceptualizado relacionalmente, como uma interdependência entre a forma como percebe e vive o supervisando a relação de supervisão e o seu supervisor, num processo mais dinâmico e relacional, que foi no fundo, aquilo que os entrevistados nesta pesquisa descreveram.

#### *Relação com o Supervisor: Leitura com base na grelha de Penman (1980)*

Holloway, Freund, Gardner, Nelson, & Walker (1989) estudaram o poder e o envolvimento na relação de supervisão. Trabalharam sobre uma análise narrativa utilizando a grelha de Penman (1980 cit in Holloway et al., 1989) e que pode interessar-nos na compreensão dos resultados do nosso estudo: Penman estudou os processos de comunicação e criou uma grelha que cruza poder e envolvimento, com nove categorias de nível manifesto e dezasseis categorias de nível latente. As categorias de nível manifesto sobrepõem-se às de nível latente, sendo que, a cada uma correspondem quatro categorias de nível latente.

O grupo de nível manifesto mais relacionado com o fenómeno de omissão, na grelha de Penman, é o de Evitamento, situado na correspondência entre o menor poder e menor envolvimento. Os comportamentos do evitamento são: Hesitar, Retirar, Não-Comprometer-se e Mostrar Incerteza.

Este grupo de Evitamento corresponde a quatro categorias de nível latente, a saber: Evadir-se, Abster-se; Remover-se e Abandonar-se. As omissões veiculadas na presente pesquisa parecem poder situar-se neste grupo. Assim, há uma relação possível que se pode estabelecer entre as várias formas de perspectivar a relação com o

supervisor por parte dos entrevistados, com cada uma das posições de poder *versus* envolvimento, da grelha de Penman, a nível latente, correspondentes.

Tabela 5 Integração dos níveis manifesto e latente do esquema de classificação de Penman (1980, cit in Holloway et al., 1989). A tracejado está o nível latente e a linha contínua, o nível manifesto.

	rejeitar	controlar	iniciar	partilhar
	AGREDIR	ACONSELHAR	APOIAR	
contrapôr	resistir	oferecer	colaborar	
	DISCORDAR	TROCAR	CONCORDAR	
evadir	abster	procurar	vergar	
	EVITAR	PEDIR	CONCEDER	
remover	ceder/ abandonar	submeter	aderir	
	ENVOLVIMENTO			

Se olharmos mais de perto a área da grelha relacionada com a comunicação e o estabelecimento de relação de supervisão do nosso estudo (a do campo de evitamento do nível manifesto), podemos relacionar:

Tabela 6: Correspondência conceptual entre os quatro tipos de postura de menor poder e menor envolvimento do nível latente da grelha de Penman (1980 cit in Holloway et al, 1989) e os quatro tipos de motivos para omitir assentes na relação com o supervisor do presente estudo.

PODER	Relação de <b>Tensão-Retirada</b> com “supervisor diferente” <b>Evadir:</b> Discurso abstracto e vago Não responde directamente Manobras para sair da situação	Relação de <b>Pequenez-Temor</b> com “supervisor superior” (Omissão enquanto <b>Terapeuta</b> ) <b>Abster:</b> Indecisão Uso de tácticas de retardamento Não comprometimento pessoal
	Relação de <b>Frustração-Absurdo</b> com “supervisor limitado” <b>Remover:</b> Recusa de participação Ignorar o outro totalmente Dissocia-se da relação	Relação de <b>Pequenez-Temor</b> com “supervisor superior” (Omissão enquanto <b>Pessoa</b> ) <b>Ceder/ Abandonar:</b> Concede derrota Recua Abandona posição prévia
	ENVOLVIMENTO	

Da observação destas quatro áreas da grelha, podemos notar que a relação de pequenez-temor apresenta-se como de maior envolvimento do que as relações de frustração-absurdo e de tensão-retirada. Isto faz sentido e reflecte apropriadamente o que os entrevistados que referiram a omissão no seio de uma perspectiva de relação com “supervisor superior” disseram, uma vez que, nestes casos, é atribuída à relação uma importância e um valor maior, mesmo que esta seja sentida como negativa. A relação nestes casos é mais pesada, uma vez que os supervisandos estão mais envolvidos. Evidentemente que quando omito por causa de mim, como pessoa, me sinto menos salvaguardado, mais despido, e com menos poder, do que quando omito por receio de ser visto como “mau terapeuta”, em que me posso conceber, internamente (onde é o que quer que isso seja), mais protegido.

A relação de frustração-absurdo, é, naturalmente, aquela em que o poder e envolvimento sentidos são menores, uma vez que o supervisando se remove quase totalmente da relação. O predominante “não vale a pena” afirmado pelos terapeutas entrevistados que a este tipo de postura relacional fizeram referência, aponta para sensações de desistência, frustração, face ao que lhes parece inamovível (pouco poder) e inalcançável (pouco envolvimento). É a omissão pelo absurdo, o desprovido de sentido em que nem o terapeuta se sente ligado ao supervisor, nem imagina que possa vir a ser transformar-se o estado de coisas.

A relação de tensão-retirada, a mais conflitual, no sentido em que é aquela em que as diferenças supervisando-supervisor se fazem sentir com mais premência, relacionar-se-ia nesta grelha com o pouco envolvimento, o laço fraco entre os dois intervenientes da relação e algum poder: o discurso faz-se de forma mais estratégica, escolhem-se as palavras, evita-se a exposição para evitar um conflito aberto, mas a posição pessoal mantém-se. Retiro de cena algumas informações, que poderiam ser relevantes, mas que mais uma vez “não valem a pena”, uma vez que se sabe/ imagina a percepção do outro como oposta e mutuamente exclusiva. Este evadir-se é de facto isso, a retirada do que não se intersecta, e apresentação do resto.

Este cruzamento entre a grelha que Penman (criada para a análise de discurso, e que se pretende um método de elaboração da comunicação), e os “Por quês” baseados na relação de supervisão, das omissões (não-revelações) leva-nos às seguintes reflexões:

Como vimos no foco noemático, há duas estruturas gerais de não revelação:

- não-revelação “Está errado para mim e para ti” e
- não-revelação “Está certo para mim, errado para ti”.

Estas correspondem grosso modo a diferentes intensidades de envolvimento na relação: A primeira, mais envolvida, uma vez que o erro, o problema está localizado, experiencialmente, em si próprio. A segunda, menos envolvida, uma vez que o laço é mais ténue, a diferença sentida é maior. Já não é o próprio com a sua forma de se ver, crítica, mas o outro que é criticado: Ele é diferente de mim (não pensa sobre isto como eu) ou é limitado (não consegue perceber o que percebo).

Isto vai de encontro ao que Ladany & Friedlander (1995) declaram quando dizem que quando os supervisandos experimentavam uma aliança de trabalho de supervisão mais forte, tendiam a experienciar menos conflito e ambiguidade de papéis. Quanto maior o laço, menos conflito de papéis. Ou seja, a relação de pequenez-temor, não acusa um laço tão fraco como as outras duas. Há menos ambiguidade de papéis porque há menos ambiguidade: o terapeuta sente-se já ele próprio invalidado por si. A ambiguidade que existe é principalmente entre si e o que gostaria de ser, o seu ideal. Não está tanto na relação. Este é assim um modo de podermos entender as sensações de vergonha, humilhação e vulnerabilidade. A relação é mais importante (é isso que o envolvimento é), o supervisando está algo mais comprometido e presente do que na relação de frustração-absurdo ou de tensão-retirada.

### *Relação com os Pares*

Este tema foi muito menos desenvolvido que o tema da relação com o supervisor pelos psicoterapeutas que entrevistei. Não sinto que tenha sido suficientemente explorado. Posso apenas recapitular o que emergiu do que me foi exposto, e que diz respeito a (1) um receio da crítica e humilhação pública, face a colegas de supervisão pouco conhecidos, (2) o omitir por falta de confiança na manutenção de confidencialidade por parte dos colegas de grupo e por fim, (3) a não revelação em circunstâncias que se percebem como comportando uma dissemelhança entre si próprio e os colegas em termos de experiência clínica (só foi referida no sentido de maior experiência da entrevistada).

A pesquisa na literatura de investigação que conduzi também não se focalizou neste tema, devido a ter percebido que tinha muitas limitações descritivas e de aprofundamento sério. Sendo assim, posso apenas dar conta do estudo de Webb & Wheeler (1998), uma consulta a 96 terapeutas psicodinâmicos sobre a sua capacidade de exposição de temas sensíveis em supervisão. Os resultados apontaram para uma mais clara facilidade de revelação em contexto de supervisão individual do que em contexto grupal. Isto remete-nos para a necessidade de ultrapassar as limitações deste estudo no que respeita ao tema da relação com os pares, talvez através de novas entrevistas dirigidas à experiência e significado da supervisão em contexto grupal.

### *Relação com o Cliente: Manutenção e Congruência*

A relação com o cliente como motivador de omissão teve como significado base, para os terapeutas que a referiram, um sentido de manutenção da relação, seja manutenção da confiança do cliente, seja manutenção da relação como tem sido, seja da congruência da postura do terapeuta face ao cliente.

Quaisquer que sejam os seus perigos e as suas vantagens, a omissão aqui é interessante do ponto de vista da literatura empírica consultada, uma vez que não encontrei qualquer referência a este respeito.

Remeto o leitor para a primeira parte deste capítulo de discussão, quando reflecti sobre o foco noemático, na vertente de omitir o que está para lá do limite do terapeuta: a manutenção de genuinidade.

### *Não pertence ao espaço de supervisão*

Há três aspectos importantes a referir neste constituinte: a omissão por incerteza do cabimento de uma dada informação no espaço de supervisão; a omissão (que pode decorrer como resposta à incerteza anterior), por se sentir que há um problema pessoal a ser tratado em contexto psicoterapêutico, com o próprio terapeuta; e a omissão motivada pela procura de autonomia.

### *Incerteza dos limites da relação de supervisão: Será adequado?*

No que respeita a omissão por incerteza de limites, o ocultar de informação pela dúvida se será vista como pertinente no espaço de supervisão, vários autores têm tecido os seus comentários sobre esta ambiguidade que o espaço de supervisão contém, por inerência, e delineado formas de o contornar (Goodyear & Bradley, 1983; Pisani, 2005; Spiegel & Grunebaum, 1977; Vespia et al., 2002; Whitman, 2001). Os participantes do estudo de Nelson e Friedlander (2001) declararam estarem incertos do contrato de supervisão. As propostas vão sempre no sentido de esclarecimento desse contrato: informar os supervisandos claramente de quais as expectativas que se têm sobre a sua participação na supervisão, as expectativas que podem ter sobre os seus supervisores, e sobre o espaço em si. O que tem cabimento expôr e o que não tem cabimento expôr (Pisani, 2005).

Vespia, Heckman-Stone, & Delworth, (2002) reflectiram sobre a importância de passar informação sobre como assumir o papel de supervisando. Na sua ausência geram-se ambiguidades de papel, e o diferencial de poder da relação de supervisão pode fazer-se sentir de forma problemática na ausência de informação estruturante.

Whitman, (2001) refere uma típica e lamentável ausência de instrução ao supervisando sobre como poder utilizar o espaço de supervisão com eficácia e constrói um programa de uma sessão para ajudar a preparar os supervisandos para a expe-

riência de supervisão. Os participantes declararam que esta sessão de estruturação os ajudou a sentirem-se mais confortáveis e abertos na supervisão. Os tópicos considerados mais úteis pelos supervisandos foram os concernentes às características dos bons supervisores, como lidar e falar sobre eventuais problemas de supervisão e o contrato/ acordo de supervisão. Os benefícios percebidos pelos participantes (17 pessoas) de terem recebido esta formação foram: “sentir-se mais confortável com a supervisão”(7/17); “serei mais aberto a relatar problemas e sentimentos na supervisão”(6/17) e “tentarei gravar sessões de psicoterapia para levar a supervisão”(3/17). Muito interessante notar que os benefícios percebidos têm um impacto ou dizem respeito directamente à comunicação em supervisão: exposição *versus* omissão, o tema do presente estudo.

#### *Ultrapassa o limite da supervisão e entra na psicoterapia pessoal*

Quanto ao constituinte deste tema de não revelação por crença na sua maior adequação ao espaço da psicoterapia pessoal, Vespia et al. (2002) questionaram supervisandos e supervisores e encontraram uma diferença significativa entre o que os supervisandos pensavam que devia ser o seu reconhecimento e compreensão das suas dinâmicas pessoais e interpessoais, e a posição dos supervisores, para quem esta expectativa não tinha o mesmo peso. Slavin (1998) e Alonso (2000) tecem o mesmo tipo de considerações. Parece então que pode haver uma exigência de equilíbrio e desempenho e “sanidade” pessoal dos supervisandos face a si mesmos que pode estar na génese de algumas destas omissões em supervisão.

#### *Exercer Autonomia*

Quanto à omissão por vontade de autonomia, este não parece ser um campo desenvolvido na literatura consultada. Posso no entanto relembrar o já exposto conflito inerente à relação de supervisão. A possibilidade de estar o supervisando numa posição de desejo de aprender com o terapeuta mais experiente, e por outro lado, de se afirmar como um profissional capaz. Talvez as omissões por desejo de autonomia enraízem neste lado da equação do conflito: Não preciso de supervisionar porque já sei que errei, porque já me auto-supervisionei, porque já sei o que fazer, porque ain-

da quero tentar algo sozinho antes. Todas estas afirmações dos participantes deste estudo, e relembro, todos com seis ou mais anos de prática clínica, nalguns casos intensa, podem indicar precisamente os “voos de treino”, experiências de libertação de uma relação profícua mas que tem tanto de constrangedor como de alimentador. Os participantes do nosso estudo, nestes casos, não se referiram a tópicos de relação, quer com o supervisor, quer com o cliente, quer com os colegas. Referiram-se sim ao desejo de tratar por si, autonomamente, das questões que se levantaram em terapia.

### *Auto-Omissão: Não sei que omito - Cegueira*

Este tipo de omissões têm um significado de omissão de/ a si próprio, ou seja, o manter numa consciência não-tematizada aspectos do caso. Seria então uma omissão sem responsabilização ou sensação de intenção, e prévia ao contexto de supervisão, uma auto-omissão.

Sendo, como já vimos, o objectivo consensual da supervisão a educação (Watkins, 1997), é fundamental perceber que é sobre este “por quê” das omissões que ela pode ser levada a cabo com uma enorme vantagem para todos (terapeuta e clientes). A procura de um esclarecimento dos “*blind spots*”, pontos cegos, e dos “*dumb spots*”, pontos ignorantes, através da relação de supervisão, pode permitir ao terapeuta-supervisando o desenvolvimento e a aprendizagem que procura naquele espaço (Yourman e Farber, 1996; Eckstein e Wallerstein cit in Alonso 2000). Citando Slavin (1998)

“[...] o essencial na relação de supervisão é o que o supervisor faz para aprender sobre, articular, valorizar e afirmar a capacidade do supervisando para uma resposta razoável, se bem que inconscientemente derivada, no processo de tratamento. Os supervisores devem, num certo sentido, “encontrar” os supervisandos [...]”

Penso que este “encontrar” se traduz no poder ver o que o terapeuta menos experiente ainda não vê, e mostrar-lho.

### Como Omito?

Os co-investigadores descreveram o modo como omitiam:

Apresentando de forma superficial “sem me meter no que digo” (Dina); Com cortes de conteúdo (que vão do nome do cliente à omissão de casos completos do espaço de supervisão); Faltando à supervisão ou deixando que outros apresentem em seu lugar.

Há dificuldades inerentes à passagem de informação de uma relação complexa como é a terapêutica (Yourman e Farber, 1996). Ser-se participante e observador da relação terapêutica gera uma tensão que se traduz numa outra tensão na comunicação em supervisão: revelar/ não revelar (Wallace e Alonso, 1994 cit in Yourman e Farber, 1996). Porém, qualquer ser humano é bastante competente a ocultar o que não quer revelar, e os terapeutas não são exceção (Hill, Thompson, Cogar, & Denman, 1993). Ladany et al. (1996) verificou que a forma de omitir dos terapeutas participantes no seu estudo era predominantemente passiva, ou seja, feita sem o esclarecimento que se estava a omitir. Foi também este o caso na presente investigação, em que nenhuma das narrativas de omissão conteve qualquer episódio de verbalização que se optava por não expor no contexto de supervisão.

Quanto à forma de apresentação superficial, vai de encontro aos resultados de Pisani (2002), uma vez que também os participantes daquele estudo revelavam com maior facilidade informações sobre os clientes e mais dificilmente as suas emoções e opiniões. Os co-autores lamentam esta forma de apresentação, pouco experiencial, tal como os terapeutas inquiridos no estudo de G. L. Nelson (1978) que referiram como uma das tarefas mais apreciadas por si em supervisão seria a de exploração das suas emoções face aos seus clientes e trabalho terapêutico.

No que concerne os cortes de conteúdo, estes podem passar tanto pela participação oral como pelas próprias transcrições de sessões, monitorizadas “como manter dois livros de contas” nas palavras de um dos participantes do estudo de Rosenblatt e Meyer (1975). De notar neste tema, a presença de algumas referências pelos co-investigadores da procura de alguém, que não o supervisor, com quem se revelava e partilhava a informação omitida em supervisão. Este processo foi também encontrado noutras pesquisas (Ladany et al., 1996; M. L. Nelson & Friedlander, 2001). No caso do estudo de Ladany, 66% das omissões eram discutidas com alguém, mais frequentemente um par, mas também, por ordem, o namorado, outro supervisor, um amigo, o terapeuta, a família. Estas eram as omissões consideradas como mais

importantes para o próprio desenvolvimento como terapeuta. O querer falar e falar com pessoas menos experientes é interessante uma vez que aponta para o facto de serem aqueles que têm menos experiência os que estão a trabalhar os temas mais importantes. Na nossa investigação isto também aconteceu, os psicoterapeutas omitiam num contexto, o da supervisão, mas sendo informação relevante, o apoio era procurado junto de outra pessoa.

Quanto à forma de omitir revelada pelos entrevistados nesta pesquisa de omissão completa de presença ou de apresentação na supervisão, aqui denominada de “Omito-me”, não foi encontrado qualquer equivalente na literatura consultada. Creio que é um resultado interessante uma vez que representa a negação da definição de supervisão, que relembramos, parte da partilha do próprio material clínico para reflexão conjunta num encontro com um terapeuta mais experiente<sup>15</sup>. É a omissão levada às últimas consequências. Ir e não falar ou até, escolher faltar à supervisão surge como o extremo da maneira como o fenómeno de omissão em supervisão se revela.

### *Vividos da Omissão*

Os terapeutas entrevistados fizeram referência também à forma como viveram a omissão. As que se salientaram foram:

A culpabilidade, a sensação de não se dever omitir informação relevante, de por isso estar a prestar um pior serviço aos seus clientes, a perder oportunidades de aprendizagem; O ciclo vicioso; O segredo.

Este tema foi insuficientemente explorado, tanto no que respeita às leituras que poderia ter feito, como à própria condução das entrevistas. Novos estudos serão necessários para que estes vividos se desenvolvam em termos dos seus significados para os supervisandos.

---

<sup>15</sup> Para a definição de supervisão adoptada neste trabalho, vide capítulo de Introdução.

### Consequências Percebidas da Omissão

As consequências percebidas da não-revelação de informação no espaço de supervisão que os supervisandos entrevistados identificaram são diversas e vão desde a opinião de não ter perdido muito por ter omitido, passando pela ideia de que as vantagens de omitir foram imediatas ou que constituíram falsos benefícios, até à tomada de decisão de jamais voltar a omitir.

A percepção (típica) de ser pouco vantajosa a omissão vai de encontro aos resultados de (Farber, Berano, & Capobianco, 2004), que estudaram a omissão em psicoterapia, por parte de clientes. A maioria dos clientes considerava que apesar do potencial de dor e vulnerabilidade associado à revelação, ela continuava a ser melhor do que a omissão, ou seja, os benefícios eram imediatos e menores do que aqueles encontrados na revelação.

A nível de trabalho terapêutico, foi notória a referência à perda de tempo, tempo que poderia ter-se convertido em aprendizagem e desenvolvimento pessoais e como terapeuta, e de um apoio mais efectivo face ao cliente. Os supervisandos entrevistados por Rosenblatt e Meyer (1975) também se sentiram privados de uma importante possibilidade de aprendizagem ao omitirem. A omissão, na perspectiva dos supervisandos, pode ter assim consequências a nível proximal, sobre o terapeuta, e distal, sobre o cliente, como Yourman e Farber (1996) já tinham referido.

Outras das consequências percebidas relacionam-se de perto com vividos de solidão, no sentido da perda de apoio, do sentir-se só no trabalho de reflexão e no próprio trabalho em sessão. Se bem que a tonalidade afectiva com que foram relatadas estas experiências é negativa, também foi descrita um correlato positivo da experiência de solidão em supervisão que a omissão traz: uma maior capacidade percebida de reflexão terapêutica, de auto e hetero-reflexividade. M. L. Nelson & Friedlander (2001) referiram esta consequência na sua pesquisa de situações de supervisão conflituais. Sendo assim, parece que a solidão experimentada pode conduzir a uma maior autonomia.

A não-revelação também, quando realizada por manutenção de congruência e genuinidade, foi vista como trazendo sensações de libertação e uma efectiva liberdade de acção no espaço terapêutico.

### Deixar de Omitir: Caminho de confiança

Antes de mais quero notar que este tema faz sentido num contexto: o da relação de pequenez-temor, aliás, este tema refere-se ao processo de transcendência da relação de pequenez-temor, ou se quisermos, através do foco noemático, à saída das situações de sentir-se que se oculta o que está errado (para todos). Nas relações percebidas como frustração-absurdo e tensão-retirada, a não omissão é vivida como certa, como correcta, logo, os supervisandos ao fazerem referência àqueles dois tipos de relações não comentavam processos de passagem à revelação. Na maior parte daqueles casos, o terapeuta quebrou a relação de supervisão assim que possível.

O mais saliente neste tema de deixar de omitir foi o processo de incremento de confiança que os supervisandos descreveram. Todas as formas de passagem à revelação têm como base o ganho de confiança, quer em si, quer no supervisor, quer no poder da relação (seja terapêutica, seja de supervisão).

Os supervisandos falaram do seu crescimento e desenvolvimento pessoais que lhes permitiram ganhar segurança, num processo de aprendizagem da psicoterapia, da compreensão mais profunda da relação terapêutica. Esta aprendizagem passou pela própria reflexão sobre os casos acompanhados, ou por situações formativas, de supervisão ou de intervisão.

Os entrevistados também referiram variadas situações conducentes à aceitação, à abertura como processo de deixar de omitir.

Este tema leva-nos a concluir que experiências na vida do terapeuta (não só na supervisão) que conduzam a uma maior confiança (saber que se sabe, saber que se é capaz, saber que o que se faz tem um sentido) ajudarão a aumentar a revelação de informação pertinente. Também o facto de outros idealizados (supervisor, por exemplo) se colocarem lado a lado com o supervisando nas suas dificuldades, por exemplo, através da auto-revelação, valida o que quer que seja que se esteja a viver com

vergonha e culpa e que se teria omitido. O acreditar na presença de um sentido é fonte de confiança e o local onde o que antes era avaliado como erro para si, passa a ter como lugar numa das possibilidades de se ser.

### *Sugestões de Actuação promotora da revelação em supervisão*

O conflito e ansiedade inerente à aprendizagem da psicoterapia cria o campo para a aprendizagem e desenvolvimento dos terapeutas (Rubin, 1989). Como vimos a aprendizagem, aceitação e consequente confiança em si/ nos outros / na relação foi o que permitiu aos terapeutas entrevistados deixar de omitir (quando essa omissão era para eles dolorosa). Esta confiança e abertura pode ser facilitada ao:

- Criar um contexto onde a experimentação é encorajada e discutida, onde as novas ideias são bem-vindas e disputadas (Spiegel & Grunebaum, 1977)
- Ter como pressuposto base a vontade de aprender do supervisando ao invés da expectativa de psicopatologia do supervisando (Alonso, 2000; Freyberg Foote, 2005; Spiegel & Grunebaum, 1977; Worthen & McNeill, 1996)
- Passar informação explícita sobre os limites da supervisão, no fundo, gerir expectativas (Whitman, 2001)
- Manter os limites da relação através de um estabelecimento claro de objectivos, tarefas e laço (M. L. Nelson et al., 2001; Pisani, 2005)
- Interagir com abertura de forma a que o supervisando se sinta com poder, por exemplo, o poder de influenciar e não só de ser influenciado (Slavin, 1998; Yerushalmi, 1999)
- Procura da parte do supervisor de perceber indicadores de vulnerabilidade, dor, medo, vergonha e culpabilidade no discurso do supervisando (Alonso, 2000; Ricci, 1995; Talbot, 1995)
- Empatizar e/ou trabalhar sobre dificuldades surgidas com a (im)possibilidade de empatizar, patentes quer na relação terapeuta-cliente, quer na relação terapeuta-supervisor (Alonso & Rutan, 1988; Ricci, 1995)

- Validar, aceitar e apoiar as exposições de vividos de inadequação por parte dos supervisandos no sentido de as “normalizar” (Slavin, 1998; Worthen & McNeill, 1996)
- Validar através da auto-revelação do supervisor (Ladany & Lehrman-Waterman, 1999; Ladany & Walker, 2003; Ladany et al., 2001)
- Discutir, debater, falar abertamente sobre o fenómeno da relação de supervisão, em supervisão (Worthen & McNeill, 1996; Yourman & Farber, 1996)
- Fazer quando possível supervisão ao vivo, com supervisor atrás do espelho, por exemplo (Champe & Kleist, 2003).

### Não omito porque

Este tema reflecte a intenção de não omissão de alguns dos co-investigadores e passa por três constituintes:

Experiência com a exposição em supervisão (muita experiência leva a ganhar confiança; pouca experiência com vividos de confiança ainda não posta à prova). Face a este sentimento de inexperiência e revelação, importa referir Garret (1954 cit in Pisani, 2005) que descreveu a tendência dos supervisandos se auto-revelarem e exporem numa fase inicial da relação de supervisão a que chamou “confissões” e que serviriam, na sua perspectiva como testes à capacidade de acolhimento e de empatia do supervisor, por um lado, e para perceber os parâmetros da exposição naquele contexto, por outro.

Outro aspecto referido é a confiança e identificação com o supervisor, sobre a qual já nos debruçámos ao longo do presente capítulo.

A compreensão de que não vale a pena omitir o que é relevante uma vez que com isso se perderem oportunidades de aprendizagem e aceitação e desenvolvimento pessoais. Simultaneamente, tal como a revelação total é impossível, também a total omissão o é. No âmbito de uma relação de supervisão fluida, os intervenientes conhecem-se, sabem-se, atentam e atendem-se mutuamente, e é através desta sensibilidade ao que se passa entre si que o que estava oculto se revela, ganha contornos no

outro. Esta perspectiva dos supervisandos entrevistados faz-nos recordar a experiência do “*Meld*” (fusão) em supervisão, (Sterling & Bugental, 1993).

Bugental (1993) propôs uma prática de supervisão em que a descrição verbal é muito curta e apenas nos instantes iniciais da hora de supervisão, sendo seguida de um desempenho de papéis em que o terapeuta faz de cliente. O terapeuta diz sentir a dado ponto uma experiência de Meld, em que a presença do outro (neste caso o cliente) se faz sentir através da experiência, incorporada, que o supervisando traz sobre ele, mas à qual só acede quando se deixa levar e falar como se fosse o cliente. Ou como os autores descrevem, naquele momento não há fronteiras entre o eu e o tu, mas apenas a experiência do outro numa fusão consigo. Se esta experiência existir numa relação de supervisão, de facto deixa de ser possível omitir porque já não fazem sentido as palavras “omitir” e “revelar”. Estes dois conceitos podem também fundir-se na experiência que se tem do encontro. Passa a haver apenas uma emergência do outro perante nós.

Se a este processo juntarmos o já identificado “processo paralelo”, investigado por Ekstein & Wallerstein (1972 cit in Binder & Strupp, 1997), que designa a forma como a relação de supervisão reflecte a relação terapêutica, temos que, face a uma relação de supervisão inteira e comprometida, a omissão do que é relevante não só deixa de fazer sentido como deixa de se fazer sentir. Sente-se, apenas.

DISCUSSÃO -II  
UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE O ESTU-  
DO DA OMISSÃO

“Pela sua própria natureza, uma psicologia existencial está destinada a ser uma psicologia de *fronteira* [...] Cada vida vivida é uma experiência na natureza. Cada teoria psicológica é apenas um bom palpite. Para revelar alguns pontos comuns, cada generalização obscurece muito mais.” (Sterling & Bugental, 1993, p. 39)

Um dos elementos mais curiosos que pude apreciar com o desenvolvimento deste trabalho foi o da omissão da espontaneidade, omissão da forma genuína de se estar, omissão para manutenção do modo de se relacionar com o cliente. Estas omissões, são, como dissemos, vistas como transgressões do que se percebe ser o limite do que o supervisor/ colegas consideram ser um bom e eficaz trabalho terapêutico. Não nos importa aqui perceber quem tem razão, ou se se deve ou não omitir. Ou melhor, não importa por agora, uma vez que parece existir algo que está muito mais além do que a técnica ou o valor ou a visão do mundo de cada modelo, de cada supervisor e de cada supervisor, que é a Relação Terapêutica, a intersubjectividade.

Numa nota pessoal, lamento quando essa relação é vivida como um segredo face ao espaço de supervisão, precisamente porque as normas e as visões do mundo acabam por ser apreendidas pelos terapeutas como fins em si mesmos e não como ajudas no trabalho que querem realizar. Lamento que a espontaneidade espontaneidade fique omissa de algumas relações de supervisão. Lamento se ficar omissa das relações de terapia.

Não quero ser mal interpretada: não creio que tudo o que nos passa pela cabeça enquanto terapeutas deva ser dito ou agido. Não é disso que se trata. A técnica surge para nos guiar a escolha. Porém, a técnica, a estrutura, não deve, penso, ultrapassar e pesar sobre o Encontro. Como Bordin (1983), e tantos outros, acredito que a relação é a terapia. Não é um facilitador da terapia.

Espontaneidade, algo que ficou omissa da supervisão, por se considerar não vir a ser aceite naquele espaço. O que dizer quando os supervisandos vivem as suas relações terapêuticas como “mais humanas que terapêuticas”, e crêem que isso não cabe no “mundo da terapia”? Ficamos com um terapeuta coartado na sua expressão face aos seus pares e supervisor. Um terapeuta que opta por esconder-se. Um terapeuta “posto em causa”, e mesmo afirmando-se satisfeito com as suas opções, o facto de imaginar essas opções como não aceites conduzindo, talvez, a um aumento da insegurança, a um vivido de culpa: “Quero lá saber, espero que a minha analista resolva isto!” (Marta), ou seja, age, mas sem confiança. Espera que a própria terapia o “cure” desta tendência de “ser humano”.<sup>16</sup>

Penso existir uma outra forma de viver a espontaneidade, não como um sem valor da relação terapêutica mas como um valor de encontro genuíno e inteiro, e sobretudo livre. Creio que a relação que se torna livre, o encontro que se faz com abertura e liberdade é fonte de compreensão, aceitação e permite a exploração e entendimentos mais profundos e sobretudo mais abrangentes, no espaço terapêutico.

Ao serem espontâneos os terapeutas aumentam os seus graus de liberdade, e abrem um leque de possibilidades na relação terapêutica que uma visão mais técnica da psicoterapia, constrange. Creio que essa é a grande vantagem do trabalho relacional, é não constrangê-lo mas abrangê-lo, estar atento ao que acontece e poder falar sobre isso, poder viver isso.

Curiosamente, os estudos pesquisados não fazem referência a este tipo de vivência omitida<sup>17</sup>, talvez por estarem baseados em inventários com uma pergunta final, aberta, mas que creio e colocando-me na posição de quem responde, já está condicionada pela perspectiva do que o investigador está à procura. O que pretendo dizer com isto é que se leio e penso sobre setenta situações, é natural que no final, face a um pedido de descrição, expresse algo relacionado com os pedidos de pesagem prévios. Pode haver uma procura de adaptação à expectativa que transpira de um inventário.

---

<sup>16</sup> Para uma apreciação mais englobante e rica do que afirmo acima, remeto o leitor interessado para a consulta da secção correspondente do capítulo de resultados, onde constam excertos das transcrições das entrevistas aos co-investigadores sobre estes temas.

<sup>17</sup> Vide tabelaquadro 1

Sendo assim, penso que um dos valores acrescentados deste estudo está naquilo que os supervisandos entrevistados referiram e que não é saliente na demais investigação consultada, nomeadamente:

A vivência da espontaneidade como forma “humana” de estar-com-o-cliente (como é nítido na expressão da Marta “pensei que era perfeitamente desumano não ir.” Ou da Irene “almoçava e trabalhava, interpretando”, e que entra em conflito com uma certa visão da psicoterapia com primazia da estrutura, do deve/ não deve, das normas. Esta visão é, aparentemente, a visão de alguns dos terapeutas entrevistados nas circunstâncias sobre as quais referiram esta opção de não revelar.

A omissão de temas do terapeuta pode servir para proteger a sua genuinidade na relação com o cliente, que está relacionada com o constituente anterior, ou seja, a rejeição do *feedback* de supervisão que se antecipa como limitante da acção do terapeuta na sua forma própria de ser terapeuta. Esta omissão constitui-se como a não procura do que pode perturbar um estar-com com autenticidade. É uma omissão visando a congruência. É uma omissão visando a manutenção de uma relação com o cliente que se protege do olhar do supervisor por o supervisando poder, por hipótese, perspectivar este olhar como limitador de possibilidades do cliente ou da relação terapêutica (relembro a entrevista com o Paulo “uma visão mais esperançosa do caso” ou da Carla “o cliente passava a criatura”). A escolha de omissão em supervisão pode neste caso indicar a escolha de uma manutenção de algo que se aceita, mas que não se aceita plenamente, uma vez que se pensa saber que o “outro” (e é o outro internalizado que nos interessa) não aceitaria o mesmo que nós se soubesse.

Estas são as não revelações da experiência do “Certo” para mim, “Errado” para ti. Mas, se pretendemos uma postura fenomenológico-existencial, este mim e ti, farão sentido realmente? Fazem-no, no seio da experiência dos supervisandos entrevistados que a isto se referiram, ou seja, esta é a sua forma de perceber as omissões e não temos mais que validá-las e percebê-las. Mas também nos podem indicar caminhos de supervisão que sejam mais úteis e mais relacionais, no sentido de intersubjectivos.

Relevância da omissão de vivências espontâneas e de genuinidade/ congruência pessoal e relacional

Parece-me que estas omissões, para além de não terem sido reveladas pelos anteriores estudos, e por isso deitarem luz sobre mais um aspecto do fenómeno de omissão, nos podem ajudar a reflectir sobre o que será deveras importante em supervisão e em psicoterapia.

São omissões do que o terapeuta considera terem sido exposições adequadas no seu ponto de vista, mas desadequadas face ao conceito que fazem do seu supervisor ou pares de supervisão. A exposição escolhida na relação com o cliente torna-se omissão escolhida na relação de supervisão.

Vários tipos de terapia patrocina vários tipos de postura face à exposição do terapeuta. Nos extremos deste contínuo temos, no pólo da rejeição de exposição e participação enquanto ser humano presente, a psicanálise, e no pólo da aceitação e norma de participação e exposição, as terapias humanistas.

Na psicanálise pretende-se não impôr qualquer tipo de constrangimento ao cliente de forma a que ele possa associar com liberdade. Também serve o propósito de não magoar, não fazer mal (como no juramento de Hipócrates), não agir sobre vivências e impulsos que possam afectar e ter um impacto tóxico, destruidor sobre a vida do cliente. De lembrar que esta preocupação é fundamental, e que existem muitas queixas de prática psicoterapêutica irresponsável e perniciosa (APA, 2002; Pope, Tabachnick, & Keith-Spiegel, 1993), precisamente por este agir que cerceia a liberdade do cliente e que explora áreas de vulnerabilidade com eventuais consequências devastadoras. De salientar: a exploração sexual de clientes, a agressão de clientes. Precisamente dois dos temas omitidos da supervisão, no presente estudo, o que mostra uma preocupação com o saber-se que o comportamento daquele terapeuta pode ter sido não-ético, ou, na grande maioria dos casos, saber-se que o terapeuta pensou, sentiu ou fantasiou algo que, se levado a cabo, seria não ético.

Para o extremo da não exposição, até da busca de um certo anonimato da psicanálise clássica, o propósito é a procura de uma acção ética, o respeito pela pessoa passando por uma não imposição do analista e por outro lado, a execução de uma técnica, que permita a projecção de medos, angústias e desejos num quadro branco,

num analista-*écran* que se retira de cena para não a obscurecer e confundir. As normas, o *setting*, o silêncio, o evitamento do falar (um gesto melhor que uma palavra, uma palavra melhor que uma frase, uma frase melhor que um discurso) todos concorrem para este propósito.

Teremos mesmo de manter omissão de nós? Será uma das dúvidas dos colegas entrevistados que referiram omitir por salvaguardar a congruência e a espontaneidade. O que acontece quando nos formatamos em psicoterapia? Por outro lado, o que acontece quando tudo é dito, quando tudo se passa ao acto? Terapeuta automático ou terapeuta abusivo?

Modelos de psicoterapia traçam a fronteira mais aqui ou mais além, mas, será que, na prática, esta fronteira não é colocada pela própria relação terapeuta-cliente? E se pensarmos que nem sequer ainda percebemos se a supervisão e o ensino da psicoterapia têm realmente efeito sobre as práticas dos psicoterapeutas (Holloway & Neufeldt, 1995) ou nos resultados terapêuticos (Holloway & Neufeldt, 1995; Steinhelber et al., 1984), não será mais importante, em supervisão, escutar o que os terapeutas-supervisandos têm para dizer sobre como estão na terapia, no seu quotidiano e como a concretizam, do que impôr uma grelha de regras e normas e procedimentos fixos que nos deixam sem perceber o que acontece, de facto?

Até que ponto o deve-se ou não se deve das psicoterapias tem servido os clientes de psicoterapia? Até que ponto a liberdade dos terapeutas tem servido os clientes? Se toda a investigação de *outcome* nos dá as mesmas perspectivas sobre o que é eficaz em terapia e que resulta no já “b-a-bá” de qualquer terapeuta: “É a relação!”, se são as experiências emocionais correctivas, são as características do terapeuta, não seria de olhar para a investigação na nossa área e para a supervisão em particular como o local onde esta relação, a forma como ela se desenvolve e emerge, e o terapeuta, a forma como ele está na relação, o mais importante a ter em linha de conta?

## Uma Supervisão baseada na Intersubjectividade

Uma supervisão baseada na intersubjectividade pode permitir, por um lado, a experiência de um ser-em-relação, seja com o mundo, com o outro ou consigo mesmo, que fomente uma passagem para uma relação terapêutica também aberta a essa possibilidade. Por outro, a passagem de uma visão do mundo e da terapia de causa-efeito, agente-sujeito, regras-resultados para uma visão de Encontro. Buber (1969 cit in Morgan-Williams, 2002) fala-nos desta diferença de posição no seguinte texto:

“Na mera solicitude a pessoa mantém-se essencialmente consigo mesma, mesmo que como-vida com pena extrema. Na acção e ajuda, ela inclina-se para o outro, mas as barreiras do seu próprio ser não são totalmente vergadas. Ela coloca a sua assistência, *não a si*, acessível ao outro.” (Buber, 1947 cit in (Morgan-Williams, 2002, p. 110).

Para Buber, torno-me através da minha relação com o Tu e à medida que me torno eu, eu digo Tu (Morgan-Williams, 2002). Sendo assim, a impressão que se tem de si no encontro terapêutico será mutável, tanto para o terapeuta como para o cliente, numa espiral de “Entre” que não se circunscreve ao terapeuta nem ao cliente, mas ao encontro.

Na sua autobiografia Laing refere, ao comentar o contacto com alguns pacientes altamente perturbados e retirados, o fenómeno da Presença de outrem:

“Esta presença, tão imediata à nossa sensibilidade, do outro, escapa-se a ser inteiramente agarrada objectivamente. Há um momento atrás era apenas um corpo a emitir alguns movimentos. Agora, alguém está lá. No momento em que nos viramos para este sentido da presença imediata do outro, os movimentos exprimem intenções, e voltamos ao reino da conduta humana, mesmo que vestigial. O nosso sentido da presença do outro endossa os seus movimentos de significado. [...] Este movimento de reconhecimento do outro coincide com a primeira vez que nos sentimos “olhados” pelo outro que “se aproxima”. Sentimos que o outro nos sente.” (cit in Groth, 2001)

Também R. D. Laing dá um enorme peso à intersubjectividade ao tentar pensar o ser humano. Propõe a necessidade de passagem de um ponto de vista da pessoa, do eu, dos objectos internos, para a concepção do ser humano como existente em relação, uma vez que considera o constante “esquecimento” de ver a acção humana em função da acção do outro, como gerador de “extraordinárias aberrações perceptuais e conceptuais” (R. D. Laing, Phillipson & Lee, 1966, p. 7).

Laing (1990, p. 139) diz-nos que “o sentido de identidade requer a existência de outro por quem o próprio é conhecido”<sup>18</sup>, ie, que só sabemos quem somos se alguém souber quem somos. Laing hipotetiza que por vezes este objectivar-se serve a função de preservar-se subjectivamente. Porém, como só nos constituímos pessoa quando estamos em relação, ao invés de protegermos esse sentido de eu subjectivo, empobrecemo-lo, uma vez que o colocamos longe da possibilidade de ser visto por outrem e com isso, longe de tornar-se.

Citando Sartre em “O Ser e o Nada”:

“[...]assim como o outro é para meu ser-sujeito um objecto provável, também só posso descobrir-me no processo de me tornar objecto provável para um sujeito[...] eu não poderia ser objecto para um objecto: é necessária uma conversão radical do outro, que o faça escapar à objectividade”(Sartre, 1997, p. 331).

“Basta que o outro me olhe para que seja o que sou.”.(Sartre, 1997, p. 338).

Laing reforça esta ideia alertando para que, ao ausentar-nos desse olhar, impedimos o outro de nos informar sobre quem somos. Ao omitirmos da supervisão o mais genuíno da relação com o cliente e o mais genuíno de nós, estaremos, possivelmente, a perder oportunidades riquíssimas de saber quem somos e de nos tornarmos quem somos, ie, podermos validar-nos no encontro de supervisão.

Laing tomará o conceito de identidade para dar conta da intersubjectividade. A compreensão de Laing de Identidade pode subdividir-se em auto-identidade (a minha visão de mim próprio) e meta-identidade (a visão que tenho da visão de outrem sobre mim). A auto-identidade e a meta-identidade informam-se uma à outra. Claro que incluo na minha visão de mim aquilo que experiencio que os outros vêem em mim e, no sentido da meta-identidade, é evidente que o que vejo em mim se repercute em como vejo os outros a verem-me (R. D. Laing et al., 1966). Em supervisão, no que respeita às omissões por escolha de manutenção de genuinidade e congruência relacional, há um olhar sobre si próprio que não se imagina intersectado com o olhar do outro (supervisor/ colegas) sobre si.

A auto-identidade difere da meta-identidade, e opta-se por se esconder a informação que poderia fazer com que a meta-identidade profissional se acercasse da auto-identidade, e fosse mais benevolente consigo do que até ali, menos culpabiliza-

---

<sup>18</sup> “the sense of identity requires the existence of another by whom one is known”(R. D. Laing, 1990)

dor, menos envergonhador: “[...]se estremeço de vergonha ao menor ruído, se cada ranger dos degraus me anuncia um olhar, é porque já estou em estado de ser-visto.” (Sartre, 1997, p. 355). Tal significa que mesmo omitindo, a consequência imaginada da revelação já existe em nós, já estamos em estado de sermos vistos quando optamos por não nos deixarmos ser vistos.

Como percebemos de Sartre, a necessidade de ser visto por outrem que não o próprio não se situa apenas a um nível visual, mas experiencial e existencial; ser confirmado, reconhecido, amado.

Em simultâneo, ser visível é estar exposto ao perigo que sente num mundo ameaçador. Ver-se e estar auto-consciente permite tornar-se invisível aos outros e assim protegido do seu olhar. Tal seria a espiral de consciência em que o indivíduo ontologicamente inseguro se encontraria. Como Sartre refere:

“O olhar que os olhos manifestam, não importa sua natureza, é pura remissão a mim mesmo. O que capto imediatamente ao ouvir ranger de galhos atrás de mim não é a presença de alguém, mas o facto de que sou vulnerável, tenho um corpo que pode ser ferido, ocupo um lugar e de modo algum posso escapar ao espaço onde estou sem defesa; em suma, o facto de que sou visto. Assim, o olhar é, antes de tudo, um intermediário que remete de mim mesmo a mim mesmo (Sartre, 1997, pp. 333-334).

Podemos então perceber que pelo olhar, este corpo que sou, este que sou, fica visível para mim. Consciencializo-me, de certa forma, constituo-me pelo olhar. É este o olhar que os supervisandos, quando omitem, evitam. O processo parece ser o seguinte: Se creio que estou “certo”, e tu crês que estou errado, se te digo o que penso, tu devolver-me-às uma imagem de mim que eu rejeito, far-me-às duvidar, duvidar de mim (a própria omissão revela já a dúvida) ou duvidar de ti (que não pensas de forma “certa”). Ou entro em conflito aberto comigo ou contigo. Ou me angustio comigo, por não saber o que queria, por não ser “bom” como queria, ou me angustio connosco, porque estás distante e não compreendes/ aceitas as minhas opções.

No conjunto da sua obra, Laing nunca chega a explicitar qual o sentido de relação de primazia entre o evitar ser objecto do olhar - e portanto, tornar-se inacessível o sentir-se sujeito em intersubjectividade - e a insegurança ontológica. No entanto descreve o processo pelo qual na posição ontologicamente insegura a pessoa se experiencia como dividida em dois *selves* (R. D. Laing, 1990). Estes dois *selves* seriam, por um lado, um self interior insubstancial e por outro, um self exterior ligado ao corpo mas que não é apropriado, sentido como próprio eu.

Este self exterior é experienciado como um falso self. O falso self serviria para responder às expectativas percebidas dos outros significativos sobre si, neste caso, as pessoas presentes no espaço de supervisão. No fundo, um self para ser olhado, que não sendo vivido como self, não devolve subjectividade. O outro self, experiencia-se como cidadela fechada, omitem-se as suas vozes, o que tem para dizer, e não sendo objecto do escrutínio alheio, ou seja, não sendo objectificável, jamais se torna sujeito.

Sendo assim, percebemos através de Laing e de Sartre, que a recusa em aparecer face ao outro, neste caso, a recusa de expor-se em supervisão, ao poder ser sentida como construção de espaço de liberdade, também comporta consigo um conflito e uma perda de oportunidade de se sentir mais completo, de se sentir como de facto se é, inteiro, não cindido. E, indo mais além, perder a hipótese de se sentir para lá de inteiro, em-relação-com. A omissão é o espaço-fronteira entre o que se é e o que se diz. Numa relação de intersubjectividade não só estes dois espaços se dissolvem, e pode emergir uma sensação de si, inteira e total, como também a própria noção de limite entre o eu e o tu se dissolve, podendo passar-se para outro nível de consciência que perpassa os limites de um corpo para se situar no espaço do Entre.

#### Para um Encontro-Supervisão: Proposta de Abertura à Genuinidade na relação de supervisão

Se o foco da supervisão estiver no cliente e no que se lhe fez, para encontrar novas maneiras de “lhe” fazer qualquer coisa, ou seja num objecto de estudo e tratamento, talvez se esteja longe de uma supervisão que de facto seja super e visão. Talvez estejamos a tentar ajudar-nos a prestar melhores serviços através de um olhar para o cliente circunscrito, isolado de nós, que nega a relação; Talvez estejamos a olhar para as nossas emoções e experiências como empecilhos ao tal “tratamento” e a não ponderar as hipóteses de clarificação e exploração e mudança que podem trazer; talvez estejamos a tentar proteger demais a nossa pessoa do confronto com o outro, quer na terapia, quer na supervisão, por nos sentirmos tão importantes e tão valiosos no papel de cirurgião que opera clientes, ou de leal conselheiro, que recusamos mudar de metáfora e implicarmo-nos mais inteiramente no processo terapêutico; tal-

vez a educação em psicoterapia se torne por vezes um fenómeno de aculturação auto-fágica, ou seja, não servindo outro propósito que o de se perpetuar, perdendo de vista o objectivo central dos nossos esforços que é o de ajudar outros seres humanos a viver vidas mais plenas e próprias (a forma própria de se ser, como se traduz à letra a *Eigentlichkeit*, autenticidade, tal como proposta por Heidegger); talvez os supervisandos omitam por quererem demasiado parecer-se com o seu ideal de terapeuta, o super-terapeuta, possivelmente personificado no super-visor escolhido, e legislado, caracterizado e justificado na literatura do(s) modelo(s) de eleição, evitando o confronto consigo mesmos na sua forma própria de estar, na sua forma própria de ser; talvez os nossos clientes ganhassem mais com um encontro humano, *a la* Buber, um eu-tu, uma presença, do que com um eu-isso (o terapeuta que se objectifica).

Por outro lado, talvez esta autenticidade possa vir a executar-se no abuso do cliente; talvez esta exposição do terapeuta retire espaço de exposição do cliente; talvez o revelar-nos faça com que a terapia passe a ser uma *ego-trip* a que o cliente assiste passivamente; talvez o espontâneo e genuíno não seja mais do que a resposta que o cliente já tem no mundo exterior e que não acrescenta nem alimenta, nem clarifica, nem perturba, nem transforma, a sua perspectiva de si e do mundo.

Hans Cohn, reflectindo sobre o espaço para a terapia, afirma

“O equilíbrio entre convidar a abertura e a inibição intrusiva é sempre delicado e nunca será facilmente encontrado; diferentes terapeutas avaliam-no diferentemente. O cuidado primário do terapeuta existencial é manter aberto um espaço terapêutico para o cliente.” (Cohn, 2005, p. 37)

Tendo os terapeutas entrevistados falado de um espaço de omissão e de um espaço de exposição, e tendo esse limite sido traçado através do conceito de certo e errado, nas suas duas formas: (1) errado ou (2) certo para mim, errado para o outro, acabamos este trabalho com uma proposta de resolução face à questão anterior, sintetizada numa topologia: A que distância estar? (em supervisão / em psicoterapia), e proponho uma resposta que é: Estar à distância fluida e dinâmica do movimento que pulsa quando estamos-com. Mas vamos por partes.

Ladany, Friedlander, & Nelson (2005), alguns dos autores que mais têm dedicado os seus esforços a entender o fenómeno da relação de supervisão, através de um programa cuidado e sistemático de investigação (quantitativa e quasi-qualitativa), propuseram recentemente que os supervisores mantivessem a aliança de

trabalho como interesse primário, atendido-lhe com o mesmo cuidado como atendem à relação terapêutica que estabelecem com os seus clientes. Para este grupo, a relação de supervisão pode revestir-se de uma ainda maior importância, uma vez que uma aliança de supervisão que se sinta como pobre, fraca, ou perniciosa, pode vir a lesar indirectamente o trabalho terapêutico do supervisando e um número indeterminado de clientes. Assim, aqui a resposta à pergunta que colocámos seria: À distância de uma boa aliança de trabalho, com as suas vertentes de laço, tarefas e objectivos. Sinto porém que esta resposta está ainda aquém do que pretendo dizer. Não é precisamente esta a relação que proponho.

A diferença de posição, que os supervisandos co-autores deste estudo referiram, face aos seus supervisores e pares conduz-nos à conclusão que a omissão enraíza na hierarquia percebida das relações, naquilo que têm cada um dos participantes de dissemelhante, nos diferenciais de poder percebido. Por exemplo Peyton (2004) refere o poder, e a sensação de não ter poder como indutora de um pior trabalho psicoterapêutico. Talbot (1995) também reflecte sobre a vergonha em supervisão, e refere o diferencial de poder como presente nestes casos. Os participantes dos estudos sobre supervisão de sinal negativo (Allen et al., 1986; G. L. Nelson, 1978) também se referiram aos seus supervisores como abusando do poder que têm ou *disempowering* (retirando poder) aos supervisandos. Todos os autores atrás citados comentam a omissão de informação relevante como reacção a essa diferença, como aconteceu na presente pesquisa.

Ricci (1995) fala da sua filosofia da supervisão como um encontro entre o supervisor (mais conhecedor e experiente da psicoterapia) e o supervisando (mais conhecedor e experiente do cliente).

Podemos então propor para a resposta à questão de “a que distância?”, como Plock (2007) que a supervisão possa ser vista como uma investigação prática, em que os supervisandos e os supervisores se tornam co-investigadores do fenómeno “relação”, ou seja à distância de um trabalho que se quer conjunto, equitativo, com contributos distintos mas responsabilidades e poderes equivalentes. Tal como Slavin, convidamos os supervisores a “encontrarem” os seus supervisandos, e convidamos os supervisandos a comprometerem-se e confiarem na relação (1998).

As noções de relação, encontro e criação de significado são centrais à aliança terapêutica fenomenológico-existencial. Precisamos de encontrar formas de assegurar que elas ocupam uma posição semelhante na aliança de supervisão (Plock, 2007).

## LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

Nesta secção reflectirei sobre a metodologia empregue e o possível impacte que possa ter tido nos resultados de investigação. Por fim, darei conta de algumas propostas de novos estudos que possam desenvolver e aprofundar o conhecimento do fenómeno de omissão em supervisão.

Como referi no capítulo de metodologia, este estudo consistiu numa investigação qualitativa, assente nos pressupostos da metodologia fenomenológica (Giorgi, 1997; Giorgi & Giorgi, 2003a, 2003b; Spinelli, 2005), utilizando o processo de análise temática tal como a descrevem Braun e Clarke (2006).

Os critérios que são utilizados para aferir da qualidade de uma investigação no paradigma positivista (validade, precisão, generabilidade) não podem aplicar-se no paradigma subjacente a este estudo. Sendo assim, que critérios usar no sentido de perceber até que ponto a metodologia utilizada, a técnica aplicada e a análise e discussão dos resultados e as conclusões expostas não são arbitrárias, fruto de um discurso subjectivo qualquer, imposto sobre o “mundo” que os dados constituem, ou seja, como saber se há algo de fundamentalmente justificável na leitura que se fez?

Propomos como Auerbach & Silverstein (2003) os critérios de Justificabilidade (em vez de validade e precisão) e de Transferabilidade (como alternativa à generabilidade).

Sendo assim, para dar conta da Justificabilidade do trabalho, utilizarei os sub-critérios de Transparência, Comunicabilidade e Coerência (Auerbach & Silverstein, 2003).

Transparência: Para assegurar a transparência dos resultados, descrevi os passos seguidos na condução da pesquisa de forma a que os leitores possam perceber o modo como cheguei à descrição e constituintes do fenómeno.

Comunicabilidade: Fiz o possível para que os temas e constituintes fossem o mais claramente apreendidos por quem lesse este trabalho. Este critério só poderá ser verificado na totalidade quando receber o *feedback* dos leitores.

Coerência: Creio que a descrição do fenómeno de omissão e dos seus temas constituintes é coerente, está articulada, e é passível de fazer sentido para o leitor, como um todo coerente. Todo o trabalho de discussão se prendeu com a procura de salvaguardar este critério, ou seja, a procura que o fenómeno de omissão emergisse e se tornasse mais claro.

Transferenciabilidade: Creio que os resultados expostos podem ser transferíveis para além do grupo específico de terapeutas entrevistados, porém, mais uma vez, só poderei saber se este critério foi atingido ou não ao tomar conhecimento se alguns dos terapeutas que tiverem acesso a este estudo se sentem identificados com o exposto.<sup>19</sup>

De momento posso apenas sublinhar o propósito das escolhas que fiz no desenho desta pesquisa (contribuir para revelar o fenómeno de omissão) e que o trabalho que agora ofereço à comunidade possa de alguma forma, não só *reflectir* a experiência dos supervisandos, como *ajudar a reflectir sobre* a experiência dos supervisandos.

Isto conduz-nos à segunda parte desta secção: Propostas de aprofundamento e desenvolvimento do tema de omissão. Que estudos desenvolver a partir deste ponto?

Antes de mais, e como referi no capítulo de discussão, ficou por aprofundar o tema da omissão por relação com os pares. Um estudo sobre omissão envolvendo apenas descrições de não revelação em supervisão grupal poderia ser bastante relevante uma vez que esse tipo *setting* supervisiivo talvez seja o mais comum em Portugal.

Um estudo que penso poder ser relevante seria o de ouvir a experiência dos supervisores face à omissão de informação relevante do supervisando, ou seja, já que o foco que coloco neste trabalho é um foco relacional, seria muito vantajoso, creio, perceber como é que os supervisores vêem e experienciam as omissões dos supervisandos: O que pensam sobre isso? Sabem que o supervisando está a omitir?

---

<sup>19</sup> Os resultados preliminares dos primeiros cinco terapeutas entrevistados foram explorados nas três últimas entrevistas, ie, com outras psicoterapeutas. Tal significa que desconheço o impacto em termos de sentido que os resultados podem ter para outros psicoterapeutas.

Como? Como não? O que fazem face a isso? Que valor tem para si a omissão de informação?

Concomitantemente, o estudo da supervisão, por hipótese com o auxílio da técnica de *interpersonal process recall* de forma a perceber processualmente e em contexto, a omissão de informação relevante. A técnica de *interpersonal process recall* poder-se-ia aplicar gravando uma sessão de supervisão e visionando a gravação com supervisando e supervisor separadamente. Estes indicariam o ponto ou pontos da sessão em que o fenómeno em estudo ocorreu (neste caso, a omissão) para posterior desenvolvimento reflexivo através de uma entrevista. O interesse deste estudo seria o de possibilitar aceder ao fenómeno logo que surge, permitindo uma visão mais fina, pelo menos mais detalhada, da omissão em supervisão.

Por último, e dado que em Portugal, ao que parece, a investigação em supervisão é uma quase ausência, proponho que se faça um levantamento das práticas correntes e necessidades de supervisão no nosso país, para começarmos a “demarcar território”, ou seja, sabermos sobre o que estamos a falar. Assim, este levantamento poderia passar pela utilização de bases de dados de psicoterapeutas portugueses e envio de *mailing* com questões dirigidas à especificação de características das supervisões como: quantidade, frequência, número de supervisores, contexto da realização de supervisão: em grupo ou individual, em ambiente de trabalho ou privada, voluntária ou obrigatória, orientações psicoterapêuticas de supervisores e supervisandos, etc. Este inquérito poderia incluir questões dirigidas aos supervisores como: número de anos de experiência clínica/ de supervisão/ como supervisores, formação assistida, número de supervisandos, etc. Por fim, o inquérito tentaria auscultar as necessidades dos supervisandos e supervisores: dificuldades e forças sentidas; curiosidades e necessidades de informação e / ou formação. Creio que de alguma forma seria interessante e válido perceber a situação nacional no que respeita a supervisão e com isso, podermos guiar os nossos esforços, sejam eles de investigação, sejam de formação.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa dedicou-se à questão:

Como significam e experienciam os psicoterapeutas-supervisandos o omitir informação relevante em supervisão?

À qual tentarei responder, em síntese, como se segue:

Omissão da Transgressão: Os supervisandos omitem o que transgride um limite percebido entre o que está certo e o que está errado, e que pode assumir duas formas: (1) Omito o que está errado ou (2) Omito o que está errado para ti.

Topologia da Informação que pode constituir Omissão: A informação escolhida não-revelar pode referir-se a qualquer dos elementos que constituem o campo do discurso em supervisão: não revelação do que está para além dos limites, quer das relações relevantes ao contexto de supervisão (terapêutica e de supervisão); quer dos limites das pessoas envolvidas (cliente, terapeuta/supervisando, supervisor); quer do que o terapeuta pressupõe ser adequado em cada contexto, i.e., dos seus pressupostos sobre a terapia e a supervisão.

No foco noético, surgiram como reveladoras de sentido: a Relação de Tensão-Retirada com o “Supervisor Diferente”; a Relação de Pequenez-Temor com o “Supervisor Superior”; a Relação de Frustração-Absurdo com o “Supervisor Limitado”; Relação de Manutenção com o Cliente; a Relação com Pares (experiências de Discrepância, Desconfiança e Humilhação); a Relação de cegueira consigo próprio (auto-omissão); e ainda os Limites Percebidos da Supervisão (Incerteza de adequação da informação omitida ao espaço da supervisão; percepção de pertença da informação ao espaço da psicoterapia pessoal e Autonomia - Auto-Supervisão e Liberdade de Acção- ).

Na prática, a omissão passa pela falta à supervisão, o ir e não expor casos, o expor, mas com ocultação de conteúdos, ou o expor de uma forma racional, pouco vivida.

Consequências variáveis, podendo a omissão ser um fenómeno egossintónico e/ou egodistónico: (1) Egodistonia: sentimentos de culpabilidade, falsidade, benefícios vãos e perda de tempo, concretizada em perda de oportunidades de crescimento pessoal, profissional e consequente prestação de um serviço de pior qualidade ao(s) cliente(s); a solidão e desapoio sentidos; (2) Egossintonia: também a sensação de maior liberdade e autonomia de reflexão, de tranquilidade por avaliação de não valer a pena expôr, e a resolução de não voltar a omitir.

Relação de Supervisão como meio de diminuição da omissão: deixar de omitir foi sentido pelos co-investigadores como um processo assente na confiança, confiança inter-relacional, que se estende dos outros a si, e vice-versa, numa relação criativa, condutora de evolução como terapeuta, desenvolvimento pessoal e de auto-aceitação.

Saliento uma das estruturas possíveis de omissão: Não revelar o que está errado para o outro, e que assenta numa busca de manutenção de genuinidade, espontaneidade e uma relação mais presente. Considero este, o resultado mais interessante do estudo, por (1) ser novo face à literatura empírica consultada e (2) ser facilmente abordável através de uma perspectiva fenomenológico-existencial. Sendo assim, proponho uma reflexão sobre a supervisão visando uma ponderação séria sobre o impacte que pode ter na relação quer de supervisão quer terapêutica (terapeutas culpabilizados/ envergonhados por se relacionarem de forma espontânea), os seus procedimentos (guiar/estruturar/tecnologizar ou acompanhar/compreender/ experienciar), o seu objectivo (ensinar/ constranger ou desenvolver/ abranger).

A centralidade colocada na relação de supervisão, baseada na intersubjectividade, poderá permitir acolher a omissão dos supervisandos e acolhendo-a, abarca-la: a omissão está para lá da fronteira, vimos. Se a acolhermos, ela está para cá do âmbito da supervisão, transforma-se, entra no campo relacional. Por outro lado, constituir-se a supervisão num espaço onde a experiência é o interesse maior, onde a relação pode explorar-se, permitirá, espero, ajudar os terapeutas que nela se envolvem, a envolver-se de forma mais presente nas suas

relações terapêuticas e assim, acolher essa mesma experiência de liberdade e encontro de outrém com os seus clientes.

“Fora, muito para lá de ideias de mal-fazer e bem-fazer,  
há um campo.

Encontrar-te-ei lá.”

Jalad ad-Din Rumi (séc XIII, cit in Spinelli, 2007, p. 60)

## REFERÊNCIAS

- Allen, G., Szollos, S., & Williams, B. (1986). Doctoral student's comparative evaluations of best and worst psychotherapy supervision. *Professional Psychology: research and practice*, 17(2), 91-99.
- Alonso, A. (2000). On being skilled and deskilld as a Psychotherapy supervisor. *Journal of psychotherapy Practice and research*, 9(1), 55-61.
- Alonso, A., & Rutan, J. S. (1988). Shame and Guilt in psychotherapy supervision. *Psychotherapy*, 25(4), 576-581.
- Ashworth, P. (1996). Presuppose nothing! The suspension of assumptions in phenomenological psychological methodology. *Journal of phenomenological psychology*, 27(1).
- Auerbach, C & Silverstein, L: (2003). *Qualitative Data: An introduction to coding and analysis*. New York. New York university press.
- Binder, J., & Strupp, H. (1997). Supervision of psychodynamic psychotherapies. In E. Watkins (Ed.), *Handbook of psychotherapy supervision* (pp. 44-62). New York: John Wiley and Sons.
- Blocher, D. H. (1983). Towards a cognitive-developmental approach to counseling supervision. *The counseling psychologist*, 11(1), 27-34.
- Bordin, E. S. (1983). A working alliance based model of counseling supervision. *The counseling psychologist*, 11, 35-41.
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming qualitative Information: Thematic analysis and Code development*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3, 77-101.
- Camus, A. (2005). *O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo* Lisboa: Livros do Brasil.
- Champe, J., & Kleist, D. (2003). Live supervision: A review of the research. *The family journal*, 11(3), 268-275.
- Cohn, H. (2005). *Existential thought and therapeutic practice: An introduction to existential psychotherapy*. London: Sage publications.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. e. (Eds.). *Dicionário da Língua Portuguesa* (5ª ed.). Porto: Porto Editora, lda.
- Donmoyer, R. (2006). Take my paradigm... Please! The legacy of Kuhn's construct in educational research. *International journal of qualitative studies in education*, 19(1), 11-34.
- Ellis, M., & Ladany, N. (1997). Inferences concerning supervisees and clients in clinical supervision: An integrative review. In E. Watkins (Ed.), *Handbook of psychotherapy supervision* (pp. 447-507). New York: John Wiley and Sons Inc.
- Farber, B. A. (2003). Self disclosure in psychotherapy practice and supervision: An introduction. *JCLP/ In Session*, 59(5), 525-528.

- Farber, B. A., Berano, K., & Capobianco, J. (2004). Client's perceptions of the process and consequences of self-disclosures in psychotherapy. *Journal of counseling psychology, 51*(3), 340-346.
- Freyberg Foote, H. (2005). Lost opportunities in supervision: the effects of evaluation on supervisee openness. *Dissertation abstracts international, 66*(5-B), 2864.
- Friedman, M. (2005). Ernst Cassirer and contemporary philosophy of science. *Journal of the theoretical humanities, 10*(1), 119-128.
- Giorgi, A. (1997). The theory, practice and evaluation of the phenomenological method as a qualitative research procedure. *Journal of Phenomenological Psychology, 28*(2), 235-260.
- Giorgi, A. (2003). Lessons for the future from the margins of psychology. *Journal of phenomenological psychology, 33*(2), 179-201.
- Giorgi, A. (2004). A way to overcome methodological vicissitudes involved in researching subjectivity. *Journal of phenomenological psychology, 35*(1), 1-25.
- Giorgi, A., & Gallegos, N. (2005). Living through some positive experiences of psychotherapy. *Journal of phenomenological psychology, 36*(2), 195-218.
- Giorgi, A., & Giorgi, B. (2003a). The descriptive phenomenological psychological method. In P. M. Camic, J. E. Rhodes & L. Yardley (Eds.), *Qualitative research in psychology: expanding perspectives in methodology and design*. Washington DC: American Psychological Association.
- Giorgi, A., & Giorgi, B. (2003b). Phenomenology. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A practical guide to research methods* (pp. 25-50). London: Sage publications.
- Goodyear, R., & Bradley, F. (1983). Theories of counselor supervision: points of convergence and divergence. *The counseling psychologist, 11*(1), 59-67.
- Goodyear, R., Bradley, F., & Bartlett, W. (1983). An introduction to theories of counselor supervision. *The counseling psychologist, 11*, 19-21.
- Grant, B. (2005). Fighting for space in supervision: fantasies, fairytales, fictions and fallacies. *International journal of qualitative studies in education, 18*(3), 337-354.
- Gray, L., Ladany, N., Walker, J., & Ancis, J. (2001). Psychotherapy trainees's experience of counterproductive events in supervision. *Journal of counseling psychology, 48*(4), 371-383.
- Groth, M. (2001). Laing's Presence. *Janus Head, 4*(1).
- Harding, M. (2002). Experiencing language. In S. d. Plock (Ed.), *Further existential challenges to psychotherapeutic theory and practice*. London: The society for existential analysis.
- Hassenfeld, I. N., & Sarris, J. G. (1978). Hazards and horizons of psychotherapy supervision. *American Journal of psychotherapy, 39*3-401.
- Heery, M., & Bugental, J. (2005). Meaning and transformation. In E. v. Deurzen & C. Arnold-Baker (Eds.), *Existential perspectives on human issues: A handbook for therapeutic practice* (pp. 253-264). Houndmills: Palgrave MacMillan.
- Heidegger, M. (1987). *Carta sobre o humanismo*. Lisboa: Guimarães Editores.

- Hill, C., Thompson, B. J., Cogar, M. C., & Denman, D. W. (1993). Beneath the surface of long term therapy: therapist and client report of their own and each others covert processes. *Journal of counseling psychology, 40*, 278-287.
- Holloway, E., & Carrol, M. (1996). Reaction to the special section on supervision research: Comment on Ellis et al (1996), Ladany et al (1996), Neufeldt et al (1996) and Worthen and Mc Neill (1996). *Journal of counseling psychology, 43*(1), 51-55.
- Holloway, E., Freund, R., Gardner, S., Nelson, M. L., & Walker, B. (1989). Relation of power and involvement to theoretical orientation in supervision: An analysis of discourse. *Journal of counseling psychology, 36*(1), 88-102.
- Holloway, E., & Neufeldt, S. (1995). Supervision: its contributions to treatment efficacy. *Journal of counseling and clinical psychology, 63*(2), 207-213.
- Kvale, S. (1996). *Inter Views: An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ladany, N., Ellis, M., & Friedlander, M. (1999). The supervisory working alliance, trainee self-efficacy and satisfaction. *Journal of counseling and development, 77*(Fall), 447-455.
- Ladany, N., & Friedlander, M. (1995). The relationship between the supervisory working alliance and trainees' experience of role conflict and role ambiguity. *Counselor education and supervision, 34*(3).
- Ladany, N., Friedlander, M., & Nelson, M. L. (2005). Final thoughts: The long and short of it. In N. Ladany, M. Friedlander & M. L. Nelson (Eds.), *Critical events in psychotherapy supervision: An interpersonal approach* (pp. 211-219). Washington D.C.: American Psychological Association.
- Ladany, N., Hill, C., Corbett, M., & Nutt, E. (1996). Nature, extent and importance of what psychotherapy trainees do not disclose to their supervisors. *Journal of counseling psychology, 43*(1), 10-24.
- Ladany, N., & Lehrman-Waterman, D. (1999). The content and frequency of supervisor self-disclosures and their relationship to supervisory style and the supervisory working alliance. *Counselor Education and supervision, 38*(3).
- Ladany, N., Lehrman-Waterman, D., Molinaro, M., & Wolgast, B. (1999). Psychotherapy supervisor ethical practices: Adherence to guidelines, the supervisory working alliance, and supervisee satisfaction. *The counseling psychologist, 27*, 443-475.
- Ladany, N., & Walker, J. (2003). Supervisor self disclosure: balancing the uncontrollable narcissist with the indomitable altruist. *Journal of clinical psychology/ In session, 59*(5), 611-621.
- Ladany, N., Walker, J. A., & Melincoff, D. S. (2001). Supervisory style: its relation to the supervisory working alliance and supervisor self-disclosure. *Counselor education and supervision, 40*(June), 263-275.
- Laing, R. D. (1971). *A Política da Família e outros Ensaios* (J. G. Esteves, Trans. 1ª ed.): Portugalia Editora.
- Laing, R. D. (1990). *The divided self: an existential study in sanity and madness*. London, England ; New York, N.Y., USA: Penguin Books.
- Laing, R. D., Phillipson, H., & Lee, A. R. (1966). Interpersonal Perception. In *Interpersonal Perception* (pp. 3-22). London: Tavistock.

- Lambert, M., & Ogles, B. (1997). The effectiveness of psychotherapy supervision. In E. Watkins (Ed.), *Handbook of psychotherapy supervision* (pp. 421-446). New York: John Wiley and Sons, Inc.
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic Inquiry*. thousand Oaks: Sage publications.
- Matos, P. M. (1993). Supervisao em psicoterapia e aconselhamento psicologico : uma experiencia em contexto universitario. *Cadernos De Consulta Psicologica*, 9, 19-28.
- McLeod, J. (2001). *Qualitative research in counselling and psychotherapy*. London: Sage publications.
- McNeill, B., & Worthen, V. (1989). The parallel process in psychotherapy supervision *Professional Psychology: research and practice*, 20(5), 329-333.
- Moran, D. (2000). *Introduction to Phenomenology*. London: Routledge.
- Morgan-Williams, S. (2002). All reeal living is meeting. In S. d. Plock (Ed.), *Further existential challenges to psychotherapeutic theory and practice* (pp. 105-123). London: The society for existential analysis.
- Murphy, M. J., & Wright, D. W. (2005). Supervisees perspectives on power use in supervision. *Journal of marital and family therapy*, 31(3), 283-295.
- Nelson, G. L. (1978). Psychotherapy supervision from the trainee's point of view: a survey of preferences. *Professional Psychology*(November), 539-550.
- Nelson, M. L., & Friedlander, M. (2001). A close look at conflictual supervisory relationships: The trainee's perspective. *Journal of counseling psychology*, 48(4), 384-395.
- Nelson, M. L., Gray, L., Friedlander, M., Ladany, N., & Walker, J. (2001). Toward relationship centered supervision: Reply to Veach (2001) and Ellis (2001). *Journal of counseling psychology*, 48(4), 407-409.
- Nigam, T., Cameron, P., & Leverette, J. (1997). Impasses in the supervisory process: A resident's perspective. *American Journal of psychotherapy*, 51(2), 252-272.
- Osborne, J. W. (1991). Some similarities and differences among phenomenological and other methods of psychological qualitative research. *Canadian Psychology/ Psychologie canadiene*, 35(2), 167-189.
- Patterson, C. H. (1983). A client-centered approach to supervision. *The counseling psychologist*, 11, 21-25.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. London: Sage publications.
- Peyton, P. (2004). Bullying in supervision. *CPJ: Counselling and psychotherapy journal*, 15(6), 36-37.
- Pisani, A. (2005). Talk to me: Supervisee self disclosure in supervision. *Smith college studies in social work*, 75(1), 29-47.
- Plock, S. d. (2007). 'A relational approach to supervision': Some reflections on supervision from an existential-phenomenological perspective. *Existential Analysis*, 18(1), 31-38.
- Ponterotto, J. G. (2005). Qualitative research in counseling psychology: A primer on research paradigms and philosophy of science. *Journal of counseling psychology*, 52(2), 126-136.

- Pope, K. S., Tabachnick, B. G., & Keith-Spiegel, P. (1993). Ethics of Practice: The Beliefs and Behaviors of Psychologists as Therapists. *American Psychologist*, 42(11), 993-1006.
- Putney, M. W., Worthington, E. L., & McCullough, M. E. (1992). Effects of supervisor and trainee theoretical orientation and supervisor trainee matching on intern's perceptions of supervision. *Journal of counseling psychology*, 39, 258-265.
- Regan, A. M., & Hill, C. E. (1992). Investigation of what clients and counselors do not say in brief therapy. *Journal of counseling psychology*, 39(168-174).
- Rennie, D. L., Watson, K. D., & Monteiro, A. M. (2002). The rise of qualitative research in psychology. *Canadian Psychology*, 43(3), 179-189.
- Ricci, W. (1995). Self and intersubjectivity in the supervisory process. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 59(1).
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, 7(2), 305-322.
- Rodenhauser, P., Rudisill, J., & Painter, A. (1989). Attributes conducive to learning in psychotherapy supervision. *American Journal of psychotherapy*, XLIII(3), 368-377.
- Rommel, J., & Christiaens, J. (2006). Beyond the paradigm clashes in public administration. *Administrative theory and praxis*, 28(4), 610-617.
- Rosenblatt, A., & Mayer, J. (1975). Objectionable supervisory styles: student's view. *Social work*, 20, 184-189.
- Rubin, S. S. (1989). At the border of supervision: Critical moments in psychotherapists' development. *American Journal of psychotherapy*, XLIII(3), 387-397.
- Sartre, J.-P. (1997). *O Ser e o Nada, Ensaio de Ontologia Fenomenológica* (P. Perdigão, Trans. 6 ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Slavin, J. (1998). Influence and vulnerability in psychoanalytic Supervision and treatment. *Psychoanalytic Psychology*, 15(2), 230-244.
- Spiegel, D., & Grunebaum, H. (1977). Training versus treating the psychiatric resident. *American Journal of psychotherapy*, 618-625.
- Spinelli, E. (2001). *The mirror and the hammer*. London: Sage publications Ltd.
- Spinelli, E. (2005). *The Interpreted World: An introduction to phenomenological psychology*. London: Sage Publications.
- Spinelli, E. (2007). *Practicing existential psychotherapy: The relational world*. London: Sage Publications Ltd.
- Steinhelber, J., Patterson, V., Cliffe, K., & LeGoullon, M. (1984). An investigation of some relationships between psychotherapy supervision and patient change. *Journal of clinical psychology*, 40(6), 1346-1353.
- Sterling, M., & Bugental, J. (1993). The meld experience in psychotherapy supervision. *Journal of humanistic psychology*, 33(2), 38-48.
- Strasser, F. (1999). *Emotions: Experiences in existential psychotherapy and life*. Trowbridge: Redwood books ltd.

- Talbot, N. (1995). Unearthing shame in the supervisory experience. *American Journal of psychotherapy*, 49(3), 338-349.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types and software tools*. New York: The Falmer Press.
- Thayser, E. M. (2005). *Confronting the legacy of peer persecution: A narrative study*. University of Johannesburg, Johannesburg.
- Torrinha, F. (Ed.) (1935) *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- Veach, P. (2001). Conflict and counterproductivity in supervision: When relationships are less than ideal: Comment on Nelson and Friedlander (2001) and Gray et al. (2001). *Journal of counseling psychology*, 48(4), 396-400.
- Vespia, K., Heckman-Stone, C., & Delworth, U. (2002). Describing and facilitating effective supervision behavior in counselling trainees. *Psychotherapy: Theory/Research/Practice/Training*, 39(1), 56-65.
- Wampold, B. E., & Holloway, E. L. (1997). Methodology, Design and evaluation in Psychotherapy supervision research. In E. Watkins (Ed.), *Handbook of Psychotherapy Supervision* (pp. 11-29). New York: John Wiley and Sons, Inc.
- Ward, L. G., Friedlander, M. L., Schoen, L. G., & Klein, J. G. (1985). Strategic self-presentation in supervision. *Journal of counseling psychology*, 32(1), 111-118.
- Watkins, E. (1995). Psychotherapy Supervision in the 1990s: Some observations and reflections. *American Journal of psychotherapy*, 49(4), 568-581.
- Watkins, E. (1997). Defining Psychotherapy supervision and understanding supervisor functioning. In E. Watkins (Ed.), *Handbook of Psychotherapy Supervision* (pp. 3-10). New York: John Wiley and Sons, Inc.
- Webb, A., & Wheeler, S. (1998). How honest do counsellors dare to be in the supervisory relationship? An exploratory study. *British journal of guidance and counselling*, 26(4).
- Wertz, F. J. (2005). Phenomenological Research Methods for counseling psychology. *Journal of counseling psychology*, 52(2), 167-177.
- West, W. (2004). Learnings from a qualitative study into counselling supervision: Listening to supervisor and supervisee. *Counselling and psychotherapy research*, 4(2), 20-26.
- White, V., & Queener, J. (2003). supervisor and supervisee attachments and social provisions related to the supervisory working alliance. *Counselor education and supervision*, 42, 203-218.
- Whitman, S. M. (2001). Teaching residents to use supervision effectively. *Academic psychiatry*, 25(3), 143-148.
- Whitman, S. M., & Jacobs, E. G. (1998). Responsibilities of the psychotherapy supervisor. *American Journal of psychotherapy*, 52(2), 166-175.
- Worthen, V., & McNeill, B. (1996). A phenomenological investigation of "good" supervision events. *Journal of counseling psychology*, 43(1), 25-34.
- Yerushalmi, H. (1999). Mutual influences in supervision. *Contemporary psychoanalysis*(January).

---

Yourman, D. B., & Farber, B. A. (1996). Nondisclosure and distortion in psychotherapy supervision. *Psychotherapy, 33*(4), 567-575.